UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELAINE SOUSA

TRABALHO E EDUCAÇÃO:
O FUTURO NA VISÃO DE JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES NO OESTE CATARINENSE

CHAPECÓ
2023

ELAINE SOUSA

TRABALHO E EDUCAÇÃO:

O FUTURO NA VISÃO DE JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES NO OESTE CATARINENSE

Trabalho de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Claudecir dos Santos

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Sousa, Elaine
TRABALHO E EDUCAÇÃO: O FUTURO NA VISÃO DE JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES NO OESTE CATARINENSE / Elaine Sousa. -- 2023.
114 f.

Orientador: Doutor Claudecir dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó,SC, 2023.

I. Santos, Claudecir dos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELAINE SOUSA

TRABALHO E EDUCAÇÃO:

O FUTURO NA VISÃO DE JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES NO OESTE CATARINENSE

Trabalho de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 11/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

CLAUDECIR DOS SANTOS

Prof. Dr. Claudecir dos Santos – UFFS
Orientador

gov.br
Documento assinado digitalmente
JOVILES VITORIO TREVISOL
Data: 25/01/2024 08:29:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol – UFFS
Avaliador

ICP-Edu
Documento assinado digitalmente
Adriana Dagostini
Data: 25/01/2024 13:50:12-0300
CPF: ***.248.690-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Prof.ª. Dr.ª Adriana D'Agostini – UFSC
Avaliadora

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA
Data: 29/01/2024 10:13:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª. Dr.ª Ana Maria de Oliveira Pereira – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho a minha mãe e a todos os jovens trabalhadores que ainda ousam sonhar e acreditar na beleza de seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Li e acredito que toda obra é coletiva, feita através de muitas mãos, pés, cabeças e corpo inteiro. É no coletivo que a gente se faz gente, mesmo andando sozinhos. A caminhada é feita de muitos passos, abraços, mãos dadas, palavras para fazer crescer, palavras de aconchego e motivação. Por tudo isso, só tenho a agradecer. E como as palavras nem sempre se fazem entender ou são o suficiente, serei breve, mas a brevidade é para dizer que as folhas seriam poucas, as palavras não caberiam todas aqui.

Assim, agradeço aos meus familiares e amigos, principalmente a minha mãe, irmãs e meu companheiro por todo carinho, entre palavras e silêncio me apoiam sempre. O amor é uma daquelas *coisas* que não precisa de palavras, apesar da distância ou do silêncio, diz tudo e mais um pouco…. e isso me diz tanto, só eu sei.

Agradeço ao CIEE-SC, a todos os colegas, coordenadores e supervisores que, diretamente ou indiretamente, auxiliaram em meu processo de formação e com a pesquisa. Aos meus amigos e colegas de mestrado, sobretudo minha amiga Juliane Colling que acreditou em meu trabalho, sempre me ajudou e me apoiou nessa jornada, uma grande incentivadora, desde antes do mestrado.

Agradeço, também, aos colaboradores da UFFS que não mediram esforços para me auxiliar e tirar minhas dúvidas, em todas as circunstâncias; a todos os professores e a meu orientador, professor Dr. Claudecir dos Santos, que topou embarcar nessa viagem. Sou grata aos professores da banca pelo aceite ao convite e dar um novo olhar ao trabalho. Essas contribuições foram fundamentais, principalmente para meu crescimento enquanto ser humano, acadêmica e pesquisadora. Estendo meus agradecimentos ao programa de bolsas UNIEDU, que tornou essa atividade menos pesada e contribuiu com o progresso da pesquisa.

Aos jovens trabalhadores aprendizes, esse agradecimento é especial, sobretudo aos jovens participantes da pesquisa por tornar esse estudo possível e acreditar que o mundo pode ser melhor, que suas vidas podem ser melhores, seja por meio do trabalho, por meio do estudo, por seus esforços, por toda dedicação, através de suas palavras, de suas atitudes… minha gratidão.

“[...] tanto os conceitos da infância como os de juventudes
são formações discursivas em cada cultura,
em diferentes momentos.”
(Maritza Urteaga)

RESUMO

A complexa tarefa de perceber as perspectivas de futuro na visão de jovens trabalhadores pode se tornar mais acessível e descomplicada quando investigamos a partir das falas de jovens aprendizes, em um percurso formativo que aponta para um *porvir* de possibilidades. É este o cenário no qual a presente pesquisa se inscreve. Para descortiná-lo, tomamos como objeto de estudo o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE-SC). O Programa Jovem Aprendiz é uma política pública responsável por assegurar a inserção do jovem no mercado de trabalho. A Lei 10.097/2000, também conhecida como "Lei da Aprendizagem", permite a contratação de jovens aprendizes a partir dos 14 anos de idade. Guiada pelos objetivos, a pesquisa discutirá a seguinte problemática: em um cenário onde as perspectivas de futuro dos jovens estão intrinsecamente associadas ao trabalho, em que medida um Programa de aprendizagem, no caso o Programa Jovem Aprendiz do CIEE-SC, tem auxiliado nas decisões de âmbito escolar e profissional da juventude participante? Tomando como referência esse Programa, o estudo objetiva compreender de que forma o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido no CIEE-SC contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes. De forma mais específica, o estudo objetiva: (i) investigar a relação entre trabalho e educação e analisar a dimensão educativa do trabalho; (ii) analisar a legislação e as políticas públicas que visam promover a inserção dos jovens aprendizes nas instituições empregadoras; (iii) conhecer o perfil dos jovens participantes da pesquisa; e (iv) refletir acerca do futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes do CIEE da região Oeste de Santa Catarina. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é do tipo descritiva, estudo de campo e abordagem mista, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Enquanto instrumento de coleta de dados, em um primeiro momento, utilizou-se o questionário aplicado de forma online, por meio do Google Formulário, com questões objetivas, enviado aos participantes por e-mail. Em um segundo momento realizou-se a entrevista, na modalidade semiestruturada, realizada individualmente com os envolvidos, de forma presencial ou online. A interpretação dos dados foi fundamentada na metodologia da Análise de Conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin. Por fim, importa ressaltar que, apesar da complexidade do tema e da constante reflexão em torno dele, a pesquisa pode constatar que o trabalho é essencial na vida das(os) jovens participantes, tal qual para suas famílias, sobretudo devido ao aumento na renda familiar, o que pode justificar o início precoce no trabalho das(os) participantes, a

maioria se deu até 14 anos. Esta constatação aconteceu a partir da fala dos jovens trabalhadores aprendizes, tendo como um recorte a região oeste de Santa Catarina, portanto, faz-se necessário aprofundar as demais questões propostas neste estudo e ampliar a pesquisa.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação. Trabalho. Programa Jovem Aprendiz.

ABSTRACT

The complex task of perceiving future perspectives from the perspective of young workers can become more accessible and uncomplicated when we investigate based on the speeches of young apprentices, in a training path that points to a future of possibilities. This is the scenario in which this research takes place. To uncover this, we took as our object of study the Young Apprentice Program developed by the Santa Catarina Business-School Integration Center (CIEE-SC). The Young Apprentice Program is a public policy responsible for ensuring the insertion of young people into the job market. Law 10,097/2000, also known as the "Apprenticeship Law", allows the hiring of young apprentices from the age of 14. Guided by the objectives, the research will discuss the following issue: in a scenario where young people's future perspectives are intrinsically associated with work, to what extent a learning program, in this case the CIEE-SC Young Apprentice Program, has helped in decisions educational and professional scope of the participating youth? Taking this Program as a reference, the study aims to understand how the Young Apprentice Program developed at CIEE-SC contributes to the formative trajectory in basic and higher education and the professional training of young apprentice workers. More specifically, the study aims to: (i) investigate the relationship between work and education and analyze the educational dimension of work; (ii) analyze legislation and public policies that aim to promote the insertion of young apprentices in employing institutions; (iii) know the profile of young people participating in the research; and (iv) reflect on the future from the perspective of young CIEE apprentice workers in the West region of Santa Catarina. With regard to methodological procedures, the research is descriptive, field study and mixed approach, with qualitative and quantitative data collection. As a data collection instrument, initially, the questionnaire was applied online, using Google Form, with objective questions, sent to participants by email. In a second moment, the interview was carried out, in a semi-structured format, carried out individually with those involved, in person or online. Data interpretation was based on the Content Analysis methodology, developed by Laurence Bardin. Finally, it is important to highlight that, despite the complexity of the topic and the constant reflection around it, the research can confirm that work is essential in the lives of the young participants, as well as for their families, especially due to the increase in income family, which may justify the participants' early start to work, the majority of which took place up to 14 years of age. This finding came from the speeches of young apprentice workers, taking the western

region of Santa Catarina as a focus, therefore, it is necessary to deepen the other questions proposed in this study and expand the research.

Keywords: Educational Policies. Education. Work. Young Apprentice Program.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Dilemas das juventudes participantes da pesquisa.....73
Gráfico 2 – Idade que começou a trabalhar..... 75
Error! Bookmark not defined.

Figura 1 – Unidades do CIEE-SC..... 22
Figura 2 – Presença do CIEE nos municípios da Regional Oeste SC..... 23
Figura 3 – Percurso da Pesquisa..... 50
Figura 4 – Distribuição de pessoas desocupadas por idade..... 56
Error! Bookmark not defined.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Categoria do Trabalho..... 53
Quadro 2 – Categoria Educação Formal..... 67
Quadro 3 – Categoria Lei 10.097/2000..... 78
Quadro 4 – Categoria Juventudes..... 87
Quadro 5 – Categoria Juventudes..... 91

Tabela 1 – Indicação da idade que os participantes começaram a trabalhar..... 62
Tabela 2 – Renda média das famílias dos entrevistados..... 66
Tabela 3 – Indicação do grau de escolaridade dos participantes.....71
Tabela 4 – Conhecimento sobre a Lei Nacional da Aprendizagem..... 78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 19
2.1 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS..... 21
2.2 LOCAL DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA..... 22
2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA..... 24
2.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA..... 25
2.5 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS..... 26
3 RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO..... 28
3.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO..... 32
4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS JOVENS TRABALHADORES NO BRASIL..... 36
4.1 A LEI NACIONAL DA APRENDIZAGEM..... 42
4.2 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ..... 46
5 CATEGORIAS E ANÁLISE DOS DADOS – ENTRE FALAS E PALAVRAS.... 50
5.1 TRABALHO..... 52
5.1.1 Importância do trabalho e a relação familiar..... 55
5.1.2 O trabalho como princípio educativo..... 60
5.1.3 Trabalho como fonte de renda..... 63
5.2 EDUCAÇÃO FORMAL..... 66
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS..... 73
5.3.1 Lei 10.097/200..... 77
5.3.2 Programa Jovem Aprendiz..... 81
5.4 JUVENTUDES..... 87
5.4.1 Oeste catarinense e os jovens da pesquisa..... 89
5.4.2 O futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes..... 90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 93
REFERÊNCIAS..... 98
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE "PROGRAMA JOVEM APRENDIZ" O FUTURO NA VISÃO DOS JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES..... 108
APÊNDICE B – ENTREVISTA "PROGRAMA JOVEM APRENDIZ" O FUTURO NA VISÃO DOS JOVENS TRABALHADORES APRENDIZES..... 111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIEE-SC	Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAP	Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGE	Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

Para muitas pessoas, falar em juventude é falar de festas, mudanças de humor, rebeldia, alienação, amizades, bagunça e diversão. A juventude, afinal, é comumente descrita como a melhor fase da vida. Para outras tantas, a juventude é algo complexo e controverso, justamente por ser um período de tantas transformações, tanto físicas quanto mentais, um turbilhão de hormônios, uma infinidade de sentimentos e sensações.

Do ponto de vista cronológico, a UNESCO (2004) determina que a juventude vai dos 15 aos 24 anos. A OMS fala em adolescência dos 10 aos 19 anos e em juventude dos 15 aos 24 anos de idade (BRASIL, 2007). No Brasil, segundo o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade; enquanto o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA) define a população jovem até os 18 anos (BRASIL, 2013, 2021b). Mas, como veremos, a juventude não se restringe aos aspectos cronológicos.

Não há um consenso quanto à faixa etária e nem um conceito específico do que seja juventude. Ora ela é relacionada às transformações biológicas, ora relacionada às alterações psicológicas, uma etapa da vida ou, ainda, como uma construção social, carregada e nutrida de sentidos, além de ter diferentes concepções, conforme o momento, a classe social e o contexto social e político.

Bourdieu (1983), por exemplo, afirma que juventude é apenas uma palavra. Groppo (2013) aborda a diversidade de definições para esta etapa da vida. Já a antropóloga Regina Novaes fala em juventudes, para destacar a diversidade das juventudes (OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Tudo isso para dizer que a juventude é um período da vida marcado por incerteza, esperanças e altos e baixos. Podemos afirmar que é uma espécie de "montanha-russa", por conta disso. No panorama nacional, Silva e Vaz (2020) destacam que, em 2019, por exemplo, havia uma parcela significativa de jovens com idade entre 15 e 29 anos, que representava, na época, 28% da população acima dos 15 anos, sendo um contingente de força de trabalho ativa no país. Entretanto, nesse mesmo período, os jovens somavam mais de 54% da população brasileira de desocupados[1], ou seja, que não trabalhavam, nem de forma autônoma, nem com registro em carteira, isto é, encontravam-se totalmente fora do mundo do trabalho.

[1] São consideradas **desocupadas** as pessoas sem trabalho e ocupação e que não tomaram providências para conseguir um trabalho no período de 30 dias (PNAD, 2023a, 2023b, grifo nosso).

Segundo dados mais recentes do IBGE (2023), o Brasil conta com cerca de 52 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, o que corresponde a 25% da população brasileira. Manzanero (2021) destaca que, desse total, cerca de 23% dos jovens não estudam nem trabalham. Essa não é uma realidade somente do Brasil, mas mundial. Em 2021, cerca de 440 mil de jovens estavam inseridos no Programa Jovem Aprendiz (BRASIL, 2021a, online).

Perante o exposto e tendo em vista das dificuldades presentes no mundo do trabalho, como a presença real do desemprego e do trabalho informal, não só o primeiro trabalho, mas o trabalho como um todo torna-se superestimado e imprescindível para os jovens (COUTINHO; BORGES, 2012).

Precisamos compreender o jovem como sujeito social, como um indivíduo único que precisa de ações contínuas, políticas públicas efetivas para este grupo específico, sobretudo após a pandemia do Covid-19, onde os desafios e os problemas foram acentuados para os jovens, seja relacionado a trabalho, educação ou ao envolvimento dos jovens na sociedade, (DAYRELL, 2003, 2007; SILVA; LOPES, 2005; PEREZ; VOMMARO, 2023).

Para Costa (2001), o protagonismo juvenil proporciona a participação dos jovens em várias situações, seja no âmbito escolar, familiar, comunitário e/ou social, de fato exercendo seus direitos de cidadãos, tendo consciência da realidade que vivem e onde pretendem chegar.

Novaes aponta como demandas das juventudes o trabalho e a educação (OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021). Seja a educação formal, realizada em âmbito escolar ou a educação informal, realizada fora do ambiente escolar (CAZELLI; COIMBRA, 2013; MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009), a educação está diretamente interligada à vida profissional dos jovens e ao mercado de trabalho, ou seja, trabalho e educação estão relacionados, sobretudo para os jovens.

Falar em juventudes é falar de trabalho, de educação, de responsabilidades, de escolhas profissionais, do que ser e fazer para o "resto da vida", de oportunidades ou da falta delas. É o momento das primeiras experiências, das frustrações do desenvolvimento, da alegria do amadurecimento, do orgulho do desenvolvimento.

São diversos estudos a respeito da temática que envolve o jovem, o trabalho e a aprendizagem, seja o enfoque no Brasil ou em regiões brasileiras, bem como instituições e programas específicos, com base no olhar dos jovens ou das organizações.

Com base na problemática acima, devido ao tema em estudo, essa pesquisa está vinculada à linha de pesquisa de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Sem impessoalidades, chegar até aqui foi um caminho trilhado com muitas histórias, muitos sonhos e desafios, meu e de diversos jovens que contribuíram nessa jornada. O interesse pelo tema surgiu pelo envolvimento enquanto estudante, profissional e cidadã, por meio de minha formação e trabalhos realizados, pela paixão em atuar com jovens que dão sentido e entusiasmo à minha vida, que me auxiliaram em meu processo de desenvolvimento e que são fundamentais para esta pesquisa.

O envolvimento com jovens vem antes mesmo da graduação, por meio de trabalhos sociais e comunitários. Durante a graduação, a experiência surgiu por meio do programa de iniciação científica de orientação sexual para jovens em uma escola pública e, desde então, diversos trabalhos foram realizados com esse público, por meio de estágios, atividades voluntárias, especializações e atuação profissional.

Depois de muitas experiências, outras vivências, outros trabalhos, mais uma graduação e novas especializações, o amadurecimento é o desfecho e, com ele, o Mestrado e o tema desta pesquisa. Esta dissertação surge, portanto, como resultado de toda trajetória vivida e, principalmente, da observação e inquietação profissional, do trabalho diretamente com jovens que fazem parte do Programa Jovem Aprendiz e, consequentemente, parte de minha história.

As questões que levaram à pesquisa e, por vezes, guiaram este trabalho antes mesmo dele acontecer, referiam-se sobre a importância do Programa Aprendiz na vida dos jovens, o que mudou em suas vidas, expectativas e anseios. Tais questionamentos centralizaram o estudo e a curiosidade a respeito da temática envolvida, entretanto, sem ser algo estático, mas flexível e aberto aos resultados, mesmo que possam ser diferentes do esperado, isso não seria honesto e fidedigno aos dados obtidos, nem com a própria Ciência.

Pensar na transformação social do jovem, por meio do trabalho, traz à reflexão o problema de pesquisa ao cogitar, numa perspectiva de futuro, como o Programa Jovem Aprendiz auxilia nas decisões de âmbito escolar e profissional dos participantes.

Tendo como recorte espacial a região Oeste de Santa Catarina, a pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido no CIEE-SC contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa visa: (1) investigar a relação entre trabalho e educação e analisar a dimensão educativa do trabalho; (2) analisar a legislação e as políticas públicas que visam promover a inserção dos jovens aprendizes nas instituições empregadoras; (3) conhecer o perfil dos jovens participantes da pesquisa; e (4) refletir acerca do futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes do CIEE da região Oeste de Santa Catarina.

Para fins de organização e compreensão, será usado o termo jovem para referir-se à faixa etária a partir dos 14 anos de idade, que é idade mínima para trabalhar na condição de aprendiz no Brasil.

Com o propósito de apresentar este estudo, exporemos, inicialmente, no capítulo 2, a "Metodologia do Trabalho", demonstrando os caminhos metodológicos desta pesquisa. O capítulo 3 discorre sobre a "Relação entre Trabalho e Educação", com o objetivo de investigar essa relação e analisar a dimensão educativa do trabalho. O capítulo 4 apresenta as "Políticas públicas voltadas a jovens trabalhadores no Brasil", com a proposta de analisar a Legislação acerca do trabalho e aprendizagem no Brasil e o Programa Jovem Aprendiz. O capítulo 5, por fim, apresenta as "Categorias e Análise dos dados – entre falas e palavras", com apresentação e análise do trabalho realizado e no último capítulo temos as "Considerações Finais".

Apesar de muitas produções em torno da Lei da Aprendizagem, o tema da pesquisa não se esgota; pelo contrário, quanto mais pesquisamos, mais se abrem fissuras para novas pesquisas, sob uma nova ótica, por meio de diferentes atores.

Entendemos, assim, que a pesquisa pode contribuir para aprofundar aspectos quanto à temática e compreender, a partir da ótica dos jovens participantes, de que forma o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido no CIEE-SC contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes e, a partir disso, propor debates e novos estudos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa nem sempre são uma tarefa fácil, afinal, é por meio desse trajeto que a pesquisa vai percorrer seu curso, sendo um processo fundamental, com uma série de etapas para verificação e comprovação, ou não, do que se pretende investigar. Escolher a melhor forma para trilhar esse caminho é a chave para todo processo, pois dessa escolha depende o trabalho do pesquisador.

Como aponta Gil (2008, p. 08), "para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento", o que pode levar à possibilidade de respostas e, possivelmente, a outras muitas perguntas a serem respondidas.

A pesquisa é a essência da ciência. Ela requer observação, conhecimento, curiosidade, coragem e, sobretudo, disposição para indagar a realidade que nos cerca. Contudo, indagar nem sempre é uma tarefa simples, pois requer informações, observações, estudos e desprendimentos. Sobre o ato de fazer pesquisa, Minayo (2007) destaca que:

> Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 2007 p. 16).

Quanto aos objetivos, utilizou-se a pesquisa de campo como modo para investigar os processos diretamente com os envolvidos, sendo que esta forma de procedimento busca maior aprofundamento das questões envolvidas em um grupo específico. Lakatos e Marconi (2003, p. 186) afirmam que a pesquisa de campo é "utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles".

A pesquisa de campo aproxima o pesquisador da realidade que o cerca e busca compreender, dos atores envolvidos juntamente com seu objeto de pesquisa, como é a realidade. Consequentemente, a escolha do método acontece de acordo com a estrutura do problema de pesquisa. A presente investigação foi realizada sob uma abordagem com agrupamento de dados

de origem quantitativa e qualitativa, utilizando-se de questionário e entrevista semiestruturada como instrumentos para busca de informações a fim de responder às questões de forma alternada, sendo que "a utilização dos modelos em conjunto procura adotar vários métodos para análise do objeto de estudo, através da comparação dos dados obtidos por meio das abordagens quantitativas e qualitativas" (PASCHOARELLI; MEDOLA; BONFIM, 2018, p. 70).

O uso de ambos os métodos acontece para efetuar uma análise mais profunda sobre o tema pesquisado, mesclando entre as abordagens. Utilizar as duas abordagens é enriquecer ainda mais a análise, pois não se sobrepõem; pelo contrário, ambas se complementam.

> [...] a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado (GATTI, 2004, p. 13).

No que se refere à pesquisa qualitativa, ela é amplamente utilizada no meio acadêmico, com o intuito de explicar o motivo das coisas, compreender fatos e fenômenos, sem, necessariamente, quantificar os resultados obtidos. Na maioria das vezes, os resultados não são reduzidos a valores alfanuméricos, pois trata-se de questões individuais, valores, percepções, falas, sentimentos, expectativas, ou seja, aspectos da vida de cada indivíduo que não podem ser numerados, isto é, não são precisos, mas subjetivos.

Como apontam os autores, "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...]" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Enquanto a pesquisa quantitativa parte de dados palpáveis, passíveis de racionalização e lógica, trabalhar com ambas torna a coleta de dados mais precisa e com resultados mais seguros.

> A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

Este estudo combinou a integração de dados quantitativos e qualitativos de forma concomitante. Com base em Creswell (2010), acreditamos que essa integração amplia a compreensão do objeto de estudo, para uma interpretação e análise de dados mais global.

Visando demonstrar o engajamento ético na pesquisa científica, o projeto foi submetido à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da

Fronteira Sul (CEP/UFFS). Após a emissão do parecer n.º 5.481.717 e a aprovação no CEP/UFFS, o projeto foi autorizado a dar início à etapa de coleta de dados.

2.1 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizou-se o questionário online, com o uso dos Formulários Google, juntamente com entrevista na modalidade semiestruturada. Enquanto coleta de dados, também se fez a pesquisa e análise documental na Lei Nacional da Aprendizagem.

O questionário é um método que tende a atingir um número maior de pessoas, permitindo aos envolvidos mais liberdade em suas respostas e garante o anonimato dos envolvidos. Entretanto, seu uso pode apresentar algumas limitações, entre elas a falta de compreensão do respondente em determinada questão ou, ainda, a não devolução do documento ou devolução tardia (GIL, 2008).

A entrevista é uma técnica de interação social, já que o pesquisador estará diante do participante com o objetivo de obter dados sobre um tema específico, o que permite ao investigador observar as expressões do entrevistado, como tom de voz, além de possibilitar tirar dúvidas, em caso de dúvidas dos participantes, como aponta Gil (2008). De acordo com o mesmo autor, a entrevista pode apresentar algumas limitações, entre elas a falta de anonimato e exige mais tempo para realização.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 70), quanto à organização das questões do questionário, "[...] devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, sua formulação, além de tudo aquilo que se sabe sobre percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, liderança etc. [...]", o que também se aplica à formulação das questões da entrevista. Os mesmos autores ainda destacam que existem três tipos de questões: mistas, fechadas e abertas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nesta pesquisa, o questionário apresentou questões fechadas, de múltipla escolha, já que indica uma série de possíveis respostas, mas envolve a temática em questão, como demonstram Lakatos e Marconi (2003), o que permite ao participante, além de escolher as respostas estabelecidas, ter um espaço para responder em concordância com o que se pede, sobre o mesmo assunto.

A entrevista, na modalidade semiestruturada, tem por característica central a comunicação baseada na interação, de modo a deixar os participantes falarem de forma espontânea, porém com objetivos a serem atingidos pelo pesquisador, com um roteiro

estabelecido, questões propostas e a discussão direcionada nesse aspecto (FONSECA, 2002; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa e análise documental refere-se a "[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (GIL, 2008, p. 51). Neste processo, também se fez a pesquisa e análise de documento na Lei Nacional da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), tendo em vista que se realizou uma revisão da legislação e extraiu-se dados importantes para a pesquisa.

2.2 LOCAL DE COLETA DOS DADOS DA PESQUISA

O local de pesquisa foi o Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina, uma instituição sem fins lucrativos, presente no país há quase 60 anos, sendo 38 anos de história em Santa Catarina (CIEE-SC, 2022a).

O CIEE-SC possui 19 unidades de atendimento espalhadas pelo estado (Figura 1). Tendo em vista a área de interesse da pesquisadora e a Linha de Pesquisa, a pesquisa foi realizada na região do Oeste catarinense.

Figura 1 - Unidades do CIEE-SC

Fonte: Adaptado de CIEE-SC (2022b, online).

Quanto aos termos geográficos de Santa Catarina, a região do Oeste corresponde à Mesorregião do Oeste catarinense, uma das seis que estruturam o estado, num total de 118 municípios, sendo formada por cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê (RADIN; CORAZZA, 2018; BEGNINI; ALMEIDA, 2016).

A região de abrangência do CIEE-SC, na região Oeste do estado, abrange as unidades de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste, perfazendo um total de 115 municípios atendidos entre as unidades destacadas. A unidade de Chapecó vai de Abelardo Luz, passa por Chapecó, Seara, Xaxim, chegando a um total de 54 municípios. A unidade do CIEE-SC de São Miguel do Oeste contempla cidades como Dionísio Cerqueira, Maravilha, Palmitos, Anchieta, Descanso, Cunha Porã e Itapiranga. Ao todo, são 45 municípios atendidos. Já Concórdia atende 16 municípios no total, como Alto Bela Vista, Lindóia do Sul e Irani (SOL CIEE/SC, 2022).

Figura 2 - Presença do CIEE da região Oeste-SC

Fonte: SOL CIEE/SC (2022, online).

A população da pesquisa foi composta por jovens participantes do Programa Aprendiz do CIEE-SC, com 18 anos ou mais, do Oeste catarinense (unidades de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste). Na fase da coleta de dados, o programa contava com 308 jovens acima de 18 anos (SOL CIEE/SC, 2022), e para seleção dos participantes foi empregado o método de

amostragem por acessibilidade ou por conveniência, que consiste na seleção de indivíduos por facilidade de acesso.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participações em pesquisas são de suma importância, o que pode corroborar ou não as hipóteses e os dados, além de configurar toda estrutura do estudo.

A presente pesquisa ocorreu em dois momentos distintos: inicialmente, com o envio do questionário e, no segundo momento, com as entrevistas. Importante destacar que as entrevistas foram realizadas com os jovens respondentes do questionário que aceitaram colaborar com a segunda etapa do estudo, como mencionado no TCLE. A estruturação e análise deu-se a partir das respostas dos envolvidos tanto nos questionários quanto nas entrevistas.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram jovens com idade entre 18 e 23 anos, sendo 20 jovens com 18 anos; 9 jovens com 19 anos; 4 jovens com 20 anos; 4 jovens com 21 anos; 1 jovem com 22 anos e 3 jovens com 23 anos. Todos os envolvidos, no momento da pesquisa, eram jovens aprendizes do CIEE-SC da região Oeste. O questionário contou com 41 participações, o que representa 34% de retorno do total enviado. Já a entrevista contou com 20 participantes, o que corresponde a 49% de participações – 8 entrevistas ocorreram de forma online e 12 entrevistas ocorreram de forma presencial.

Quanto ao gênero dos jovens respondentes do questionário, 27 das respostas registradas foram do sexo feminino e 14 respostas do sexo masculino. Das entrevistas realizadas, foram 13 do sexo feminino e 7 do sexo masculino. No que se refere à cor[2] dos participantes, 33 se autodeclararam brancos e 8 se autodeclararam pardos. No que diz respeito à residência atual, 31 jovens assinalaram residir em área urbana e 10 jovens assinalaram residir em área rural.

A maioria estuda ou estudou em escola pública e, referente aos estudos atuais, do total de participantes, 23 afirmaram estar na graduação; 6 declararam já ter terminado os estudos, sendo que 1 relatou estudar por conta para entrar na faculdade; 2 assinalaram estarem no Ensino Fundamental; 8 no Ensino Médio e 2 no Ensino Técnico.

[2] A escolha foi feita pelos participantes, seguindo as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): amarela, branca, indígena, parda ou preta.

2.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA

Na pesquisa, buscou-se privilegiar a percepção dos jovens participantes, desenvolvida em etapas distintas. Na primeira etapa, foram levantadas informações acerca de todos os aprendizes com idade igual ou superior a 18 anos, ativos no programa de aprendizagem do CIEE-SC das unidades de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste no mês de março/2023. Chegou-se ao número de 308 jovens aprendizes com contratos em vigor no referido momento e correspondentes às características estabelecidas.

Com base na LGPD[3], os jovens foram convidados a participarem da pesquisa, sendo a participação voluntária e sem relação com o contrato vigente no Programa Jovem Aprendiz do CIEE-SC. Os jovens que aceitaram participar, informaram espontaneamente seu contato de e-mail para receber mais informações e as devidas orientações a respeito da pesquisa e sua colaboração.

Na etapa seguinte, aplicaram-se o questionário e a entrevista semiestruturada com os jovens que decidiram cooperar com a pesquisa.

No período de 24 de março a 15 de abril de 2023, o questionário e o TCL foram enviados por e-mail pela pesquisadora, por meio dos Formulários Google, em lista oculta, a 122 dos 308 aprendizes ativos, com o retorno de 41 respostas válidas. Dos 41 jovens que responderam ao questionário e foram contatados, 20 participaram da entrevista.

As entrevistas foram efetivadas entre os dias 26 de abril e 16 de maio de 2023, na modalidade semiestruturada, sendo 8 entrevistas realizadas de forma online e 12 entrevistas realizadas de maneira presencial, de acordo com a disponibilidade de cada jovem, perfazendo um total de 20 entrevistas efetuadas no período, com duração média de 30 minutos cada.

[3] [...] A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. De acordo com a Lei, dados pessoais são as informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I da LGPD). Disponível em: https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd. Acesso em: 21 maio 2023.

2.5 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

Quanto à análise e interpretação dos dados, o processo foi realizado de forma sistemática, de acordo com os objetivos propostos e sob a ótica da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que procura entender além do conteúdo proposto e da mensagem principal.

Ainda de acordo com a autora, a análise de conteúdo diz respeito a

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Bardin (2011) aponta que, para a análise de conteúdo, fazem-se necessários três momentos: 1º A **pré-análise** – organização dos materiais e observação do que se tem e do que precisa ainda ser coletado e organizado; 2º A **exploração do material** – codificação e categorização do material; e 3º O **tratamento dos resultados** – interpretação dos dados obtidos.

Após a coleta de dados, o material foi classificado, dividido em etapas e organizado de acordo com as respostas obtidas, conforme cada seção. A leitura ocorreu de forma minuciosa, por intermédio de um processo de verificação para encontrar possíveis falhas e inconsistências ou mesmo para averiguar a veracidade dos dados obtidos. Na sequência, o material foi codificado, ou seja, passou por uma transformação, a fim de levar a uma representação do conteúdo, em toda sua expressão, significados e sentidos e, consequentemente, à escolha de categorias (BARDIN, 2011).

No campo da ciência, a verificação de um dado é feita por meio da pesquisa, que tem por objetivo gerar um novo conhecimento, por meio de várias etapas e processos e, neste projeto, cada processo foi alinhado conforme o problema de pesquisa e os objetivos definidos previamente, o que leva esta pesquisa a ser classificada como de caráter descritivo e estudo de campo. Já, conforme os objetivos, a abordagem utilizada foi com levantamento de dados qualitativos e quantitativos, como pares dialéticos, que se complementam, a fim de responder às questões propostas. Enquanto instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário aplicado de forma online aos jovens das unidades de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste, com questões objetivas e a entrevista, na modalidade semiestruturada, realizada individualmente com os participantes.

O percurso metodológico foi alinhado pelo traço da pesquisa, que busca conhecer um grupo específico, com características semelhantes e, ainda, um grande grupo, o que faz de cada

escolha única e fundamental, sobretudo analisando os dados de forma qualitativa e quantitativa, enriquecendo a análise, já que ambas as formas se complementam. A definição dos procedimentos ocorreu por meio de uma estratégia de pesquisa com a finalidade de abranger, com o máximo de detalhes, a organização e o planejamento da pesquisa, como salienta Brumer *et al.* (2008), o que proporciona confiabilidade e verificabilidade do projeto de pesquisa.

3 RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

"Antigamente o que oprimia o homem era a palavra calvário;
hoje é salário."
(Carolina Maria de Jesus)

Quando falamos em trabalho, logo pensamos em uma atividade realizada para se chegar a um objetivo; pode ser abordado nas mais diversas esferas, sob aspectos diferentes, como na política, história, filosofia, economia, sociologia, de forma social e/ou individualmente. Os estudos relacionados ao trabalho são inúmeros, desde Platão, Aristóteles, Sócrates, passando pelas Corporações de ofício da Idade Média, Marx, Durkheim, Weber e diversos autores e estudiosos sobre o tema, nos mais diversos tempos da história (TOLFO, 2015).

O dicionário online de português[4], por exemplo, traz algumas definições sobre o que é trabalho, entre elas como "ofício ou emprego de alguém"; aponta como algo difícil e de responsabilidade; ainda apresenta como "conjunto das atividades realizadas por alguém para alcançar um determinado fim ou propósito" e "os mecanismos mentais ou intelectuais utilizados na realização de algo; lugar em que são aplicados esses mecanismos". Entre outras definições, o material também indica os sinônimos de trabalho como "esmero, lavor, labuta, labor, afã, responsabilidade, tarefa, serviço, ofício, ocupação, emprego, lida, trabalheira, dificuldade."

Em paralelo, o dicionário de filosofia,[5] em seu primeiro apontamento, apresenta trabalho como uma "[...] atividade cujo fim é utilizar as coisas naturais ou modificar o ambiente e satisfazer às necessidades humanas [...]" e discorre, entre outras coisas, que o trabalho implica dependência da natureza, com uma série de reflexões, sobretudo do reconhecimento do trabalho manual, em como o homem modifica o meio em que vive, sua relação com a natureza, com o meio em que o cerca e com os outros. Disserta sobre como o trabalho modifica o próprio homem, por meio de suas relações, referindo-se ao trabalho não alienado. Ao tratar sobre o trabalho alienado, o dicionário aponta que este está relacionado com a sociedade capitalista, na qual o sujeito é uma mercadoria e suas relações baseiam-se na objetificação do sujeito, não mais vistos como indivíduos únicos e dotados de sentimentos e sonhos (ABBAGNANO, 2007).

Marx (2008) traz apontamentos a respeito do trabalhador como mercadoria, assim como as matérias que produz, ou seja, o processo do trabalho transforma e produz mercadorias, assim

[4] DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em https://www.dicio.com.br/trabalho/. Acesso em: 16 abr. 2023.
[5] ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Disponível em: Dicionário de Filosofia.pdf - Google Drive. Acesso em: 16 abr. 2023.

como transforma o próprio trabalhador em uma mercadoria, um objeto, com preço e tempo estipulado.

Afinal, podemos afirmar essa relação como um ciclo em que o trabalho é para o trabalhador, tanto quanto o trabalhador é para o trabalho, uma correlação, uma necessidade, uma interdependência, pois é isso que faz a roda girar.

Em contrapartida, o trabalho enquanto fonte de transformação humana, como motivo e fonte de lutas e sobrevivência é demonstrado por Engels em uma de suas obras:

> O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1999, p. 04).

O trabalho é milenar. Consequentemente, estudar e discorrer sobre o trabalho envolve tratar de um termo amplo e polissêmico (SILVA, 2012), sobretudo, "[...] que envolve tipos diversos de relações entre o homem e as atividades das quais ele se apropria, sendo passível de ser estudado por diferentes ciências e campos de conhecimentos, como também sob diferentes bases epistemológicas" (TOLFO, 2015, p. 617).

Cada indivíduo atribui um sentido ou significado ao trabalho, o que se supõe ser uma construção histórica, social, econômica, etc. Antunes (2009, p. 273) explana, em sua obra a respeito dos sentidos do trabalho, que a jornada de atividades laborais implica diretamente na relação que temos com o trabalho, destacando que "uma vida cheia de sentido fora do trabalho, supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho".

Por muito tempo, o trabalho foi associado a algo ruim e penoso, como um castigo e humilhação, até mesmo um feito somente para escravos.

> Na Grécia Antiga, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. Platão considerava o exercício das profissões vil e degradante. Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto (RIBEIRO; LÉDA, 2004, p. 76).

No decorrer da história, a compreensão sobre o trabalho sofreu várias alterações, como forma de castigo; trabalho escravo; trabalhadores livres e com direitos; a própria Revolução Industrial; como força de trabalho qualificada; um sistema de alienação e exploração dos indivíduos, fonte de sobrevivência. Faz parte da vida enquanto sociedade(s), o sentido é histórico e as vivências são únicas e coletivas. Silva (2012, p. 145) apresenta que "[...] apesar

de todas as profundas mudanças, o trabalho permanece como uma atividade crucial para a sociabilidade humana, pois, por intermédio dele, os indivíduos organizam suas vidas, constroem sua relação com o tempo, com a família e com os outros". A referida autora ainda escreve que o trabalho "[...] passou a atuar como base central de identificação e localização dos indivíduos na estrutura social" (SILVA, 2012, p. 156). Para a mesma autora, mencionando Castel (2003)[6], o trabalho é o eixo central da humanidade; é a dimensão que organiza as relações e torna-se parte fundamental na estruturação e na organização da vida das pessoas.

Para Marx (1996), o trabalho é o princípio organizador da vida em sociedade. Ele enfatizou a importância do trabalho, definindo-o como relação com a natureza, capaz de transformá-la a fim de satisfazer as necessidades humanas e como uma atividade categoricamente humana, tendo em vista que é uma atividade consciente, espontânea e com objetivos – um meio para chegar a um fim.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] (MARX, 1996, p. 297).

Ao transformar a natureza por meio do trabalho, para atender a suas demandas, o homem se diferencia dos demais animais, o que o torna um ser racional. "[...] O que o homem é, é-o pelo seu trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico" (SAVIANI, 2007, p. 154).

A relação do homem com o trabalho passa a relacionar-se com sua identidade, como ele se torna ao longo da vida; com suas relações profissionais, sociais e pessoais; ao grupo a que pertence e às escolhas que realiza. Sem trabalho, muitos não se reconhecem, pois têm o trabalho como parte indispensável da vida, como apresenta Rohm e Lopes (2015, p. 333):

> O trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência. Por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida. Todavia, o trabalho na pós-modernidade ocupa de tal forma um espaço no desejo do indivíduo que as pessoas

[6] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003.

> buscam somente neste papel o sentido de suas vidas, inviabilizando a autorrealização plena do ser humano.

O trabalho passa a ter destaque de *status* social, supervalorizado pelas sociedades e segue sendo uma busca de prazer, satisfação, valorização, qualidade de vida e retorno financeiro. Cada vez mais valorizado, o trabalho direciona nossas vidas e, consequentemente, nossas escolhas, inclusive aquelas voltadas à educação.

Entende-se que a educação e o trabalho são intrinsecamente humanos e, assim, compreendidos como a base para a formação humana, sendo a maneira como o homem se constrói e constrói o mundo ao seu redor.

Por meio do trabalho, o homem se desenvolve e aprende a ser na natureza. Ele não nasce pronto. Como explica Saviani (2007, p. 154):

> Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

A evolução do homem está associada ao processo do trabalho e educação, visto que, segundo o autor, é por meio do trabalho que se dá a formação humana, pois o homem aprende pelo próprio ato do trabalho.

> Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007, p. 154).

Era dessa forma que o processo educativo se dava em sociedades antigas: aprender por meio do trabalho. Os mais velhos ensinavam os mais novos, e esse conhecimento ia passando de geração a geração, como ainda ocorre em alguns grupos sociais. A educação é uma prática social, e transpassa o dia a dia das pessoas, pois está presente em tudo e ocorre de formas distintas, logo, pode-se dizer que há aprendizagem no trabalho e por meio do trabalho. (BRANDÃO, 1981).

Neste sentido, ao abordar trabalho e juventudes, por exemplo, alguns autores como Sposito (2005), consideram o trabalho como parte da identidade dos jovens, tendo em vista que o trabalho também faz a juventude em nosso país, justamente devido a relação entre trabalho e educação e a presença precoce do trabalho na vida de crianças e jovens.

Assim, a relação entre trabalho e educação perpassa décadas até os dias atuais, como princípio educativo e papel mediador do homem e do mundo, como fonte de aprendizado e desigualdade social e como base estruturante e fonte de sabedoria e riqueza.

Saviani (2007) explica que, com a divisão de classes e a elevação da propriedade privada, houve um distanciamento entre trabalho e educação, que se agravou ainda mais com a produção capitalista e a relação de trabalho. O trabalho passa a ser um bem de troca, uma relação de força e valor associados, e a educação, como aponta Suchodolski (2010, p. 60), torna-se um elemento de desigualdade social, "[...] um elemento de hierarquia social burguesa moderna".

Além de todas as mudanças mencionadas e muitas outras relacionadas ao trabalho, de acordo com Antunes (2006, p. 49):

> [...] o mais brutal resultado dessas transformações é a explanação sem precedentes na era global, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global [...]. Ainda de acordo com o autor, devido a fragmentação da classe trabalhadora, o trabalho passa a excluir os mais jovens e os mais velhos, o que nos faz pensar na educação como um caminho para nossas ascensões (grifos acrescentados).

3.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Como vimos anteriormente, são muitas as concepções de trabalho, mas, para compreender o que é o trabalho como princípio educativo, faz-se necessário definir o que é trabalho, no sentido ontológico e histórico. O sentido ontológico é imutável, já o sentido histórico varia de acordo com o contexto histórico vigente. Por isso, tem-se diversas variações a respeito do sentido de trabalho da humanidade.

Compreender o trabalho como sentido ontológico é entender que ele é inerente à condição humana, ou seja, faz parte de sua essência para sua existência.

> A questão da ontologia tem uma história antiga na metafísica clássica e está ligada à identidade do ser (o ser é e o ser não é). Na ontologia marxiana, o termo é entendido dialeticamente, indica a objetividade dos seres que são e não são ao mesmo tempo, porque estão em permanente transformação. Somos e já não somos o que éramos há algum tempo. [...] O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 3).

Ainda, segundo Lessa, o trabalho é:

> [...] a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Neste preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das

> determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2012, p. 25).

Enquanto o sentido ontológico refere-se ao trabalho como próprio da natureza humana, o sentido histórico do trabalho visa explicar essa relação, pautado nas diferentes épocas e sociedades humanas, como na Idade Antiga a forma de trabalho era o trabalho escravo, já na Idade Moderna a forma de trabalho é o trabalho assalariado. O sentido histórico do trabalho está relacionado ao modo de produção e ao sentido econômico (OLIVEIRA NETO; AZEVEDO; ARIDE, 2018).

Desde os primórdios, o homem aprende por meio do trabalho, mas não se pode resumir o trabalho como princípio educativo falando somente do aprender fazendo.

> [...] inobstante a centralidade do trabalho como fundamento do ser social, não é qualquer forma de trabalho que pode ser considerada como princípio educativo[...]. Com efeito, o trabalho que degrada, que bestializa, que aliena, não pode servir de princípio para a construção de um projeto de educação emancipatória (TADDEI; DIAS; SILVA, 2014, p. 9).

Frigotto (2008) aponta que o trabalho, como princípio educativo, surge de uma necessidade real dos seres humanos, como a de alimentar-se e vestir-se. Ele ressalta que é um processo pedagógico, mas não se resume a isso, sendo, também, um direito e um dever de homens e mulheres.

Marx (1996) apontava que o trabalho do homem modifica a natureza para satisfação própria, de forma intencional e objetiva. Com isso, defende, como ideia central, que a existência humana não é meramente biológica, mas criada pelo próprio homem. Nesse sentido, tanto o trabalho quanto a educação são ações humanas. Compreender o trabalho como princípio educativo é compreender a ação do homem sobre o meio que o cerca e a si mesmo.

> E o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade) (FRIGOTTO, 2009, p. 72).

Além disso, em conformidade com Saviani (2007), o trabalho, como princípio educativo, também é aquele voltado a emancipar o indivíduo, para que possa pensar e ter atitudes reflexivas, críticas e não alienadoras, o que se assemelha com o papel da escola. Logo, também cabe à educação proporcionar ferramentas ao indivíduo para que este possa conhecer a si e ao mundo.

O trabalho, enquanto princípio educativo, é pensar na formação do indivíduo em sua totalidade, a fim de desenvolver suas potencialidades. Isso não significa simplesmente falar de formação profissional, "mas também no acesso ao conhecimento técnico e científico dos processos produtivos e no entendimento das relações de classe subjacentes ao trabalho e à educação nas sociedades capitalistas" (CIAVATTA, 2019, p. 142).

Essa percepção de trabalho decorreu de um processo histórico, que passou por alterações ao longo dos tempos, assim como a relação da sociedade e da classe trabalhadora com o próprio trabalho e educação.

Ciavatta (2019) aponta que a discussão do tema esteve associada à politecnia e à visibilidade social e política, tendo em vista que a educação ampla e significativa esteve reservada à elite, enquanto aos trabalhadores reservou-se a educação profissional, destinada sobretudo a preparar a população para o trabalho.

Marx e Engels (2011) defenderam a educação politécnica como uma proposta de mudança social da sociedade por meio da educação para todos, indistintamente, promovendo a formação integral do sujeito e o vínculo com o trabalho por meio de uma relação justa e transformadora. Segundo os pensadores, "esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevarão a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática" (MARX; ENGELS, 2011, p. 86).

Dessa forma, os primórdios do trabalho, como princípio educativo, têm relação direta com a educação politécnica, tendo em vista que muitos dos jovens trabalhadores aprendizes têm sua primeira relação com o trabalho por meio do Programa Jovem Aprendiz e muitos na condição de estudante. Consequentemente, o trabalho, como princípio educativo, poderia ser a base da formação da população, que vê, muitas vezes, no trabalho, a saída ou entrada para condições melhores de vida.

> Do ponto de vista educativo, o esforço das forças progressistas deve caminhar no sentido da escola unitária, onde se possa pensar o trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social. Trata- se de pensar o trabalho em outro contexto social, no qual o trabalhador produza para si, e onde o produto do trabalho coletivo se redistribua igualmente (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 76).

Isto é pensar em uma educação não excludente, que tenha as pessoas – crianças, jovens e adultos, como parte central e essencial da sociedade e não somente o mercado de trabalho como centralidade. Mais que uma força de trabalho, são seres humanos, com sonhos e desejos, que veem no trabalho a forma de sobrevivência, como a maneira de realizar projetos e realizar-

se a si mesmos. Nesse processo, a educação é parte fundamental, mas qual é o papel da educação, da escola como meio, ou seria para um fim?

> O trabalho sofreu ao longo da história muitas transformações, exigindo, em diferentes momentos, um determinado tipo de trabalhador. Por sua vez, a educação caminhou sempre lado a lado às transformações do trabalho, pois as mudanças nos processos de trabalho implicavam (e necessitavam) transformações na educação relacionadas diretamente às novas formas de produção. Assim como o trabalho, a educação faz parte da natureza humana, sendo ambos, condições *sine qua non* para a evolução do homem na história, estando presentes em todas as relações estabelecidas entre os homens, desde as sociedades mais primitivas até sociedade capitalista contemporânea (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 211).

O objetivo central deste trabalho não é a escola em si, mas seria leviano não levantar algumas questões para refletirmos, entre as quais, onde fica o papel da educação e da escola nesse processo?

São muito mais perguntas do que respostas, quiçá as respostas não surjam de uma só vez, somente com mais pesquisa e muito mais indagações, pois como afirma Enguita (1989, p. 10), "o trabalho é necessário para a reprodução da vida humana, mas é algo mais que uma mera reprodução mecânica. Ele incorpora um elemento de vontade de se converter em atividade livre e, de maneira geral, na base de toda liberdade".

Se o trabalho é um princípio educativo, a educação é uma dimensão essencial para o desenvolvimento intelectual, pessoal, escolar, acadêmico, profissional, moral dos indivíduos em sociedade.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS JOVENS TRABALHADORES NO BRASIL

A quem florestas e mares foi rasgando e entre raios,
pedradas e metralhas, ficou gemendo, mas ficou sonhando!
(Cruz e Sousa)

Definir quantas políticas públicas existem atualmente no Brasil pode ser tão complexo quanto dizer o que é uma política pública. Há muitos conceitos a respeito de políticas públicas, podendo ser definidas como um conjunto de regras e diretrizes que norteiam as ações dos governos e mediam as relações com a sociedade. Mas o que é possível dizer sem a preocupação de cometer exageros é que as políticas públicas têm papel fundamental para o bem-estar da população e resolução de problemas de diversas ordens, sejam eles sociais, econômicos, da área da saúde ou da educação.

Nesse sentido, pode-se compreender a política pública como "uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público" (SECCHI, 2013, p. 2) e, ainda, como "[...] um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores" (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 8).

As políticas públicas, segundo Amabile (2012), influenciam e são influenciadas pelas relações sociais, bem como pelos seus princípios, crenças e costumes.

> Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório (AMABILE, 2012, p. 390).

Ou seja, algumas políticas públicas são para grupos específicos, como crianças, idosos, mulheres, pessoas em situação de rua, jovens, entre outros, ou, ainda, para atender a uma demanda pontual, como o acesso à educação superior. Um exemplo é o Programa Universidade para Todos, o PROUNI, criado para oportunizar bolsas de estudos em cursos de graduação para um público definido: professores e estudantes que atendam a alguns critérios estabelecidos e nunca tenham cursado o ensino superior. O mesmo acontece quando se fala em políticas públicas para jovens, diretrizes voltadas a esse grupo específico, com suas particularidades,

necessidades e atores, seja relacionada a questões como violências, educação, saúde, lazer, cidadania e/ou trabalho.

Para abordar a respeito de políticas públicas voltadas para jovens trabalhadores, faz-se necessário um resgate histórico sobre o trabalho infantojuvenil no Brasil, tendo em vista que ainda é uma realidade presente em nossa sociedade, em muitas famílias. Não se trata de uma "ajuda em casa", mas de exploração, de abandono escolar e maus-tratos. Para fins de organização, utilizaremos o termo trabalho infantojuvenil para abordar o trabalho de crianças e adolescentes nesta pesquisa.

Por força de trabalho infantojuvenil, compreende-se todo trabalho realizado por crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz ou, como regra geral, abaixo dos 16 anos. Algumas atividades são proibidas a menores de 18 anos, como trabalho noturno, insalubre, perigoso e penoso – contidos na lista TIP das piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2008).

No decorrer da história, a utilização da força de trabalho infantojuvenil para o desenvolvimento econômico era algo comum e naturalizado. O trabalho infantojuvenil é milenar. Lugares do mundo inteiro têm registros da utilização da força de trabalho infantojuvenil. Como aponta Vianna (2005), no Egito todas as pessoas tinham que trabalhar, independentemente da idade ou classe social. Já na Grécia e Roma, os filhos dos escravos eram obrigados a trabalhar e, na Idade Média, o menor[7] trabalhava sem nenhuma condição digna de trabalho e sem remuneração, por vezes tinha que pagar ao senhor feudal.

Até o Código de Hamurabi, como aponta Nascimento (2004), traz menções à proteção do aprendiz, referente ao aprendizado de um ofício. Entretanto, se antes o trabalho infantojuvenil era restrito ao círculo familiar, com o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na Revolução Industrial, essa prática muda de configuração, como as demais relações de trabalho.

> A Revolução Industrial causou uma profunda modificação na estrutura da economia familiar, à medida que os produtos artesanais não mais conseguiam competir com a intensa carga produtiva de máquinas. Deste modo, a mão de obra infanto-juvenil, presente em atividades agrícolas no período pré-industrial, acabou se transferindo para os centros industriais. A oferta de empregos nas indústrias fez com que grande parte das famílias se deslocasse para áreas urbanas em busca de novas oportunidades, pois empregadores procuravam mão de obra barata e facilmente controlável, acarretando, em decorrência, do ingresso de mulheres e crianças nas fábricas (LIBERATI; DIAS, 2006, p. 13-14).

[7] Termo utilizado pelo autor em destaque.

Com a Revolução Industrial, o trabalho infantojuvenil passa a ser força de trabalho explorada e comercializada. Crianças e adolescentes submetidos a uma jornada de trabalho exaustiva, com 12 horas ou mais de trabalho por dia, sem remuneração ou recebendo em troca do trabalho um teto, comida e, por vezes, castigos, como forma de punição por algo feito ou não (GRAF, 2008; GRUNSPUN, 2000).

Ao longo da história, pelos mais diversos motivos, a força de trabalho infantojuvenil foi utilizada, seja para corrigir ou moldar o caráter ou, ainda, por ser mais barata; todavia, com a Revolução Industrial, a desigualdade social assolou muitas famílias, que passam a levar ou oferecer seus filhos para o trabalho, como forma de sobrevivência. "A baixa remuneração exigia do trabalhador a inserção de toda sua família, incluindo mulheres e crianças no trabalho, para a garantia de sobrevivência" (SOUZA, 2006, online).

No Brasil, não é diferente. Ao longo da história, temos registros de trabalho infantojuvenil como uma prática comum e cultural, naturalizada e compreendida como uma maneira de contribuir para o sustento da casa, entre outras definições. Desde a colonização, temos a exploração do trabalho infantojuvenil de indígenas. Também há registros de que as embarcações vindas de Portugal traziam crianças, conhecidas como grumetes, que realizavam os mais diversos trabalhos e sofriam as mais diversas formas violências, e os pajens da nobreza, crianças e adolescentes que realizavam trabalhos menos árduos, mas da mesma forma eram exploradas.

> O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias (RAMOS, 1999, p. 17).

Crianças órfãs e pobres eram submetidas ao trabalho, além de abusos. No período da escravidão, a exploração do trabalho infantojuvenil no país também aconteceu de forma destrutiva e abusiva, tendo em vista que escravos eram considerados propriedades e, como tal, não tinham direitos, o que podia ser ainda pior para crianças e adolescentes.

> Para os escravos adolescentes, a vida não era fácil [...] Viviam sob o controle dos senhores, tanto nas senzalas quanto nas cidades, se fossem escravos urbanos. No campo os meninos começavam desde cedo a trabalhar nas lavouras e na mineração, dependendo do lugar onde moravam. Um negro saudável de 14 anos era considerado uma mercadoria importante e cara, pois tinha toda a força da juventude para gastar no trabalho. Por isso, a maioria dos escravos jovens era encaminhada para trabalhos pesados [...] (DOURADO; FERNANDES, 1999, p. 53).

No Brasil, como apresenta Marcílio (1999), a exploração do trabalho infantojuvenil sempre foi uma prática recorrente. Um exemplo é a Santa Casa de Misericórdia que, mesmo sendo uma instituição de acolhimento, utilizava a força de trabalho dos internos como moeda de troca para alimentação e um lugar para ficar, ou trabalho remunerado. Além disso, temos a desigualdade social, que impulsiona o trabalho de crianças e adolescentes para auxiliar financeiramente suas famílias, quando muitas abandonam ou nunca foram à escola, por exemplo. As consequências são as mais diversas, desde físicas e mentais até sociais, como aponta Grunspun (2000, p. 45-46):

> [...] as famílias não conseguiram mais dispensar o ganho das crianças para poder se manter. Muitas vezes com aprovação de líderes políticos, sociais e religiosos, as crianças passaram a trabalhar nos serviços mais perigosos. Os resultados sociais malignos incluíam analfabetismo, com ulterior empobrecimento maior das famílias e uma multidão de crianças doentes, mutiladas e aleijadas.

Tal prática ainda acontece de maneira indiscriminada, como mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre o trabalho infantojuvenil, a qual aponta que 1.768 milhão de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos, trabalham em todo o território brasileiro, o que representa 4,6% da população, em torno de 38,3 milhões nesta faixa etária, levando muitos ao abandono escolar (IBGE, 2020). Devido à precarização, aos abusos, às violências sofridas, às jornadas exaustivas, à coisificação e à objetificação de crianças e adolescentes, entre outras experiências decorrentes do trabalho infantojuvenil, os efeitos podem ser devastadores para a vida toda.

> O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional (POCHMANN, 2000, p. 9).

A partir do apresentado, diversas medidas surgiram no mundo contra o trabalho infantojuvenil. Sob a ótica do cuidado e dos direitos dos trabalhadores, passou-se a pensar na exploração e bem-estar do menor[8], e o trabalho passa a ser visto como forma de correção, que resulta no Primeiro Código de Menores, publicado em 1927, no Brasil, por meio do Decreto n.º 17.943, de 12 de outubro de 1927, simbolicamente na data de comemoração do Dia das

[8] Com o ECA, a expressão ‘menor’ foi suprimida. Entretanto, quando utilizada para se referir a crianças e adolescentes, geralmente, o termo vem impregnado de estigma e exclusão, afinal, não são todos “de menor” no Brasil (SANTOS *et al.*, 2009).

Crianças. A normativa é considerada um dos primeiros meios legais de proteção à criança e ao adolescente na América Latina (BRASIL, 1927; WESTIN, 2015).

Apesar do avanço no que tange à proteção de crianças e adolescentes, muitas críticas surgiram em torno do Código de Menores, principalmente em relação à classe social desses menores que a Lei se referia – em sua maioria pobres e negros.

O Código estabelece que "o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código" (BRASIL, 1927, online).

Nesse sentido, em uma sociedade pós-escravista, pensava-se na correção por meio do trabalho, como forma de coibir a criminalidade e a delinquência. Assim, apesar das críticas, o Código proibia trabalho a menores de 12 anos e trabalho perigoso e noturno a menores de 18 anos, o que se pode considerar um avanço em termos de proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil, já que antes estavam regulamentadas pelo Código Penal (MOURA, 1999). Longe de ser o ideal, todavia, a partir desse momento, outras formas de proteção surgiram, e movimentos passaram a se organizar para lutar pela erradicação do trabalho infantojuvenil.

Em 1932, com o Decreto n.º 22.042, de 3 de novembro de 1932, a idade mínima para o trabalho passou a ser de 14 anos, mas era expressamente proibido o trabalho nas minas para menores de 16 anos e àqueles que não eram letrados podiam estudar, entre outras medidas.[9]

Com a Constituição Federal de 1934 fica vedado a menores de 14 anos o trabalho, enquanto para menores de 16 anos é terminantemente proibido o trabalho noturno, e o trabalho insalubre é reprimido aos menores de 18 anos. Por fim, não pode haver distinção salarial devido à idade.[10] A Constituição Federal de 1937 não teve alteração no que se refere à proteção e trabalho infantojuvenil.[11]

Em 1943, a CLT apresenta um capítulo específico a respeito da proteção "do trabalhador menor"[12,13]. Na Constituição Federal de 1946, o trabalho continua proibido para menores de 14 anos e para menores de 18 anos em locais insalubres e no período noturno.[14]

---

[9] Disponível em: https://is.gd/cc2rip. Acesso em: 15 jul. 2022.
[10] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
[11] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
[12] Expressão usada no texto origem.
[13] BRASIL, 2017.
[14] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

Contudo, em 1968, a nova Constituição Federal faz um retrocesso quanto à proteção do trabalhador jovem, permitindo o trabalho a menores de 12 anos.[15] Em 1979, houve alteração no Código de Menores, com a revogação do Decreto anterior, e a proteção do trabalho infantojuvenil passaria a seguir as indicações da CLT.[16]

Por meio da Constituição Federal de 1988 e da Emenda Constitucional, retomamos a idade mínima de 14 anos para o trabalho no Brasil, na condição de aprendiz e com diversas ressalvas.[17] Já em 1990, sob a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, o Brasil conquista um novo instrumento de proteção aos direitos e deveres de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz um capítulo dedicado à profissionalização e à proteção do trabalho.[18]

A LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) também foi um marco frente à proteção de crianças e adolescentes ao destacar a formação educacional.[19] E, finalmente, em 19 de dezembro de 2000, a Lei da Aprendizagem (Lei n.º 10.097) passa a vigorar no Brasil.[20]

Todas essas leis impulsionaram a criação de programas, projetos, ações e políticas públicas voltadas à proteção do trabalho infantojuvenil e a jovens trabalhadores no Brasil. Dentre as políticas públicas voltadas a jovens trabalhadores, destacamos algumas, entre elas: a Lei n.º 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio[21]; o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil[22]; o PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional[23]; o PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego[24]; o PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens[25]; o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego[26]; e o Projeto Escola da Fábrica[27], que são algumas das ações que estimularam a inserção do jovem no mercado de trabalho, assim como impulsionaram a formação profissional do jovem. Inclusive, estudos realizados pela UNESCO (2004) mostram que um dos anseios dos jovens é a entrada no mercado de trabalho, o que merece atenção e cada vez mais políticas públicas efetivas para essa demanda.

---

[15] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
[16] Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
[17] BRASIL, 2022a.
[18] BRASIL, 2019.
[19] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.
[20] SINAIT, 2019.
[21] Disponível em: https://is.gd/qeubMZ. Acesso em: 15 jul. 2022.
[22] Disponível em: https://is.gd/rUXZXA. Acesso em: 15 jul. 2022.
[23] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pp.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.
[24] Disponível em: http://www3.mte.gov.br/pnpe/leg_default.asp. Acesso em: 15 jul. 2022.
[25] Disponível em: https://is.gd/i5Ph0G. Acesso em: 15 jul. 2022.
[26] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pronatec. Acesso em: 15 jul. 2022.
[27] Disponível em: https://is.gd/eWjpv5. Acesso em: 15 jul. 2022.

> Os jovens buscam ainda respostas continuadas às necessidades de atenção integral, daí que propostas de políticas de juventudes devem ultrapassar enfoques setoriais, pontuais, fragmentados, convencionais e avançar para imprimir uma perspectiva geracional-juvenil, enfatizando que a juventude é um tempo de estudar, de se formar cultural e fisicamente, de desenvolver valores éticos e espírito crítico, bem como de ter garantido os meios de subsistência (UNESCO, 2004, p. 16).

Frente ao cenário descrito, faz-se necessário pensar em políticas públicas oportunas para esse público específico, pensando que, no Brasil, diferentemente de outros países, muitos jovens trabalham e estudam (POCHMANN, 2007). Nossas juventudes apresentam particularidades e anseiam por reconhecimento e respeito, além de diretrizes próprias.

No Brasil, no que tange ao trabalho, as políticas voltadas a jovens possuem, segundo Gonzalez (2009), três enfoques centrais: o primeiro refere-se à transição do jovem para o mercado de trabalho e sua preparação para essa mudança; o segundo aspecto destaca o prolongamento da escolarização do jovem, incentivando sua permanência escolar; o terceiro visa combinar esses enfoques, ou seja, regular a participação dos jovens no mercado de trabalho, concomitantemente à continuidade dos estudos. Uma dessas iniciativas que visam conciliar trabalho e estudos é a Lei Nacional da Aprendizagem.

4.1 A LEI NACIONAL DA APRENDIZAGEM

A Lei n.º 10.097/2000, promulgada em 19 de dezembro de 2000, popularmente conhecida como a Lei da Aprendizagem ou Lei do Jovem Aprendiz ou, ainda, Programa Jovem Aprendiz - é considerada uma das políticas mais eficazes contra o trabalho infantojuvenil no Brasil, além de proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho com garantias de direitos, na perspectiva de um futuro de sonhos, com destaque para a educação.

Não é de se estranhar que, depois de décadas de lutas, no ano 2000, a Lei da Aprendizagem seja sancionada, mas, somente em 2005, cinco anos após sua criação, a Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005, regulamentando a contratação de jovens com idade entre 14 a 24 anos incompletos, na condição de aprendiz.

Como mostrado anteriormente, por diversas vezes, pensou-se no trabalho infantojuvenil, com avanços e retrocessos. Por meio de Decretos e Leis, a idade mínima para o trabalho no Brasil passou por diversas alterações, mas, desde a Lei da Aprendizagem, definiu-se a idade mínima para o trabalho: a partir dos 16 anos ou, na condição de aprendiz, com 14 anos ou mais. Essa trajetória é regida por muitas nuances na história brasileira, mas, por meio

da Constituição Federal, várias conquistas foram possibilitadas, entre elas, a criação do ECA e alterações de dispositivos na CLT, entre projetos e programas para garantir a proteção total e bem-estar dessa população.

A Constituição Federal traz, em seu corpo, algumas vezes, a palavra aprendiz/aprendizagem explicitando a condição do jovem trabalhador no Brasil. A CLT, em seu Capítulo IV – Da Proteção do Trabalho do Menor, SEÇÃO I – Disposições Gerais, Art. 402 ao 441, trata exclusivamente do contrato ao desligamento do aprendiz; do trabalho e remuneração; e dos direitos e deveres. Já o ECA apresenta, no Capítulo V – Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, do Art. 60 ao 69, exclusivamente do trabalho do jovem, e todo dispositivo de Lei apresenta, em seus artigos, direitos e deveres da sociedade com os jovens e dos jovens para com a sociedade (BRASIL, 2017a; 2018; 2021b; 2022a).

A Lei da Aprendizagem também sofreu alterações ao longo dos anos, com o objetivo de adequar-se às mudanças sociais e aos aspectos que, na época de sua criação, não foram considerados, mas, com o tempo, viu-se a importância de serem revistos, como a questão da licença maternidade para as mães adolescentes, que passou a estar expressa na legislação, com o objetivo de manter e garantir, assim, os direitos de jovens trabalhadores no Brasil, sem perdas ou recuos nesse sentido. Um dos pontos essenciais da Lei da Aprendizagem é a permanência do jovem na escola, estudar é uma exigência sem "parênteses", sem mais ou menos, já que renunciar a isso seria um retrocesso sem precedentes (BRASIL, 2018; 2021a; MPT, 2021).

A origem do Contrato de Aprendizagem remonta à década de 1930. Como aponta Fonseca (2013, p. 105), o Contrato "[...] visava iniciar a industrialização no Brasil. Com a edição da CLT, em 1943, regulamentou-se o contrato em tela, de forma triangular entre empresas, Serviços Nacionais de Aprendizagem e adolescentes de 12 a 18 anos, inicialmente." O principal objetivo da Lei era promover a formação profissional e o trabalho para jovens.

> O modelo getulista, porém, tornou-se insuficiente, visto que a sociedade plural e urbana, massiva e globalizada do século XXI, passou a exigir novas diretrizes, superados que foram os processos da sociedade industrial, que se converteram pela demanda da chamada "sociedade pós-industrial" ou "do conhecimento". A Lei nº 10.097/00, incorporando a doutrina da proteção integral dos adolescentes, alterou a CLT. Ao preservar o modelo anterior, propôs a sua renovação, visando, com isso, aperfeiçoá-lo e torná-lo compatível com as necessidades de milhões de adolescentes que vivem nos mais variados rincões [...] (FONSECA, 2013, p. 105).

Ainda segundo Fonseca (2013), a Lei Nacional da Aprendizagem, nos moldes conhecidos, foi elaborada por uma comissão formada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social, Educação, Cultura e Ministério Público do Trabalho, decorrente das

fiscalizações realizadas no combate ao trabalho infantojuvenil. E, segundo o autor, o Programa Aprendiz começou a ganhar sentido a partir de uma denúncia realizada pelo Ministério Público Estadual, em 1992, para a Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP. Segundo a denúncia, duas entidades assistenciais inseriram jovens trabalhadores no mercado de trabalho, com asseguramento dos direitos trabalhistas vigentes. E as audiências realizadas com as entidades mostravam que ambas se sensibilizaram para a formação desses jovens, a fim de garantir desenvolvimento pessoal e profissional pleno.

Com base nas apurações realizadas, as entidades foram adequando-se de acordo com as instruções da época e, a partir de então, diversos estudos e pesquisas foram realizados no intuito de adequar outras entidades e promover o trabalho legal para jovens em idade escolar. Tendo em vista toda a manifestação, em dezembro de 1997, aconteceu uma audiência pública com as cem maiores entidades de guardas mirins do estado de São Paulo e, na ocasião, traçaram-se metas para uma política estadual de inserção de jovens das instituições no mercado de trabalho com acompanhamento das atividades por educadores. Toda a ação desenvolvida teve grande repercussão nos mais diversos órgãos do país e, em 1999, uma Comissão Parlamentar apresentou um relatório a respeito do trabalho infantojuvenil no Brasil (FONSECA, 2013):

> Esses fatos, somados às circunstâncias já descritas, fizeram com que uma comissão pluri-institucional composta por representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Previdência Social elaborassem o texto de uma minuta de anteprojeto de lei que, por fim, foi apresentado pelo excelentíssimo Presidente da República, no início de 2000, ao Congresso Nacional, o qual o aprovou integralmente, vindo a ser sancionado em 19 de dezembro daquele ano (FONSECA, 2013, p. 101).

A regulamentação da Lei da Aprendizagem ocorreu no ano de 2005, por meio do Decreto n.º 5.598. Esta normativa apresentou algumas especificidades do contrato de aprendizagem referentes à remuneração, carga horária permitida, FGTS, entre outros direitos estabelecidos, além das hipóteses para a rescisão de contrato. Para complementar a regulamentação da Aprendizagem Profissional, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria n.º 723, de 23 de abril de 2012, criou o Cadastro Nacional da Aprendizagem Profissional (CNAP), com o objetivo de cadastrar entidades formadoras, alterando o Decreto n.º 5.598 de 2005 (BRASIL, 2012).

> O Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP (sistema Mais Aprendiz) é um banco de dados nacional que contém informações sobre a habilitação das entidades qualificadoras, dos programas, dos cursos e dos aprendizes. Para inserção no CNAP, as entidades são submetidas às normas prevista na Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para verificação da aptidão da entidade para ministrar a

> formação técnico-profissional metódica que permitam a inclusão de aprendizes no mercado de trabalho (BRASIL, 2022b, online).

Por meio do CNAP, o Programa Aprendiz torna-se ainda mais informatizado e organizado, além de proporcionar maior operacionalização aos órgãos fiscalizadores, bem como levar mais informações a jovens, empresas e toda a sociedade.

A Constituição Federal estabelece e assegura a aprendizagem profissional como um direito fundamental, a fim de garantir o acesso à profissionalização e ao mercado de trabalho. Assim, há mais de 20 anos, a Lei Nacional da Aprendizagem, conhecida também como Programa Jovem Aprendiz, vigora no Brasil como uma das políticas públicas mais atuantes no país no que se refere à inserção de jovens no mercado de trabalho, com direitos assegurados e garantia à permanência escolar.

Sobre a Lei Nacional da Aprendizagem, destacamos alguns pontos importantes da Legislação, de acordo com o Manual da Aprendizagem:

- Contrato de trabalho especial, com prazo determinado, de no máximo 2 anos;
- Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Podem ser aprendizes, jovens entre 14 e 24 anos incompletos, salvo pessoas com deficiência que não há limite máximo de idade;
- O jovem deve estar estudando ou ter finalizado o Ensino Médio;
- Salário mínimo hora garantido;
- Formação técnico-profissional assegurada;
- Estabelecimentos de qualquer natureza, com 7 ou mais funcionários registrados têm a obrigatoriedade na contratação de aprendizes, de 5% a 15% de seu quadro de colaboradores;
- Para microempresas, empresas de pequeno porte, empresas cadastradas no Simples Nacional e instituições sem fins lucrativos, é opcional a contratação de jovens aprendizes;
- O jovem aprendiz também tem direito a 13º salário e férias;
- Direito a certificado aos jovens que finalizaram o programa/contrato.

(SINAIT, 2019).

A legislação também ampliou o catálogo de instituições formadoras e tornou notório aspectos importantes da lei, deixando irrefutáveis pontos fundamentais acerca do programa Jovem Aprendiz, como aponta Almeida *et al.* (2019, p. 3):

> A legislação de 2000 tornou mais evidente o que se convém chamar de triângulo do contrato de aprendizagem – o próprio aprendiz, que possui carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados; a empresa contratante, em que ele exerce suas atividades como colaborador durante parte do contrato; e a instituição formadora – que participa instruindo o aprendiz sobre as atividades desenvolvidas na empresa, bem como ministrando conteúdos de formação humana e científica relevantes para o crescimento profissional do trabalhador, também em tempo contado como jornada no contrato de aprendizagem.

Quando necessário, a legislação sofre modificações, sobretudo para manter-se atualizada em aspectos que, antes, não eram vislumbrados, mas, com o decorrer do tempo, são necessários e fundamentais, de forma que venha a garantir e manter os direitos conquistados para jovens trabalhadores no Brasil. Assim, o Programa Jovem Aprendiz avança cada vez mais em diversas esferas da sociedade, levando muitos jovens à primeira experiência formal de trabalho. Entretanto, esse número poderia ser ainda mais efetivo, tendo em vista a situação de desemprego que abarca, em especial, as juventudes no país (CORSEUIL; FRANCA, 2020; IBGE, 2017).

4.2 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A inserção no mundo do trabalho está diretamente relacionada com a transição da juventude para a vida adulta e ganha destaque, em nossa sociedade, devido ao número de jovens em idade ativa para o trabalho.

> Para muitos jovens, este é um caminho cheio de obstáculos, que incluem muitas vezes uma educação e formação inadequadas na preparação para a vida ativa; a falta de instituições para os orientar e apoiar na escolha duma carreira e na obtenção de um emprego; e estruturas do mercado de trabalho que lhes tornam especialmente difícil atingir um patamar seguro na escala do emprego, para depois progredirem (OIT, 2012, p. 6).

Numa fase de transição para o jovem, a experiência do primeiro emprego pode ser conturbada, sem orientações, informal e marcada pela exploração. Logo, fazem-se necessários projetos e programas de formação e orientação para jovens, além de fiscalização e controle. Para muitas sociedades, o trabalho é essencial para a vida, “dignifica o homem”; é por meio do trabalho que muitos têm um sentido de vida, realizam sonhos e buscam satisfação. O trabalho é um processo do homem com a natureza, por meio do qual, de forma intencional, modifica a natureza e, consequentemente, a si mesmo (MARX, 1996).

Muitos jovens se veem na obrigação de trabalhar, outros estão ansiosos por independência, e há aqueles que precisam e desejam ajudar financeiramente com as despesas familiares. Afinal, numa sociedade onde o trabalho tem grande importância, trabalhar também ganha o valor de status e destaque social.

> Atualmente as políticas de trabalho direcionadas aos jovens no Brasil são conduzidas a partir de ações voltadas à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, buscando contribuir para o reconhecimento e valorização dos jovens como pessoa mediante sua autonomia e o exercício de seus direitos e de sua liberdade; enquanto cidadão, consciente de seu protagonismo, efetivando sua participação no aprimoramento da democracia e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais; e enquanto trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção cidadã no mundo social e do trabalho (NUNES; FERNANDEZ, 2016, p. 68).

O Programa Jovem Aprendiz é uma política pública responsável por assegurar a inserção do jovem no mercado de trabalho, conforme recomendado pela OIT, ainda regulamentado pela CLT e reforçado pelo ECA. O programa é realizado em parceria com instituições destinadas à formação técnico-profissional, tem por objetivo a formação profissional e o desenvolvimento integral dos participantes, jovens com idade entre 14 e 24 anos incompletos (OIT, 2009, 2012; BRASIL, 2017a, 2021b; SINAIT, 2019).

A Lei da Aprendizagem, Lei n.º 10.097/2000, foi promulgada com o propósito de garantir, muitas vezes, o primeiro emprego a jovens em idade escolar, como forma de assegurar a permanência na escola e combater a exploração do trabalho infantojuvenil por meio de um contrato especial de trabalho. Nesse percurso, passaram-se quase 22 anos, muitas coisas foram modificadas, mas o objetivo central permanece, que é a transformação social por meio do trabalho, com garantia de direitos ao jovem trabalhador, na condição de aprendiz.

Atualmente, no Brasil, há mais de 450 mil jovens trabalhadores na condição de jovem aprendiz, porém o número de jovens desempregados vem aumentando, especialmente depois da pandemia de Covid-19. Isso ocorreu porque, de acordo com pesquisas, no auge da pandemia no Brasil, o número de jovens desempregados ganhou grandes proporções com a crise econômica instalada, assim como o número de jovens aprendizes contratados apresentou queda (CORSEUIL; FRANCA, 2020; MTP, 2020).

No ano de 2021, em concordância com dados do MPT (2021), a situação mostrou uma acentuada melhora, e a contratação de jovens para o Programa Aprendiz volta a crescer no país, entretanto a quantidade atual representa 50% dos jovens que podiam ser contratados de acordo com a cota estipulada pela Lei Nacional da Aprendizagem. Os motivos para essa defasagem são os mais diversos, seja por falta de informação a respeito da Lei da Aprendizagem ou até

mesmo pela falta de fiscalização de órgãos competentes, haja visto que empresas com 7 ou mais colaboradores registrados devem ter, em seu quadro funcional, jovens aprendizes (SINAIT, 2019), o que demonstra que o programa precisa ser ampliado e se tornar realidade em locais em que não se faz presente e ainda é desconhecido.

O Programa Aprendiz tem por objetivo central a inserção do jovem no mercado de trabalho, e essa é uma preocupação de ordem mundial, tendo em vista que o desemprego e o subemprego são fatores fundamentais que permeiam as sociedades e como tal, a vida dos jovens, sobretudo jovens de baixa renda. Segundo Costa (2019), o êxito profissional está diretamente relacionado às experiências que passamos, inclusive as experiências de trabalho, o que torna essencial propiciar aos jovens experiências pautadas na legalidade e no respeito, com informação e legitimidade. Isso vem ao encontro do papel do Programa Aprendiz na sociedade brasileira, que é proporcionar formação técnico-profissional aos jovens, sobretudo jovens em vulnerabilidade social e/ou em idade escolar, além do ingresso ao mercado de trabalho.

> A necessidade do trabalho, muitas vezes prescindindo da escola, produz uma situação paradoxal para a população jovem, haja vista que o discurso vigente confirma e reforça a necessidade da qualificação profissional, e sabe-se que essa qualificação se viabiliza predominantemente atrelada ao sistema educacional (MENDES, 2013, p. 41).

O Programa Aprendiz não é somente uma política pública de emprego, mas também de educação. Ele não visa somente a questão financeira do jovem participante, mas sua capacitação e desenvolvimento de habilidades; a percepção de outras realidades; a realização de sonhos, metas e objetivos por meio do trabalho, estudos e formação continuada. Os jovens veem no trabalho bem mais que um salário mensal; veem possibilidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional (SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013; TENÓRIO, 2009). A formação do jovem aprendiz está pautada não só em habilidades técnicas, mas fundamentada na teoria e na prática, na qualificação profissional e na formação de cidadãos e cidadãs, de jovens críticos em relação a si e ao mundo que os cerca, com a capacidade de transformar e criar sua realidade. Nesse sentido, não acreditamos em moldar os jovens por meio do Programa Aprendiz, mas trabalhamos na perspectiva de proporcionar conhecimento, mudanças, afetos, escolhas, vivências e formação.

As juventudes brasileiras destacam-se por sua diversidade, diferenças que unem e por vezes distanciam, e justamente essa diversidade é o que faz nossa juventude ter papel fundamental em nossa sociedade, o que requer políticas públicas efetivas, um olhar mais atento, ouvidos apurados e voz ativa, além de conhecimento e informação a respeito desse público.

Afinal, esses atores e essa geração de jovens estão constantemente em construção de si, do outro, do mundo. Assim, a partir da visão dos jovens trabalhadores aprendizes no Oeste catarinense, o futuro já começou, como expressa a categorização e análise dos dados apresentados a seguir.

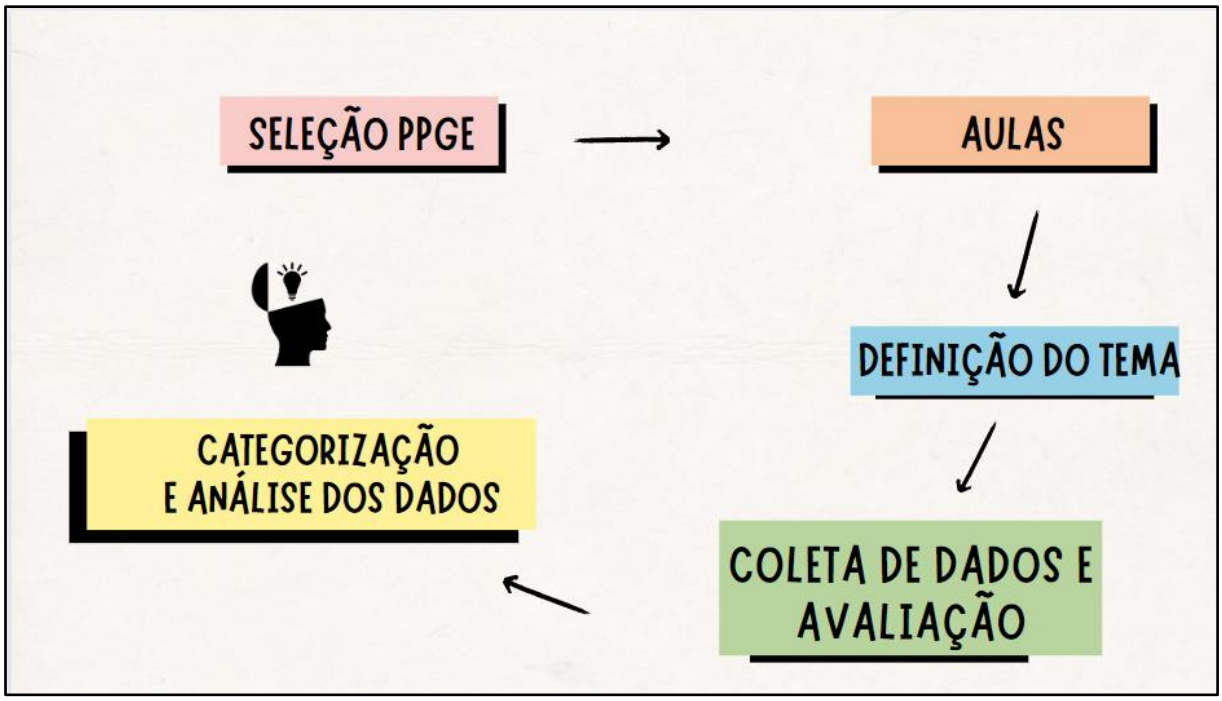
5 CATEGORIAS E ANÁLISE DOS DADOS – ENTRE FALAS E PALAVRAS

"A ciência progride melhor quando as observações
nos forçam a mudar nossas ideias preconcebidas."
(Vera Rubin)

Entre pensamentos, textos, escolhas, interrogações, falas, gravações, palavras e anotações feitas, desfeitas e refeitas, a pesquisa foi elaborada; a formulação da categorização dos dados preparada, tendo como base os objetivos propostos durante o desenvolvimento do trabalho, levando-se em consideração o processo histórico do trabalho no Brasil e no Mundo, a relação com as juventudes e estas com o trabalho.

As categorias foram desenvolvidas após a coleta de dados, seguido de um período de avaliação, estudo do material bibliográfico e pré-análise das informações obtidas por meio dos dados coletados, leituras e escuta ativa, com transcrição das narrativas e demarcação de pontos centrais, caracterizando o perfil dos participantes no capítulo 2 – Procedimentos Metodológicos. A Figura 4 demonstra, sucintamente, o caminho trilhado até chegar no ponto presente, com a categorização e análise dos dados.

Figura 3 - Percurso da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com o propósito de assegurar os princípios éticos desta pesquisa e manter o sigilo quanto à identidade dos jovens, os participantes serão caracterizados pela letra **P**, para referir-se aos participantes **do questionário** e pela letra **E**, para referir-se aos participantes **entrevistados**, ambos identificados pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6 em diante, ao lado de suas falas, respectivamente, de acordo com a ordem de entrega dos questionários e realização das entrevistas. A fim de garantir e manter a integridade dos dados obtidos, salientamos que as respostas dos participantes foram transcritas exatamente como foram relatadas. As questões que compõem o questionário são apresentadas no Apêndice 1. Da mesma forma, o roteiro das entrevistas realizadas está disponibilizado no Apêndice 2.

Destacamos alguns pontos importantes observados na coleta de dados, entre eles, a questão do ingresso no mercado de trabalho. Quando questionadas se já haviam trabalhado antes do contrato atual no Programa Jovem Aprendiz, 30 jovens responderam que 'Sim' e 11 jovens responderam que 'Não', sendo o Programa Aprendiz sua primeira experiência de trabalho.

Referente a idade em que começaram a trabalhar, 13 jovens escolheram a opção de início do trabalho dos 12 aos 14 anos; 17 participantes assinalaram a opção dos 15 aos 17 anos; 11 jovens informaram que o ingresso no mercado de trabalho se deu entre 18 e 19 anos e 1 participante não respondeu. Do número total, 3 jovens que mencionaram o início do trabalho com 16, 18 e 19 anos afirmaram que esse foi o início do trabalho com carteira assinada, deixando margens a compreensão que, informalmente, a idade que se deu o ingresso no mercado de trabalho foi anterior ao declarado.

Em relação ao tempo de contrato no Programa Jovem Aprendiz, a maioria, 15 jovens, estavam entre 6 meses e 1 ano de contrato; 8 jovens entre 1 ano e meio e 2 anos; 9 jovens entre 3 e 6 meses; 6 jovens entre 1 ano e 1 ano e 6 meses; 2 jovens entre 1 e 3 meses; 1 jovem com menos de 30 dias de contrato vigente no momento da pesquisa.

A fim de identificar o perfil profissional dos participantes, os jovens foram indagados na entrevista sobre sua experiência profissional anterior ao Programa Aprendiz. Algumas atividades mencionadas foram de babá, caixa, recepcionista, estagiária e auxiliar de pedreiro. Outros responderam já terem atuado em frigorífico, em mercado, em madeireira, em loja de roupas, no interior com a família (lavoura e com vaca de leite), dentre outros estabelecimentos.

À vista disso, o processo de categorização considerou o levantamento bibliográfico e metodológico que ocupou os primeiros capítulos do estudo. Esse processo, que teve início desde a escolha do tema, passando por todas as etapas mencionadas, culminou no agrupamento e formulação das categorias de análise, com interpretação dos resultados e considerações acerca

da coleta das informações. Assim, o futuro, na visão dos jovens aprendizes, apresenta como Categorias e subcategorias a serem interpretadas e discutidas, os itens a seguir:

5.1 TRABALHO

5.1.1 Importância do trabalho e a relação familiar

5.1.2 O trabalho como princípio educativo

5.1.3 Trabalho e fonte de renda

5.2 EDUCAÇÃO FORMAL

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

5.3.1 Lei 10.097/2000

5.3.2 Programa Jovem Aprendiz

5.4 JUVENTUDES

5.4.1 Oeste catarinense e os jovens da pesquisa

5.4.2 O futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes

5.1 TRABALHO

A dinâmica da pesquisa teve como um dos pontos centrais o **trabalho**, entre sentidos e significados, legislações, políticas públicas, falas, sonhos e fatos, o que demonstra que, direta ou indiretamente, o trabalho, enquanto categoria, sempre esteve presente neste estudo, tendo como base de referência os jovens aprendizes, o que significa vivenciar a experiência de Jovem Aprendiz para eles e, consequentemente, falar de trabalho – tema recorrente na fala dos participantes implícita ou explicitamente, presente em todas as categorias apresentadas.

Para compreender a dinâmica do trabalho na vida dos participantes, uma das questões da entrevista versava sobre o que as levou ao mercado de trabalho, como mostram algumas respostas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Categoria do Trabalho

Narrativas dos entrevistados sobre o início do trabalho	
Entrevistado	**Narrativa**
E1	*Decidi começar a trabalhar para ter experiência mesmo, porque a gente tem ideia de que a faculdade vai dar experiência, mas não é bem assim. A teoria é diferente da prática e como lidar... eu a encontrar meu lugar, de entender, foi isso que valorizei; tu sai do ensino médio e pensa: 'o que tu vai fazer?'. Eu valorizo bastante a prática em si, o que tu vai gostar de fazer.*
E3	*[...] queria começar a trabalhar, ter meu dinheiro, minhas coisas e fazia bico para ter um dinheirinho.*
E7	*Eu sempre quis trabalhar, antes mesmo da pandemia, que eu tinha uns 14 anos, mas minha mãe disse para eu esperar um pouco...e depois da pandemia a gente tava passando por um período bem difícil por causa da pandemia e fomos no CRAS, e conversamos com as Assistentes Sociais que sugeriram que eu começasse a trabalhar e falaram do CIEE. [...].*
E9	*Eu decidi trabalhar para me manter, porque mudei de cidade para estudar e ajudar a me manter. O meu dinheiro ajuda a pagar os gastos com aluguel e comida.*
E11	*Antes eu ajudava em casa, porque minha família tem vaca de leite. Sai de casa com 15 anos para estudar e não parei mais e nunca fui de ficar parada, por isso comecei a trabalhar, até para ajudar a manter as contas, ter minha renda, ter minhas coisas.*
E14	*Precisava fazer minha carteira, faculdade, ter minhas coisas, por isso comecei a trabalhar e minha renda ajudou na renda familiar, hoje peço pouco em casa.*
E17	*Decidi começar a trabalhar para ter liberdade financeira. A gente sempre foi muito humilde e não tinha como comprar as coisas. Então fui atrás para conquistar as coisas que eu queria, que queria comprar.*
E18	*Eu tava no ensino médio e minha família não tinha condições de me dar as coisas, e terceirão tinha vestido, viagem, e isso me motivou a ir atrás das minhas coisas e aí fui atrás de ganhar meu próprio dinheirinho.*

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Culturalmente, o trabalho é compreendido como algo essencial para viver em sociedade, sendo necessário à sobrevivência humana, e para os jovens não é diferente. Os apontamentos trazidos pelos participantes mostram que o trabalho é, sobretudo, fonte de renda para ajudar suas famílias, como poder de compra de bens de consumo e serviços, além de auxiliar nos estudos, seja na aquisição de materiais, alimentação, pagar o aluguel e/ou transporte, como apresenta a(o) entrevistada(o) 12:

> *"Eu queria meu dinheiro, ajudar em casa. Eu nunca gostei que meus pais pagassem minhas coisas, nem podiam, então eu queria fazer minhas escolhas, ser mais independente e, por isso, decidi começar a trabalhar"* (E12).

A motivação ao trabalho para estes jovens se dá, basicamente, diante de uma demanda individual ou familiar e não se dá, unicamente, por uma questão de escolha, mas devido a faltas, carências e demandas que precisam ser supridas. Nesse sentido, concordo com as autoras

Guimarães e Santos (2012, p. 231), que apontam elementos comuns a essa pesquisa e pontuam que, por vezes, os jovens são "[...] lançados precocemente no mercado de trabalho para complementar a renda familiar ou atender às próprias necessidades de consumo."

O trabalho assalariado é a principal fonte de rendimento desses jovens, como é para grande parte da população brasileira. Antes mesmo de trabalhar legalmente, uma parcela significativa dos participantes da pesquisa já havia trabalhado informalmente, com a própria família ou por meio de 'bicos[28]'. Alguns começaram muito cedo, por volta dos 12 aos 14 anos, seja para ter seu 'dinheirinho', como relatos, ou ajudar nas despesas de casa, conforme dados do questionário respondido pelas(os) partícipes, o que representa a realidade de nossas sociedades, da situação econômica e social que vivemos enquanto país, estados, municípios, comunidades e famílias. As dificuldades financeiras impulsionam o ingresso precoce ao mercado de trabalho, mesmo que, por vezes, o trabalho seja relacionado com autoconhecimento ou uma forma de tomar um rumo para suas vidas, a porta de entrada dá-se por uma falta, como vimos no Quadro 1 deste estudo.

Dentre as diversas definições de **trabalho**, destacamos Marx (1996), ao apontar o trabalho como uma relação entre o homem e a natureza, em que ambos se modificam nesse processo. Podemos apontar Engels (1999) que apresenta o trabalho como fonte de riquezas e transformações. A riqueza de alguns, as transformações de matérias-primas, as transformações do homem, as transformações do mundo.

O que levou esses jovens a começarem a trabalhar foi, em sua maioria, ter seu próprio dinheiro e, consequentemente, poder comprar suas coisas, sem depender da família – seja por necessidade, atrelada à falta de recursos ou para tornarem-se independentes ou, ainda, os dois fatores concomitantemente.

Ao mencionar o trabalho, os jovens relataram a importância desse fenômeno em suas vidas sendo extremamente relevante e significativo, como demonstra a(o) entrevistada(o) 4:

> *"Nunca tinha trabalhado antes e gosto do que faço, é tudo em minha vida. [...] Eu sempre quis trabalhar [...]."* (E4).

Seja por necessidade, desejo ou realização, os jovens participantes revelaram que o trabalho é fundamental e faz diferença em suas vidas, ora por meio de manutenção financeira, ora por meio de transformações vivenciadas. O que demonstra fortes questões sociais, já que o trabalho é um processo histórico, uma condição inerente à existência humana, papel imposto

[28] **'Bico'** - conhecido como uma atividade que as pessoas fazem para ganhar um dinheiro extra, seja devido ao desemprego ou para complementar a renda financeira.

pelas sociedades e relevante na construção social e identitária (SAVIANI, 2007; ROHM; LOPES, 2015).

O que indica uma grande complexidade envolvendo o trabalho: o mundo do trabalho, o mercado de trabalho, nossa relação com o trabalho, a crise do trabalho, a exclusão do trabalho, os jovens e o trabalho, o emprego, o desemprego e uma série de tramas a ressignificar. A importância dada ao trabalho é estrutural e está impregnada nas relações humanas, entre elas, nas relações familiares, uma afeta e está ligada à outra, já que ambas são organizações sociais.

5.1.1 Importância do trabalho e a relação familiar

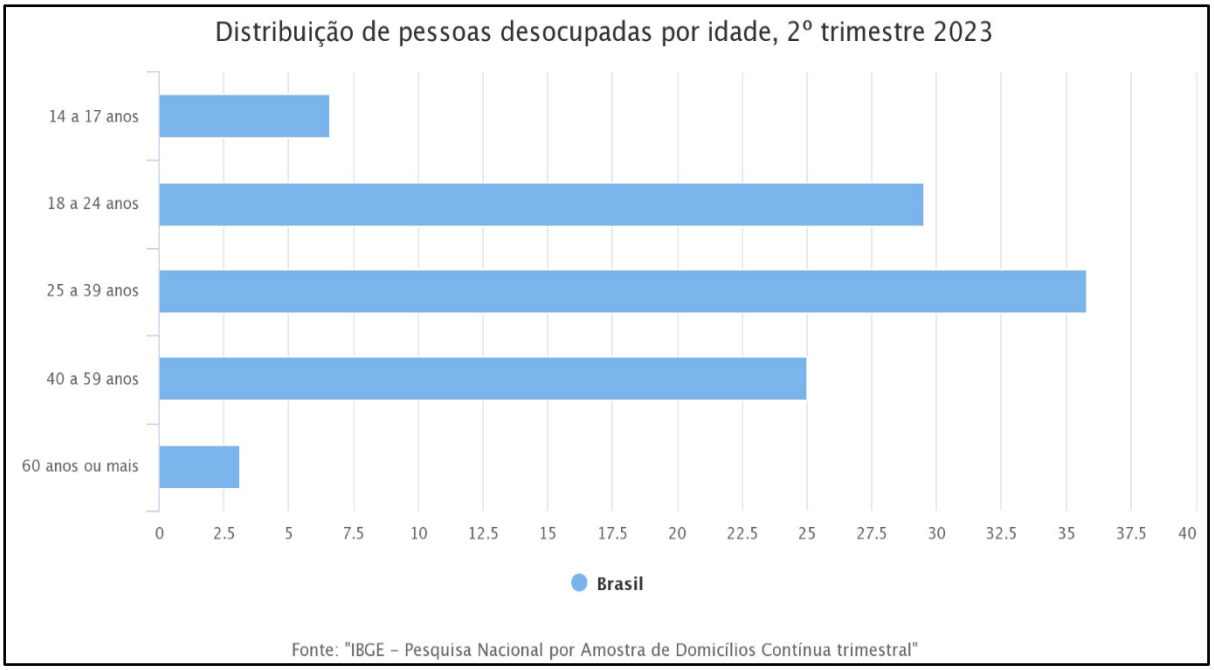
Em nossa sociedade, o que representa não ter um trabalho, ser uma pessoa desempregada? O que significa não trabalhar e nem procurar mais um emprego? Tais perguntas poderiam ser tema de uma nova pesquisa, mesmo que a única identidade de uma pessoa não seja somente o trabalho, por ser uma atividade de grande relevância em nossa sociedade, estar sem trabalho é causa de privações, sofrimento, vergonha, humilhação. Esse pode ser o ponto central para compreender a importância que os jovens relataram do trabalho em suas vidas, já que não ter um trabalho é algo impensado em culturas como a nossa, na qual pessoas que não trabalham são estigmatizadas diariamente com frases como: ‘Por que não trabalha?’; ‘Não trabalha porque não quer’; ‘Não tem força de vontade, só quer viver às custas do governo’, entre outras falas depreciativas (SILVA, 2012).

Além da privação econômica, estar sem trabalho mexe com a estrutura emocional das pessoas. Entretanto, essa vivência é única, tendo em vista que cada pessoa é única, apesar de não ser o tema central deste estudo. Falar de trabalho é também falar de desemprego. Por ser imensurável a importância dada ao trabalho, estar sem trabalho pode romper laços, inclusive os laços familiares.

De acordo com dados do IBGE, no segundo trimestre de 2023, tivemos 8,6 milhões de pessoas sem emprego no país, um recuo, ao comparar com o primeiro semestre do referido ano (PNAD, 2023b).

A Figura 5 mostra dados de pessoas desocupadas por idade no segundo trimestre de 2023 no Brasil, lembrando que são consideradas **desocupadas** as pessoas sem trabalho em ocupação e que não tomaram providências para conseguir um trabalho no período de 30 dias e o IBGE considera pessoas em idade para trabalhar acima dos 14 anos (PNAD, 2023a, 2023b, grifo nosso).

Figura 4 - Distribuição de pessoas desocupadas por idade



Fonte: IBGE/PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A maior concentração de pessoas desocupadas encontra-se na faixa etária dos 25 aos 29 anos. Entretanto, a faixa dos 18 aos 24 anos representa um valor significativo de jovens fora do mercado de trabalho (Figura 4). O que exprime que, para muitos jovens brasileiros, o desemprego é uma realidade ou, ainda, que pararam de procurar trabalho, sem perspectivas. Na ausência de um trabalho digno, *"o que vem é lucro [...]"* (E18). O fato de trabalhar é o que importa – como e de que forma ficam em segundo plano, *"o mais importante é trabalhar, ajudar em casa e adquirir suas coisas"* (E18), como bem destaca a Organização Internacional do Trabalho:

> [...] A heterogeneidade e as desigualdades que marcam a sociedade brasileira também se manifestam na situação dos jovens, principalmente quando se considera o acesso a direitos, bens e serviços, que ampliam ou restringem as possibilidades de acesso a um trabalho decente. [...] (OIT, 2009, p. 19).

Chegar a uma determinada idade sem estar trabalhando ou nunca ter vivenciado o trabalho, é inconcebível para muitas famílias, já que, desde cedo, as pessoas precisam estar em contato com o trabalho para compreender o valor do dinheiro e reconhecer o trabalho como necessário, encorajador e, até mesmo, corretivo.

Muitos indivíduos fazem essa cobrança, como traz a(o) entrevistada(o) 13, relatando em vários momentos que seus pais não a(o) obrigavam a trabalhar, mas que era seu desejo e menciona o quanto foi importante em sua vida:

> *"Nunca tinha trabalhado e não queria começar a faculdade sem trabalhar antes, era algo que eu coloquei na minha cabeça [...]. Eu não tinha noção de mercado de trabalho, noção em relação ao dinheiro e os processos de uma empresa. Mudei um pouco, me vejo, me sinto mais aberta"* (E13).

A importância que o trabalho representa coletiva e individualmente é algo histórico e uma constante, nem sempre teve o valor que se tem atualmente, mas seu papel de necessário sempre se fez presente na história da humanidade (SILVA, 2012).

Um jovem, ao decidir trabalhar, é um marco em muitas residências, como se demonstrasse que aquela pessoa entra para a vida adulta, com responsabilidades e consequências dessa atividade, dentro e fora de casa. Ou simplesmente, algo marcante na vida do jovem e da família, como revelam algumas falas:

> *"Quando disse que ia começar a trabalhar, minha mãe chorou"* (E10).

> *"Foi um marco na minha família quando falei que queria começar a trabalhar"* (E1).

Desse modo, a relação entre trabalho e família é algo forte e uma constante, ao passo que muitos relacionamentos familiares passam por transtornos devido ao trabalho ou a falta dele.

Falar de trabalho e relação familiar, sem ser redundante, é uma relação que merece destaque, tendo em vista que muitas famílias incentivam o início precoce ao mercado de trabalho, como menção à formação de caráter, à honra e ao *status* social – *"precisa trabalhar para ser alguém na vida"* (E3). Em outros momentos, parafraseando Guimarães e Santos (2012), o que se percebe é que, para jovens de famílias pobres, não há opções, há a urgência do trabalho, atrelado principalmente às dificuldades financeiras da família, o que vem justificar o estímulo prévio à inserção do jovem ao mercado de trabalho.

Os sentidos do trabalho na vida dos jovens participantes, trazidos em suas falas, mostram como é positivo e bom o trabalho, ter um trabalho, sendo o lado ruim estar fora dele, fora desse meio. Isso vai ao encontro da pesquisa realizada por Coutinho e Borges (2012, p. 134), que destacam que:

> O trabalho é tido como positivo pela sua possibilidade de ampliar os vínculos sociais. Também porque, além das mudanças materiais e objetivas (em especial aquelas relacionadas ao consumo), o trabalho promove alterações subjetivas expressas pelos jovens participantes da pesquisa [...].

Essa positividade, também mencionada pelas autoras, pode ser algo social e culturalmente reproduzido a partir de uma ideologia que vê no trabalho o agente transformador e "[...] "formador" capaz de afastar os jovens de um mundo marginal e perigoso" (COUTINHO; BORGES, 2012, p. 134).

O trabalho, cultural e socialmente compreendido, previne, corrige, ensina, faz o que muitas famílias ou até mesmo a escola não faz, por isso é superestimado, com tantos programas e projetos como apresentados neste estudo, afinal, *"melhor trabalhar do que ficar em casa sem fazer nada, vadiando"* (E19), como se não trabalhar fosse sinônimo de perdição e mal caminho. No entanto, esse é um pensamento comum, do senso comum, para o senso comum e reflete em nossos relacionamentos.

O que podemos entender é que para muitos trabalhadores, o desenvolvimento intelectual, a exemplo dos estudos, por vezes, fica em último plano. A história aponta isso quando, inicialmente, o trabalho era realizado por escravos, enquanto homens livres aprimoraram seus conhecimentos (RIBEIRO; LÉDA, 2004). Os próprios filósofos ensinavam o desprezo pelo trabalho. Tempos mais tarde, a história começa a mudar, e o trabalho ganha uma nova conotação, de libertador, para o bem-estar de todos, como forma de desenvolvimento e como parte de um contexto para liberdade humana (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Talvez a forte valorização do trabalho seja um contraponto ao desemprego que assombra nosso país e é uma questão de reflexão mundial, principalmente voltada aos jovens (COUTINHO; BORGES, 2012), como apresenta a fala da(o) entrevistada(o) 5:

> *"[...] porque todo esse tempo que procurei emprego, vi que nem todos querem contratar adolescentes sem experiência, só querem contratar quem não precisa aprender [...]"* e ainda acrescenta que *"A maioria dos meus colegas do CIEE já trabalhou sem carteira assinada. É muito difícil arrumar trabalho, ainda mais sendo novo, por isso aqui é tudo pra mim"* (E5).

Relacionando com o tópico anterior, ao apontar sobre a importância do trabalho, em como essa relação é algo cultural e dominante em muitas sociedades, a própria questão do desemprego e das vulnerabilidades vivenciadas por um contingente da população brasileira, faça com que haja uma supervalorização e idealização do trabalho, inclusive nas próprias famílias, levando o ingresso ao mercado de trabalho cada vez mais cedo, antes do tempo – mas que tempo seria esse?

Como mencionado anteriormente, o caráter histórico que o trabalho carrega consigo, justifica a importância que tem na maioria dos lares brasileiros. Uma pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2017) aponta que 8 a cada 10 jovens que trabalham no Brasil contribuem com a

renda familiar, o que demonstra a importância do trabalho na vida dos jovens e suas famílias. Pochmann (2007) já apontava dados semelhantes, em que cerca de 7 a cada 10 jovens já se encontravam ativos no mercado de trabalho e ainda relata que, nos países desenvolvidos, essa realidade era diferente na época do estudo, sendo uma proporção muito menor de jovens trabalhadores.

Isso faz-nos questionar sobre a real importância do trabalho na vida desses jovens, não como uma forma exclusiva de aprendizado e como desenvolvimento pessoal e profissional, mas, essencialmente, por uma questão de necessidade, de fomentar a renda familiar, como abordado anteriormente.

Ao relatar que o trabalho proporciona ter suas coisas e seu próprio dinheiro, esses jovens sinalizam a percepção que têm das dificuldades financeiras da família, e veem no seu trabalho uma forma para 'desobrigar' seus responsáveis a ter que lhes dar as coisas. Com isso, diminuir nas despesas e ajudar na manutenção da casa, como menciona a(o) entrevistada(o) 5:

> "*[...] muitas coisas que antes dependia dos meus pais hoje eu compro sozinha, e imagino que isso aliviou para eles, acho que deu uma certa aliviada*" (E5).

Em um outro relato, a/o jovem diz que:

> "*A remuneração ajuda a família porque não precisam me mandar muito dinheiro, me ajudam, mas não precisam mandar tanto, e isso é bom*" (E9).

Historicamente, as famílias, sobretudo as que têm menos poder econômico, veem o trabalho como meio de sobrevivência, mas também como meio de aprendizado. O próprio Manual de Aprendizagem traz, em suas páginas iniciais, sobre a aprendizagem:

> A aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica (SINAIT, 2019, p. 7).

A própria aprendizagem profissionalizante e técnica surge com o objetivo de formar e capacitar para o mundo e para o mercado de trabalho, atividades voltadas à prática do ensino-aprendizagem, difundido principalmente para jovens de classes mais baixas, desde os tempos da colonização, como revelam Guimarães e Santos (2012, p. 225):

> A aprendizagem dos ofícios, em nosso país, desde a sua concepção no período colonial, agregou um forte componente comportamental, direcionado à moralização do trabalho, manutenção da ordem, punição por crimes com a aprendizagem

> compulsória e formação de uma classe trabalhadora voltada para o trabalho mecânico, além, é claro, de atender às demandas específicas do mercado que estava se formando).

A referidas autoras ainda destacam que:

> [...] o trabalho não perdeu completamente o significado que lhe era atribuído nos primórdios da aprendizagem profissional. A história do ensino profissional é marcada pela separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, reproduz as desigualdades sociais, separa os pobres dos ricos e o capital do trabalho (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 225).

A própria CLT surge para consolidar a proteção e a regulamentação dos direitos dos trabalhadores, incluindo o trabalho do menor. O capítulo IV da CLT transcorre sobre a 'Proteção do Trabalho do Menor' e proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo a partir dos 14 anos na condição de aprendiz (BRASIL, 2017a). Em textos anteriores, essa proibição não cabia à educação profissionalizante ou no sentido beneficente ou disciplinar.[29]

Mais uma vez, o trabalho como instrumento de capacitação e/ou correção, voltado, sobretudo, à população de baixa renda, como princípio educativo, uma forma de endireitar e ensinar por meio da aprendizagem profissional, mediante a inserção do jovem no mercado de trabalho.

5.1.2 O trabalho como princípio educativo

No decorrer da história, o trabalho sofreu alterações. Com ele, o tipo de trabalhador também mudou, em consonância, "a educação caminhou sempre lado a lado com as transformações do trabalho, pois as mudanças nos processos de trabalho implicavam (e necessitavam) transformações na educação relacionadas diretamente às novas formas de produção [...]" (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 211). Diante disso, por vezes, o trabalho realizado por jovens, e até mesmo crianças, era realizado na qualidade de aprendizagem, com o propósito de ensinar e, consequentemente, aprender um ofício.

Além da questão financeira, os jovens relataram que o trabalho também é fonte de aprendizado e conhecimento, de mudanças de si e das percepções que têm do mundo, como demonstram os relatos a seguir:

[29] Texto original da CLT (1943). Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 15 jul. 2023.

> "*Com isso* [o trabalho] *a renda mudou muito, ajudou pra ela* [mãe] *e pra mim muito, e não foi só pelo dinheiro, aprendi muito também. Comecei a reparar que logo do início mudou, eu comecei a mudar; lado pessoal, querer ser um profissional de sucesso e melhorar sempre, aprender com os erros*" (E7).
>
> "*Percebo que amadureci, ajudou no meu lado emocional. Era muito emotiva, ficava muito emocionada, chorava por tudo e hoje sei contornar*" (E11).
>
> "[O trabalho] *ajudou em muita coisa, tanto como me portar na empresa, como em saber procurar meus direitos como trabalhador que eu não tinha conhecimento e também o fato de ter liberdade em ter como escolher minhas coisas*" (E17).

O caráter histórico do trabalho enquanto agente de aprendizagem e qualificação profissional está presente em Políticas Públicas, Programas e Projetos, bem como na legislação reguladora sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho em nosso país, bem como em nossas relações com o próprio trabalho. Em concordância com o exposto, Guimarães e Santos, citam que a Lei Nacional da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), um dos temas deste estudo, foca na relação trabalho e educação e expressam que, no Brasil, a Lei "representa uma tentativa de regulamentar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, aliando a formação profissional à continuidade dos estudos" (2012, p. 214).

Visto que as pessoas começam a trabalhar por uma necessidade familiar, muitas abandonam a escola, simplesmente porque não conseguem, ou até mesmo faltam forças para conciliar trabalho e estudos, situação que pode começar ainda na infância, tendo como fundamento, muitas vezes, que o trabalho ensina, educa – e não se quer aqui desqualificar o sentido do trabalho, mas apresentar elementos para que possamos refletir sobre tais elementos e o quão isso é ou não "bom ou ruim" para as vidas de nossas juventudes, afinal, o trabalho pode levar à perda da qualidade escolar e, em situações extremas, até mesmo à evasão e/ou abandono escolar[30]. Como demonstram dados de pesquisa solicitada pela UNICEF (2022), temos em torno de 2 milhões de crianças e adolescentes fora das escolas, quase 50% indicaram a necessidade de trabalhar como um dos principais motivos, em ressonância aos dados do IBGE (2023) que apontaram a necessidade de trabalhar como uma das principais razões para o abandono escolar levantada por jovens de todas as regiões brasileiras.

[30]O abandono escolar ocorre quando o aluno **deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo**. Já a evasão escolar é quando o aluno **não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no próximo ano letivo, tendo sido aprovado ou reprovado**. https://blog.saraivaeducacao.com.br/ (grifos do autor).

A Tabela 1, a seguir, indica a idade que os participantes começaram a trabalhar, em que **Correspondência** significa o número de vezes que a idade em destaque apareceu nas respostas coletadas.

Tabela 1 –Idade média que os participantes começaram a trabalhar

Idade	Correspondência
12 anos	1
13 anos	1
14 anos	10
15 anos	4
16 anos	7
17 anos	6
18 anos	8
19 anos	3
Sem resposta	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O que se observa é que os jovens iniciaram muito cedo a experiência no mercado de trabalho, segundo relatos, por meio de trabalhos temporários, estágios, atividades que surgiam, informal ou formalmente, tudo para ter seu próprio dinheiro e/ou ajudar nas despesas de casa, indo ao encontro dos dados do IBGE (2017), que apontam que mais de 39% dos trabalhadores brasileiros começaram a trabalhar com até 14 anos[31].

Alguns jovens relataram que o trabalho era uma maneira de conhecimento para o mundo de trabalho e formação acadêmica; como modo de descobrir suas habilidades, testar opções, treinar, experimentar e aprender para a escolha profissional; um meio de ter seu próprio negócio, uma forma de autoconhecimento e aprendizado, muitas vezes até mais que a própria escola/faculdade, valorizando o trabalho como a oportunidade da vida.

> *"A troca* [de trabalho] *foi mais para me identificar com algo com que eu queria. Eu faço administração e tem mais a ver, tem relação com a faculdade e hoje tudo se interliga. As coisas que eu mais considero pra mim é ter experiência, experiência nas coisas, e tem nichos que a gente usa não só profissionalmente, mas para a vida da gente. E gosto das finanças, de saber como a gente funciona. [...]. Decidi começar a trabalhar para ter experiência mesmo, porque a gente tem ideia de que a faculdade vai dar experiência, mas não é bem assim. A teoria é diferente da prática e como lidar. Eu quero encontrar meu lugar, de entender as coisas do trabalho e a minha vida também, foi isso que valorizei. Tu sai do ensino médio e pensa: 'o que tu vai fazer?'. Eu valorizo bastante a prática em si – o que tu vai gostar de fazer"* (E1).

[31] Idade legalmente permitida para trabalhar no Brasil, na condição de jovem aprendiz (CF 88).

> *"Eu tenho sonhos, em ter um negócio próprio e essa experiência é muita válida com o que quero para o futuro, e acho válida todas as experiências que tenho na empresa, porque hoje em dia um trabalho com carteira assinada é difícil. A maioria dos meus colegas do CIEE já trabalhou sem carteira assinada, então todas as experiências são válidas, na empresa e no CIEE"* (E5).

Em nossa sociedade, o trabalho é uma necessidade social. As pessoas precisam do trabalho assim como o trabalho precisa das pessoas. É uma troca, uma interdependência – por exemplo, as pessoas precisam trabalhar para sobreviver, assim como a sociedade precisa de pessoas para manter o sistema funcionando. Essa é uma realidade. Após tantas indagações e reflexões, compreendo que os participantes também se referiram ao trabalho como um meio de transformação pessoal e social, para além da produção e produtividade ou, até mesmo, relacionada à educação profissional, bem como com as mazelas relacionadas ao mercado de trabalho. É a contradição ou a relação entre o mundo da necessidade e o mundo da liberdade; o que nos acorrenta, mas ao mesmo tempo [pode] nos libertar (FRIGOTTO, 2009).

Todavia, faz-se necessário entendermos que grande parte da população brasileira tem no trabalho a única fonte de renda, tendo em vista que a maioria dos brasileiros, com carteira assinada, ganha até 2 salários mínimos (IBGE, 2017). Logo, o trabalho, enquanto elemento libertador e transformador, é um processo, porque muitas pessoas veem no trabalho uma forma de ganhar dinheiro, pagar as contas, colocar comida dentro de casa, comprar algumas coisas, promover algum momento de lazer – e isto não está errado, é a realidade que vivenciamos: o trabalho enquanto fonte de renda.

5.1.3 Trabalho como fonte de renda

Em diversos momentos, ao falar do trabalho, da sua importância, da relação familiar e como forma de aprendizado, os jovens relataram como o trabalho contribuiu na renda da casa, no poder aquisitivo e na própria dinâmica com a educação, isto é, o trabalho permitiu aos jovens, naquele dado momento, uma melhora no seu poder de compra e de sua família, até mesmo ao pagar os estudos, pagar o aluguel, na compra de alimentos e materiais escolares, entre outros.

O trabalho passa a ser um meio de ganhar a vida, o homem vende seu trabalho, este passa a ser uma moeda de troca; o próprio homem passa a ser visto como uma mercadoria, por consequência, nem sempre consegue consumir o que produz. Desse modo, o trabalho torna-se alienado e alienante e as desigualdades cada vez mais presentes (MARX, 2008).

Ainda, os participantes destacaram que com o trabalho a renda aumentou, consequentemente, a qualidade de vida também e, nessa perspectiva, alguns sonhos ganharam a possibilidade de serem executados e adquirir o *status* de sonhos realizados, como demonstra a fala da(o) entrevistada(o) 14:

> *"Precisava fazer minha carteira, faculdade, ter minhas coisas, por isso comecei a trabalhar. E minha renda ajudou na renda familiar [...]"* (E14).

Adquirir bens e serviços através do trabalho, segundo os participantes, é algo inestimável o que reforça o sentido das desigualdades presente em nossa sociedade, sem desqualificar as falas e o brilho nos olhos dos participantes ao relatarem com orgulho sobre suas conquistas:

> *"Eu queria porque primeiramente para o estudo, para comprar um note para faculdade e queria fazer a carteira, então queria juntar dinheiro e paguei tudo com meu dinheiro: celular, note e carteira, muito bom"* (E 20).

Enquanto fonte de renda, o trabalho proporciona aos jovens um poder que, para alguns, até então não tinham: a liberdade de comprar o que desejassem, mesmo tendo responsabilidades financeiras, como contribuir com as despesas de casa, comprar um tênis, um notebook, até mesmo pagar uma conta de luz ou água. Isso é algo que demonstra a liberdade para esses jovens, um fenômeno até então desconhecido, se pensarmos que dependiam dos pais ou responsáveis.

Podemos compreender que, nessa categoria, os sentidos do trabalho estão relacionados com a fonte de renda desses jovens. O poder que o trabalho, por meio do dinheiro, oportuniza a eles. Destacamos que, neste estudo, não fizemos distinção entre trabalho e emprego[32], entretanto, compreendemos que trazer esta diferenciação é fundamental, principalmente, porque no texto há elementos teóricos que apontam para esta distinção. Em suma, as duas palavras são usadas para referir-se a um ofício, entretanto, ao passo que o **trabalho** refere-se a satisfação, reconhecimento e objetivos profissionais, o **emprego** é uma forma de conseguir dinheiro para prover uma necessidade financeira[33].

Nesse sentido, a pesquisa corrobora com pesquisas realizadas anteriormente que destacam que o trabalho precoce é imposto a esses jovens devido a sua condição socioeconômica, sobretudo a jovens advindos de famílias de baixa renda, e motivações do

[32] A quem interessar aprofundar o tema, há vários estudos sobre Trabalho - Emprego, por diversos autores, entre eles: Antunes (1998, 2000, 2005); Blanch Ribas (2003); Castel (2003), entre outros.
[33] Trabalho e Emprego - https://www.significados.com.br/trabalho-e-emprego/. Acesso: em 18 dez. 2023.

trabalho como fonte de renda são frutos de uma necessidade e forma de complementar a renda familiar (GUIMARÃES; SANTOS, 2012).

Além disso, fazer parte de um grupo é significativo, principalmente para as juventudes, pois o grupo é referência, espaço de convivência e construção de identidade (DAYRELL, 2007). Logo, compartilhar o casaco da moda ou a mochila da hora, como exemplo, tem uma importância incalculável para muitos, o que nem sempre os responsáveis podem oferecer. Assim sendo, com o trabalho, alguns participantes trouxeram que a renda da família até pode não ter sofrido [grandes] alterações, entretanto, individualmente, houve muitos relatos de como trabalhar mudou a sua rotina financeira ao permitir gastar consigo, comprar suas coisas, ajudar em casa e até pagar os estudos, como mencionado ao longo desta pesquisa. Ou seja, o trabalho também faz as juventudes (SPOSITO, 2005).

Comparar o que seria mais relevante na vida dos participantes – trabalhar ou estudar? – seria algo imprudente e até mesmo equivocado, afinal, temos pessoas diferentes, com realidades distintas, num cenário social que valoriza ambas as escolhas, contudo, para muitas, estudar é um sonho, mas o trabalho é a realidade. Ou seja, trabalhar, muitas vezes, vem em primeiro lugar, porque é ele que permite a concretude de algumas ações, como estudar.

Ao verificar a renda familiar dos participantes, refletir sobre o trabalho na vida deles, assim como na vida de suas famílias, faz-nos pensar que o trabalho tem um significado importante, sobretudo a entender que o total da renda da família está atrelado ao que o jovem ganha, seja com o salário de jovem aprendiz, como a outros trabalhos que realizam, enquanto fonte de renda extra. Um dos jovens participantes, no momento da entrevista, tinha três fontes de renda, ou seja, três atividades laborais e ainda fazia faculdade:

> *"Hoje eu tenho três empregos – de aprendiz, bico e fim de semana [...]"* (E6)[34].

Nesse sentido, sim, o trabalho é uma fonte de renda na vida dos participantes, se não de todas, de uma parcela significativa, e a iniciação no mundo do trabalho, por meio dos chamados "bicos", só confirma a condição social de vulnerabilidade, na qual o início precoce no mercado de trabalho acontece, sobretudo, em jovens de famílias de baixa renda, destacando a desigualdade social presente em nossa sociedade, em nosso país. Essa realidade gritante contribui para formação de nossos jovens, cujo ingresso no mercado de trabalho é incerto e instável e pode levar a um baixo desempenho profissional (POCHMANN, 2000).

[34] A fim de assegurar o sigilo quanto à identidade do participante, as atividades realizadas não foram transcritas, por entendermos que essa ação pode infringir esse direito.

Dentre as opções de renda familiar, as respostas (10) concentraram-se na opção acima de R$ 5.001,00, sendo que a maior parte dos jovens é de famílias produtoras rurais, com média geral de 4 pessoas por residência. A Tabela 2 indica a quantidade de vezes em que a renda familiar destacada aparece nas respostas de participantes, representada na coluna **Correspondência**.

Tabela 2 – Renda média das famílias dos entrevistados

Renda (R$)	**Correspondência**
Não soube responder	1
Até R$ 1.000,00	0
R$ 1.001,00 - R$ 2,000,00	1
R$ 2.001,00 - R$ 3,000,00	4
R$ 3.001,00 - R$ 4,000,00	4
R$ 4.001,00 - R$ 5,000,00	0
R$ 5,001,00 – acima	10

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A narrativa dos jovens demonstrou, em vários momentos, a importância dada ao trabalho, como parte integrante de suas vidas, sendo o ato de trabalhar fonte de emancipação e forma de transcender a si para o mundo. Entretanto, os jovens também falaram sobre a importância que os estudos têm em suas vidas. Ter um tempo de qualidade para estudar, por exemplo, fez muitos desses jovens optarem por uma vaga de trabalho de meio período, o qual, somente mais tarde, descobriram ser uma vaga referente ao Programa Jovem Aprendiz. Abordaremos, a seguir, a categoria “Educação Formal”.

5.2 EDUCAÇÃO FORMAL

Iniciei mais uma entrevista com a firme disposição de acolher as falas dos jovens participantes com o máximo de respeito que uma pesquisadora em formação poderia ter com aquele que prontamente aceitou falar um pouco mais de si para uma pessoa desconhecida, desta vez frente a frente. Uma das questões mais fortes para mim refere-se aos motivos dos participantes escolherem o Programa Aprendiz como forma de ingresso ao mercado de trabalho, categoria que será explanada no decorrer destas páginas. Para meu espanto, o(a) jovem entrevistado(a), com toda honestidade, diz que se não fosse dessa forma seria mais difícil terminar os estudos, porque precisava trabalhar, todavia morava e estudava muito longe do

trabalho. Se fosse para trabalhar em período integral, chegaria em casa muito tarde e cansado, o que levaria a faltar às aulas. Ele já tinha experimentado o que me dizia e, ali, com toda sinceridade, falava de um trabalho em meio período como forma de dar continuidade aos estudos, com participação na escola, sem faltas, sem sono, sem [tanto] cansaço.

Com a finalidade de abranger a atuação dos estudos na vida dos participantes, apresentamos o Quadro 2 com as narrativas dos jovens com relação aos estudos, a seguir:

Quadro 2 – Categoria Educação Formal

Narrativas dos entrevistados sobre os estudos	
Entrevistado	**Narrativa**
E3	*[...] eu vou conseguir terminar os estudos, porque era muito longe da minha casa e ia demorar mais porque ia faltar, e assim não.*
E4	*Assim, tenho tempo para estudar e me dedicar à faculdade.*
E5	*O tempo para estudar é fundamental. Antes, era muito corrido e sempre chegava cansada.*
E9	*Eu mudei de cidade para estudar, para ter mais oportunidades.*
E10	*O trabalho ajuda na faculdade, nas matérias relacionadas, e isso é bom. Consigo ter tempo para estudar.*
E11	*Saí de casa com 15 anos para estudar e não parei mais. É meu futuro.*
E13	*Estudar é minha prioridade, mas queria trabalhar para viver a experiência.*
E15	*Saí de casa para estudar porque queria algo melhor para mim. Como tenho bolsa, consigo me dedicar mais aos estudos e trabalhar só meio período.*
E17	*O trabalho me mostrou a faculdade que queria fazer, para crescer mais na empresa e na vida.*
E18	*Estou terminando a faculdade, mas o trabalho me mostrou que posso pensar em estudar mais, e quando terminar essa vou fazer outra, para continuar no trabalho. Estou me identificando muito com o que faço.*
E19	*Sempre quis fazer faculdade e hoje, com o trabalho, posso fazer e pagar meus estudos. Era meu sonho.*

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em linhas gerais, a educação prepara o indivíduo para suas atribuições ao longo da vida e, segundo Brandão (1981, p. 7), "ninguém escapa da educação", para designar que a educação está em tudo. O referido autor ainda menciona que a escola não é o único espaço que a educação acontece. Ele explica que há diferentes formas e modelos de educação e que a educação "existe misturada com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem ou de amor" (BRANDÃO, 1981, p. 19).

Como demonstra a fala do(a) participante E17: *"O trabalho me mostrou a faculdade que queria fazer, para crescer mais na empresa e na vida"* (E17), ao relatar que, por meio do trabalho e do aprendizado, decidiu a graduação que faria.

Para Brandão,

> A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (BRANDÃO, 1981, p. 10).

A educação faz parte da realidade social, representa o modo de viver das sociedades, existente em ambientes formalizados ou não, faz-se presente em todos os lugares e de formas distintas.

> A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (BRANDÃO, 1981, p. 13).

A importância da educação na vida dos participantes está em cada fala, em cada gesto e olhar que passavam, mas deixam explícito que, no momento atual em que viviam, somente por meio da renda gerada pelo trabalho é que poderiam dar continuidade aos estudos, gerando significado em suas vidas.

> *"Eu quero fazer uma faculdade. Sempre foi meu sonho, e hoje sei que posso e vou fazer, principalmente porque serei contratado, e isso vai ajudar"* (E8).

Brandão ainda destaca que:

> O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano [...] (BRANDÃO, 1981, p. 14).

Concordamos que a educação está em todos os lugares. Todavia, ao falar especificamente em educação formal, referimo-nos àquela promovida em instituições formais, como nas escolas ou universidades, que possuem regras estabelecidas e uma grade curricular, com conteúdos definidos, como definem Cazelli e Coimbra (2013). Já, ao citar educação não

formal, ou educação informal[35], atribuímos àquela realizada por diversas instituições, como a família, as igrejas, os centros comunitários, as instituições sem fins lucrativos, as associações, os eventos, os museus, o cinema, as bibliotecas e o próprio trabalho, para indicar que a educação se faz em diversos locais, de diferentes formas e no decorrer da vida. Entretanto, há diferenças substanciais entre educação formal, educação informal e educação não formal. As próprias regras definidas e uma grade curricular estabelecida seriam uma dessas diferenças. "Assim, ações educativas escolares seriam formais e aquelas realizadas fora da escola não formais e informais" (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009, p. 133).

De modo conjunto ao trabalho, a educação faz parte da história da humanidade, sendo cada vez mais visada quando se relaciona com o mundo do trabalho, visto que algumas profissões requerem um conhecimento além da educação básica, com uma formação científica, como verificado nas falas dos participantes.

> *"Quero fazer uma faculdade para crescer no meu trabalho, já que serei contratada e era algo que sempre quis, só não imaginava que pudesse acontecer"* (E19).

A grande diferença é que enquanto o trabalho é superestimando nas e para as classes mais baixas, a educação é condicionada à burguesia, à "classe alta", e os jovens de classe baixa precisam conciliar os estudos com o trabalho [ou seria o trabalho com os estudos], se quiserem uma vida melhor por meio da educação, de uma profissão sonhada e desejada, muitas vezes o sonho de um jovem em fazer uma faculdade traz a carga emocional de toda uma família, que enxerga nesse evento, o sonho de uma vida inteira, de uma geração passada, presente e futura.

> *"Sou a primeira da minha família a estudar* [fazer um curso superior]*, por isso me dedico tanto. É o sonho de toda família e algo que sempre quis. A bolsa ajuda e o trabalho completa a renda [...]"* (E15).

Tais falas representam a importância da educação no ambiente familiar, tanto quanto a importância do trabalho presente nas relações sociais.

> Assim como o trabalho, a educação faz parte da natureza humana, sendo ambos, condição *sine qua non* para a evolução do homem na história, estando presentes em todas as relações estabelecidas entre os homens, desde as sociedades mais primitivas até a sociedade capitalista contemporânea (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 211).

[35] Neste estudo, trataremos educação não formal ou educação informal sem distinções, compreendendo que ambas acontecem fora do ambiente escolar.

Em maio de 2018, a Revista Educação[36] apresentou uma reportagem referente a uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, no Brasil, que apresentou as juventudes brasileiras, sem estudo, sem trabalho – uma população estigmatizada, chamada de "os nem nem"[37]. Essa reportagem faz-nos refletir a respeito de questões que conversam com essa categoria, Educação formal, e as demandas de nossos jovens.

> Vítor não se formou no ensino médio e por isso arrumar um emprego ficou mais difícil para o jovem de 19 anos. Carla, 17 anos, também não consegue trabalhar e ainda tem de criar o filho recém-nascido cujo paradeiro do pai é desconhecido. Ela parou de estudar e vive na casa da mãe. Em comum, essas duas histórias são de jovens de baixa renda. Um retrato de quem não consegue achar uma saída para sua condição econômica que gera risco e vulnerabilidade social. Para essa geração de excluídos, a escola não oferece atrativos e, quanto ao trabalho, só os precários, quando aparecem. São os chamados "nem-nem", termo para os que não têm trabalho e nem estudam, e cujo conceito já é conhecido dos pesquisadores há mais de uma década. [...]eles agora representam 11 milhões de pessoas na faixa dos 15 aos 29 anos – cerca de 20%. [...]. O documento analisa dados de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, onde um em cada cinco jovens não está na escola, em treinamento ou trabalhando. De forma geral, os jovens que não concluíram o ensino médio são em sua maioria negros, com baixa renda familiar e são precocemente direcionados para o mercado de trabalho — quase sempre aquele, informal e precário. Até porque o desemprego, que hoje atinge 11,8% da população ativa (Pnad) é maior entre jovens, mulheres e trabalhadores sem nível superior. A taxa de desocupação entre pessoas com 14 a 17 anos é de 39% e entre os de 18 a 24 anos chega a 25,3%. [...]. "Muitas vezes, o primeiro trabalho é determinante para o sucesso da trajetória profissional" [...]. 70% dos nem-nem estão entre as famílias representadas dentro dos 40% mais pobres: "São pessoas que dependem do ensino público para a formação profissional, mas que, em função da má qualidade da educação, acabam no mercado de trabalho precário" (Revista educação, 2018, n. 249, online).

Mesmo não sendo foco deste estudo, achamos importante fazer referência a essa camada da população que está à míngua, sem perspectivas de estudo, sem perspectivas de trabalho [decente]. No Brasil, são, aproximadamente, 52 milhões de jovens, desse contingente, por volta de 18% que não completaram o Ensino Médio. Na região Sul, em termos regionais, o abandono escolar precoce (até 13 anos) foi em torno de 6,8%. Independentemente da porcentagem geral, qualquer valor, em qualquer região do Brasil é um alerta, porque esses jovens destacaram que abandonaram a escola para trabalhar (IBGE, 2023). E por que esses jovens tiveram que abandonar a escola para trabalhar é a proposição; poderíamos dar várias hipóteses para o tópico, entretanto ficaríamos no achismo. Por isso, cabe uma pesquisa, seja em materiais já produzidos ou em novas produções.

---

[36] Artigo completo: **Os "nem-nem": jovens que nem estudam nem trabalham já são 11 milhões no Brasil** Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2018/05/16/nem-nem-jovens-nem-estudam-nem-trabalham-sao-11-milhoes-brasil/. Acesso em: 17 set. 2023.

[37] Há vários estudos sobre a chamada "geração nem nem"; nosso foco, nesta pesquisa, não é falar desse tema especificamente, entretanto a reflexão é significativa e faz relação com a categoria em destaque.

Paralelamente aos dados, os participantes da pesquisa ou estudam ou já finalizaram o Ensino Médio, com destaque para a Graduação, como mostra a Tabela 3 a seguir, em que a coluna **Correspondência** significa o número de vezes que o Grau de Escolaridade apareceu na coleta de dados.

Tabela 3 – Indicação do grau de escolaridade dos participantes

Grau de Escolaridade	Correspondência
Ensino Fundamental	2
Ensino Médio	8
Ensino Técnico	2
Graduação	23
Finalizou os estudos e no momento não estuda	6

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Estudar, para a maioria dos jovens participantes desta pesquisa, só foi possível devido ao trabalho, em conciliar uma necessidade com um desejo, ou seja, a necessidade de sobrevivência mantida pelo trabalho, com o desejo de estudar, de ir além do que conhecem e veem no momento atual de suas vidas. Ao almejar uma vida melhor, trabalhar e estudar soam quase que simultaneamente um advindo do outro, codependentes, são os verbos que fazem de suas vidas a realização de uma vida inteira, o que para muitos não é possível, como apresentado anteriormente.

> *"Sai de casa com 15 anos para estudar e não parei mais, é meu futuro. [...] mas eu precisava me manter e comecei a trabalhar, eu gosto, faz bem e aprendo também"* (E11).

Os participantes citam o trabalho como uma forma de crescimento social, mas fazem referência aos estudos, como fonte para a ascensão profissional e pessoal, estudar como forma de desenvolvimento, em ter uma vida melhor, nas mudanças, nos sonhos, como representado no Quadro 2. Isso denota uma ligação do trabalho com a educação formal para os participantes, cada um com suas realidades.

No momento desta pesquisa, como demonstrado na Tabela 3, a maioria dos participantes estavam na Graduação, alguns em curso Técnico; e os que estavam no Ensino Médio e Fundamental falaram da importância dos estudos, em como o trabalho proporcionou, de alguma forma, almejar sonhos ainda não pensados, como fazer uma faculdade e/ou ter seu próprio negócio.

> *"Eu vou terminar os estudos e depois ainda não sei, fazer técnico ou faculdade, tenho dúvidas, também penso em ter meu próprio negócio, talvez eu faça tudo isso"* (E2).

> *"Eu quero fazer uma faculdade, sempre foi meu sonho, e hoje sei que posso e vou fazer, principalmente porque serei contratado e isso vai ajudar"* (E8).

Pensando que alguns desses jovens vivem ou viviam no interior, auxiliando na rotina familiar na propriedade, seja no cultivo da terra ou com vaca de leite, como mencionaram algumas vezes na coleta de dados, almejam por meio da educação uma "vida melhor", que para elas significa deixar suas casas, sair do local de onde estão.

> *"Eu também ajudo em casa, mas não quero isso pra mim, já faço faculdade, sempre foi meu sonho, e hoje sei que quero fazer outras coisas[...]"* (E16).

A saída dos jovens do campo presente mais uma vez e aqui faço um apontamento que, por vezes, pareceu-me mais uma vontade de conhecer lugares novos, de fazer as coisas por si, do que o objetivo único de deixar o campo – como desejo principal. Porém, por não ser esse o objeto de estudo, os jovens não foram indagados por tais falas, mas deixo aqui o registro para instigar novas pesquisas.

Retomando a questão principal desta categoria, é urgente pensar em Políticas Públicas de Trabalho e Educação tal qual em ações voltadas à essas temáticas que nunca se esgotam, muito pelo contrário, quanto mais nos debruçamos, mais vimos a importância e o quão falho somos para com nossas juventudes, pensando principalmente no número estarrecedor de jovens fora da escola, de jovens que não trabalham, de jovens que se veem desesperançosos quanto a suas vidas, seus presentes e seus futuros.

Os jovens precisam de orientação, tal qual de ações voltadas às suas demandas, para que possam fazer escolhas saudáveis, formação adequada, inclusive para que, de fato, possam fazer suas escolhas, de estudos, de carreira, de suas vidas (OIT, 2012). Entretanto, sem esquecer das diversas realidades de nossas juventudes.

Ao mesmo tempo que falamos em educação para todos, não podemos fechar os olhos para o ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho. Isso é real e pode levar ao abandono e à evasão escolar, da mesma maneira que poderá levar a trabalhos precários. É um círculo vicioso, uma situação leva a outra, sobretudo a jovens pertencentes a classes sociais menos favorecidas. Isto é, temos uma contradição ao falar de trabalho e educação, pois são os jovens pobres que mais precisam trabalhar e conciliar seus estudos, o que nem sempre é possível, o que leva a situações cada vez mais degradantes, até chegar no ponto de exasperação na vida desses jovens.

Ao longo da história, no Brasil, vem-se pensando e propondo políticas públicas para as juventudes relacionadas ao Trabalho e Educação. Uma política pública é elaborada para responder a uma dificuldade específica, de ordem pública e também para o coletivo, como delibera Amabile (2012). Todavia, as ações, os programas e as políticas públicas existentes ainda não superaram as adversidades da temática voltada às juventudes, trabalho e educação em nosso país.

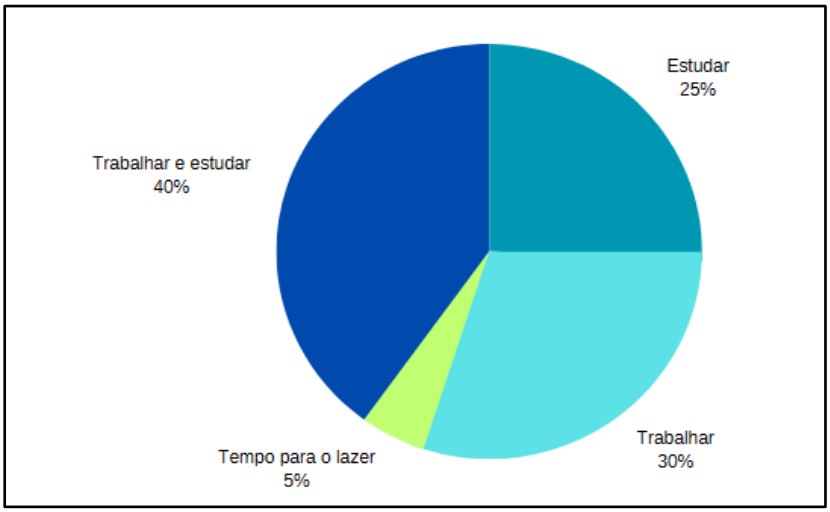
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Cabe a uma política pública dar conta de tudo? Quantas políticas são necessárias para que nossos jovens possam estudar com excelência? Quantas projetos e programas são necessários para que nossos jovens possam trabalhar e estudar com excelência? Quantas ações são necessárias para que nossos jovens possam viver suas juventudes com excelência?

A criação de políticas públicas para enfrentar os dilemas vivenciados pelas juventudes apresentadas aqui, referentes ao mundo do trabalho e inserção dos jovens no mercado de trabalho, é resultado de uma construção histórica e social, que teve seu fortalecimento a partir da década de 1990. Desde então, temos diversas movimentações em torno desse contexto.

Espontaneamente, os dilemas das juventudes participantes da pesquisa, apresentados no Gráfico 1, surgiram no decorrer da conversa. São questões voltadas principalmente ao trabalho e à educação, talvez mencionadas devido ao teor da pesquisa, entretanto é o que demonstram suas preocupações.

Gráfico 1 - Principais dilemas dos jovens entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As respostas que envolvem ‘Trabalhar e estudar’, na maioria das falas, relacionavam-se com o tempo, dedicação aos estudos e trabalhar para pagar a faculdade. Já a questão ‘Trabalhar’ referia-se, sobretudo, ao ter um trabalho e o quanto isso era significativo. Contudo, de forma sutil, já mencionavam sobre o fim do contrato e o que viria depois. Quanto a ‘Estudar’, relacionava-se com o que fazer, como pagar a faculdade, curso técnico, para ter seu empreendimento, para ter um futuro. O ‘Tempo para o lazer’, era uma das coisas que sentiam falta.

> *“Vejo que falta tempo para fazer o que fazia antes, como sair com os amigos [...]*” (E20).
>
> *“Acho que não vou ser contratada, mas ficar dois anos [...] é bom [...] , mas já penso no futuro, em começar a ver alguma coisa antes do fim do contrato, não posso ficar sem trabalho”* (E16).
>
> *“Com carteira assinada, é a segunda experiência. Antes, eu ajudava em casa porque minha família tem vaca de leite e sempre trabalhei, desde nova [...]”* (E11).

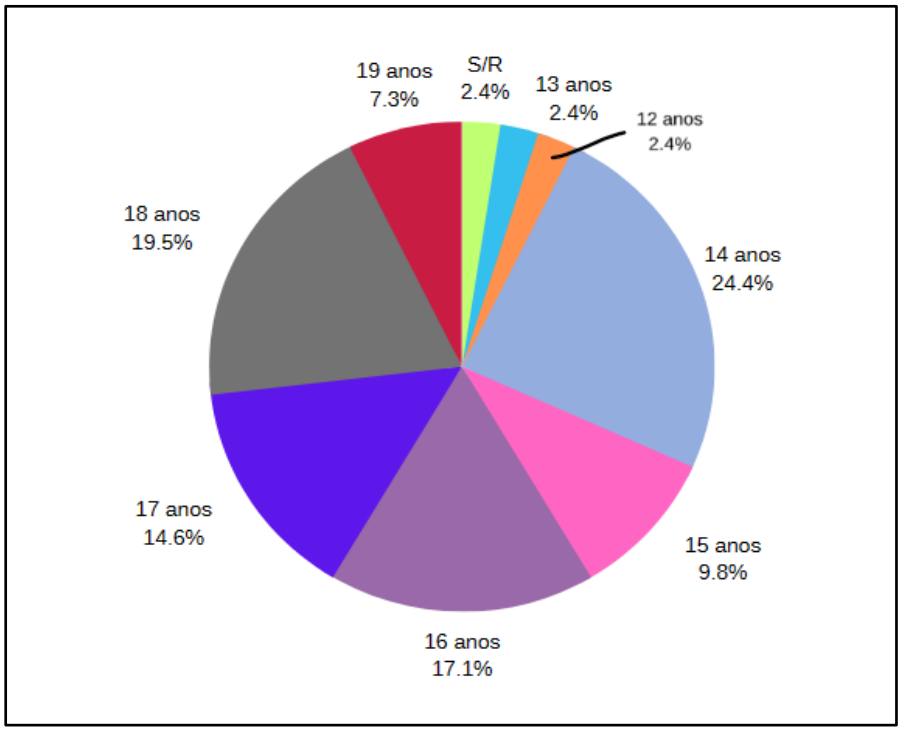
O trabalho de crianças e jovens, por décadas, foi naturalizado, passando séculos até a concluir-se e entender que o trabalho infantojuvenil é prejudicial ao desenvolvimento desse grupo etário, tanto o desenvolvimento físico e cognitivo quanto o desenvolvimento emocional. No entanto, enquanto algo naturalizado, vê-se diversas e recorrentes situações de exploração do trabalho infantojuvenil, até mesmo nas próprias famílias. Os motivos são vários, dentre eles destacam-se ajudar na manutenção do lar, ter mais dinheiro para entrar dentro de casa, mais comida em cima da mesa. Isto é, sobrevivência. Estudar, em dado momento, pode ficar em última opção, quando muito se tem opção. Com isso, não só o acesso à educação é prejudicado, mas a inserção dos jovens no mercado de trabalho também fica comprometido, e acontece “de forma precária e difícil”, como evidencia Gonzalez (2009, p. 120).

Um país com altos índices de trabalho infantojuvenil é indicativo de forte desigualdade social, porque, na pior das hipóteses, criança e adolescente que trabalham podem estar em situação de miséria, podem ser negligenciados, logo, podem não ir para escola, podem não estudar, podem não comer direito, podem não brincar, podem não ir ao médico, podem sofrer violências, podem ser explorados, podem não ser cuidados e podem ser abandonados – se não pela família pelo Estado.

O Gráfico 2 apresenta a idade que as(os) respondentes do questionário destacaram que começaram a trabalhar, sendo que algumas mencionaram em campo próprio *“[...] que essa*

idade foi que comecei a trabalhar de carteira assinada" (P23). Logo, entende-se que anterior a idade mencionada, o(a) jovem em questão já trabalhava.

Gráfico 2 - Idade que começou a trabalhar



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Uma política pública surge tendo em vista a resolução de problemas de ordem pública, social, de grupos específicos ou reivindicações precisas. Um problema pode estar relacionado a diversos outros problemas, é o que chamamos de 'uma coisa leva a outra'. Então, diante da problemática que envolve o trabalho infantojuvenil, diversas ações foram pensadas e realizadas ao longo da história mundial, abarcando o Brasil.

Fazendo uma breve retrospectiva histórica, desde 1940, no Brasil, temos serviços voltados especificamente para a formação da população em geral, como explica o autor:

> A partir dos anos 1940, constituíram-se os serviços de aprendizagem dedicados à formação tanto de jovens quanto de adultos para a indústria – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – e para o comércio – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No entanto, estes serviços direcionaram-se primordialmente a atender a necessidade de mão de obra dos respectivos setores, oferecendo, em menor medida, cursos voltados ao público em geral. É a partir da década de 1990 que ganha força a perspectiva de estruturar cursos de qualificação profissional voltados para os jovens em situação de risco social, por meio de cursos

> financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).[38] Em vez de se voltar para a classe trabalhadora em geral, estes cursos procuravam focar os jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade. [...] (GONZALEZ, 2009, p. 122).

Outras medidas surgiram, porém, em meio a críticas sobre a falta de controle de recursos aliada à baixa adesão dos jovens, empresas e governos, os programas foram insuficientes, tendo em vista que os esforços deveriam ser em conjunto, com apoio do setor público e privado, como pontua Gonzalez (2009). O autor mencionado ainda aponta que:

> A percepção de que apenas oferecer cursos de formação profissional, por melhores que fossem, não mudaria significativamente a situação dos jovens no mercado de trabalho, influenciou a criação de programas que procuravam aliar qualificação e alguma medida de colocação no mercado de trabalho (GONZALEZ, 2009, p. 122).

Na tentativa de mudar essa condição, propuseram-se outros meios a fim de garantir a qualificação, colocação e permanência profissional de jovens no mercado de trabalho, como políticas de incentivo à contratação, por meio da redução de custos na contratação desse público em particular. Outras vertentes foram criadas e recriadas com o intuito de permitir a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, entretanto tais iniciativas não foram suficientes, ainda faltavam elementos para que todos os jovens fossem beneficiados por tais políticas e programas. Diante disso, em 2005, o PROJOVEM (Programa Nacional de inclusão de jovens) passa a entrar em funcionamento, delimitando a idade dos participantes, de 18 a 24 anos. Entre outras narrativas, o objetivo era levar esses jovens a ficarem mais tempo na escola, aumentando sua escolarização, todavia não foi o bastante (GONZALEZ, 2009).

Uma outra política voltada à inserção do jovem no mercado de trabalho, que busca aliar a frequência escolar, formação profissional e o trabalho é a Lei n.º 10.097/2000, que, além de obrigar a contratação entre 5 a 15% de jovens com idade entre 14 e 24 anos incompletos, conforme o quadro de trabalhadores, delimita a carga horária e a jornada de trabalho, além de prever a obrigatoriedade dos jovens aprendizes de frequentar um curso de aprendizagem nas instituições formadoras. Em quase 23 anos de criação, por meio da Lei Nacional da Aprendizagem, muitos jovens foram inseridos no mercado de trabalho, sendo que, até junho de 2023, em todo país, estimou-se quase 540 mil aprendizes com contrato ativo, entretanto esse valor refere-se apenas um pouco mais de 50% do preenchimento total obrigatório das cotas de

[38] "O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho (MTb), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico". Disponível em: Sobre o FAT – Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador (mte.gov.br). Acesso em: 24 set. 2023.

aprendizagem. Isso significa que, apesar da obrigatoriedade, as empresas não cumprem com o que está proferido na Lei, como aponta pesquisa da SmartLab. A pesquisa demonstra que, em Santa Catarina, o total de cotas de aprendizagem passa dos 55 mil, contudo o total de aprendizes contratados no estado todo é de pouco mais de 36 mil.[39]

Diante dos fatos, como política pública, podemos afirmar que o programa de aprendizagem vem resistindo, se consolidando na sociedade e mostrando que cumpre [?] o que foi destinado a fazer. Entretanto, a lei não é suficiente em si, como vimos em diversos momentos, apesar de ter mais de 20 anos de criação, vimos ameaças à lei, é desconhecida nas empresas, nas famílias, pelos jovens, por uma grande parcela da sociedade.

No Brasil, no decorrer da história, vem-se pensando e propondo ações para as juventudes voltadas a Políticas Públicas de Trabalho e Educação, a Lei n.º 10.097/2000 foi uma dessas tentativas, em vigor desde o ano 2000 até o momento atual no país, nossa próxima subcategoria.

5.3.1 Lei 10.097/2000

Podemos afirmar que um dos marcos para proteção de nossas crianças e adolescentes, no Brasil, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Uma década depois, vimos surgir a Lei Nacional da Aprendizagem, Lei n.º 10.097, aprovada em 19 de dezembro de 2000, passando a vigorar a partir de 2005. A lei "[...] versa sobre a formação profissional de jovens aprendizes, focando objetivamente a relação trabalho e educação num período de reestruturação econômica e produtiva, e de acirramento da competitividade interfirmas" (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 213).

Dessa forma, tendo por fundamento a Lei Nacional da Aprendizagem, é que se propõe essa categoria "Lei n.º 10.097/2000" com subcategorias subsequentes, com o desígnio de aprofundar o debate acerca da temática proposta, tendo como base, em especial, que no país a referida lei "[...] representa uma tentativa de regulamentar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, aliando a formação profissional à continuidade dos estudos [...]" (GUIMARÃES; SANTOS, 2012, p. 214). A lei pode não dar conta de toda essa problemática, contudo, como apresentado pelos participantes, representa e viabiliza para os jovens, tal qual para suas famílias,

[39] Pesquisa completa disponível em: https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/0?dimensao=aprendizagem. Acesso em: 24 set. 2023.

a oportunidade de atender algumas de suas necessidades, como também as necessidades familiares.

Afinal, os jovens conheciam a Lei Nacional da Aprendizagem (Lei n.º 10.097/2000), que viabiliza o Programa Jovem Aprendiz e a inserção de jovens de forma legal no mercado de trabalho brasileiro? As respostas mostram que a maioria não conhecia o Programa, consequentemente, não conheciam e nunca tinham ouvido falar da Lei propriamente, até o momento do contrato ou da entrevista. Não existia uma pergunta própria se os participantes conheciam a Lei, mas as respostas vieram em consequência a outras perguntas associadas, falando precisamente do Programa Aprendiz, sem fazer referência a Lei, como apontam as narrativas no Quadro 3.

Quadro 3 – **Narrativas dos entrevistados sobre a Lei Nacional da Aprendizagem**

Entrevistado	**Narrativa**
E2	*Na verdade, levei o currículo lá. Não sabia que era para aprendiz.*
E3	*Eu já conhecia o programa aprendiz. Meu irmão já tinha feito o programa aprendiz e já conhecia.*
E6	*Comecei a trabalhar com 14 [...], de aprendiz, então já conhecia o programa.*
E8	*Não conhecia o programa. Não sabia que era vinculado ao CIEE. Não tinha ouvido falar, mas resolvi sair porque tava insatisfeito lá [...].*
E12	*[...] eu sabia que a vaga era de aprendiz. Vi no site[...], mas não sabia como seria.*
E16	*Fui pela vaga de meio período. Não sabia o que significava vaga de aprendiz.*
E18	*Não sabia que era para aprendiz. Eles me explicaram [...].*
E20	*Sabia que a vaga era de aprendiz, porque minha mãe trabalha lá e perguntou se iam contratar[...].*

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O que representa o desconhecimento sobre a Lei? O fato leva a pensar que a maioria dos entrevistados nunca tinha ouvido falar na Lei Nacional da Aprendizagem, nem no Programa Jovem Aprendiz, programa possível somente por meio da promulgação da referida legislação. A Tabela 4 expõe se os jovens conheciam ou não a Lei, sendo que a coluna **Correspondência** apresenta o número de vezes das opções destacadas.

Tabela 4 – Conhecimento sobre a Lei Nacional da Aprendizagem

Conheciam a Lei (10.097/2000)	**Correspondência**
Sim	5
Não	13
Sem resposta	2

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Lei completa 23 anos em 19 de dezembro de 2023, e fato é que, assim como os jovens participantes da pesquisa, a sociedade em geral também desconhece a Lei e o Programa, o que pode ser um indicador sobre a quantidade de jovens ativos no programa no ano de 2023, tendo em vista que o número poderia ser maior. Essa realidade denota que precisamos tornar a Lei conhecida, porque isso auxilia sobre as contratações e a própria fiscalização. Particularmente, entendo que quanto mais se tem informação e conhecimento, fica mais difícil para alguns burlarem a legislação, com exploração de força de trabalho, por exemplo.

O Art. 428 da CLT destaca que:

> Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2017a, p. 67).

A lei tem o sentido formativo desse jovem inserido no mercado de trabalho e, ainda em conformidade com a lei, o jovem deve realizar a formação prática na empresa e a formação teórica na instituição formadora, entre elas o Senai, Senac, Senar, Senat e Sescoop ou por organizações sociais como o CIEE, conforme as especificações (SINAIT, 2019).

Entretanto, as pessoas desconhecem esse importante instrumento regulador. Os jovens desconhecem como a lei funciona, como é o programa e suas especificidades. *"É a primeira vez que sou aprendiz [...], só não sabia que tinha que ir no CIEE [...]"* (E10). Isso demonstra a validade em tornar a lei, com efeito o programa, público, tangível a toda população, sobretudo às nossas juventudes e suas famílias, da mesma forma que escolas e empresas, seja do setor público ou privado.

Desde a sua criação, a Lei n.º 10.097/2000 sofreu várias alterações, a fim de se adequar e se atualizar, conforme o momento atual e histórico ou para não deixar margem de dúvidas em alguns pontos, entre eles, a licença maternidade para a jovem aprendiz grávida, a carga horária estabelecida e os dias de trabalho, alterando alguns dispositivos legais, principalmente, como forma de garantir os direitos dos jovens trabalhadores aprendizes (SINAIT, 2019).

A Lei Nacional da Aprendizagem, surge, sobretudo, para garantir direitos trabalhistas, haja visto que muitos jovens trabalhavam de forma irregular, ou seja, não tinham seus direitos assegurados. Em contrapartida, com uma carga horária reduzida e com os direitos certificados, esse jovem podia continuar na escola, visava-se, garantindo a proteção da formação escolar do

jovem trabalhador brasileiro. Porém, além do desconhecimento acerca da legislação, o que se observou é que alguns dos jovens participantes relataram ter um outro trabalho para complementar a renda, como demonstrado pela(o) entrevistada(o) 6 que, na época da pesquisa, afirmou ter três trabalhos, devido, principalmente, à manutenção da faculdade.

> *"Hoje eu tenho três empregos – de aprendiz, bico e fim de semana [...]"* (E6).

Ou, ainda, a(o) entrevistada(o) 19, que relatou ter dois trabalhos e estudar:

> *Eu vi essa vaga* [de aprendiz] *e fui pelo meio período, porque quando fiz a seleção ainda tava estudando. E hoje ainda tenho outro trabalho, na parte da manhã e faço faculdade"* (E19).

Isso demonstra, ou que a lei ainda é falha, ou que falhamos enquanto sociedade, pois ao pensar que esse jovem mantém dois ou mais locais de trabalho para permanecer, muitas vezes, na faculdade e/ou manter as contas familiares em dia, em que ponto seus direitos estão sendo garantidos? Assegurar que elas tenham dois, três trabalhos de forma legal para estudar é garantir direitos? Qual o tempo de qualidade para realizar seus estudos e ter momentos de lazer, por exemplo? Isso não é nenhuma novidade, mas aqui falamos de jovens aprendizes que têm outro trabalho para se manter, para pagar contas, para estudar; quantos vivem essa realidade? Até que ponto a Lei n.º 10.097 está cumprindo, de fato, o seu papel? E até que ponto não deriva de situações como essa o desemprego adulto no país, já que o mercado pode pagar um salário menor para os mais jovens, ao pensar em experiência profissional.

> *"Como aprendiz, eu ganho menos, mas também não ganhava tão bem quando trabalhava o dia todo [...] e faço uns bicos quando aparece"* (E1).

Cabe uma profunda reflexão sobre a fala de muitas(os) participantes ao mencionarem ter mais de um trabalho, ou os bicos do fim de semana ou do período noturno, mesmo diante dos afazeres domésticos, das atividades profissionais, escolares ou acadêmicas, é que **davam conta de tudo e destacavam isso com orgulho**, como fazem tantos trabalhadores. E tal reflexão eu deixo para todos nós enquanto cidadãos, trabalhadores, sociedade em geral. Como é possível um jovem ter duas ou três atividades laborais e ainda ter um tempo de qualidade para estudar? Se o objetivo da Lei também era proporcionar a permanência do jovem na escola, precisamos rever urgentemente isso, porque permanecer na escola não é sinônimo de aprendizagem e aprendizagem com qualidade. Permanecer na escola pode ser só mais um número a ser contabilizado. De que forma garantimos acesso à educação de qualidade quando temos jovens estudantes e trabalhadores e mantenedores do lar? A discussão é muito mais ampla

e não inicia ou se encerra na Lei e com a Lei Nacional da Aprendizagem (10.097/2000). É preciso rever toda uma estrutura social e econômica, que não cabe no momento ser discutida, mas levanto tais questionamentos para que não fique somente na reflexão e indagações, mas que de fato algo seja feito, e feito de verdade.

Historicamente, a inserção precoce das juventudes no mercado de trabalho faz parte da vida de jovens, particularmente, de baixa renda, o que leva muitos deles a abandonarem a escola, como trazido em outros momentos neste estudo ou a ter mais de um trabalho. Em consequência, muitos não conseguem permanecer na escola, seja por não conseguirem acompanhar os estudos, ou para trabalhar o dia todo e, por conta disto, ganharem mais [dinheiro] (GONZALEZ, 2009). Cai a qualidade da educação, cai a qualidade da produtividade, cai a qualidade de vida, tendo em vista a forma como esses jovens são inseridos no mundo do trabalho. Com isso, diversos Programas, Políticas Públicas e Ações foram criadas para atender e superar essa demanda.

O Programa Nacional de Aprendizagem, como destaca Sinait (2019), é uma importante ferramenta de inclusão social e econômica, promulgada pela Lei Nacional da Aprendizagem, a Lei nº. 10.097/2000. Por tudo o que foi apresentado, precisamos tornar a lei conhecida, para que o Programa Jovem Aprendiz, próxima subcategoria, seja efetivo e disponível aos jovens.

5.3.2 Programa Jovem Aprendiz

Finalmente, chego em um dos pontos centrais deste estudo. Vale destacar que, **aqui,** não usarei tabelas, nem quadros ou gráficos, somente as falas dos entrevistados, para realçar cada participação. Voltando…

Finalmente, chego em um dos pontos centrais desse estudo, o Programa Jovem Aprendiz, o que representa essa Política Pública na vida dos jovens residentes no Oeste de Santa Catarina. E, para minha surpresa, a maior parte dos participantes não conheciam o programa e relataram que só souberam que a vaga era de *menor aprendiz*[40] no momento da contratação, porém não sabiam exatamente o que isso significava de fato na vida delas, só queriam trabalhar e *tem que ir no CIEE uma vez por semana*[41] (E12).

[40] Termo utilizado por muitos participantes na coleta de dados. Entretanto, pelo cunho pejorativo que o termo representa, recomenda-se o desuso. Neste trabalho, porém, para manter a fidelidade dos dados, optou-se por mantê-lo no contexto apresentado.

[41] Ressalta-se a obrigatoriedade do contrato de aprendizagem em ir uma vez ou mais por semana na instituição qualificadora, como aponta a Lei Nacional da Aprendizagem (SINAIT, 2019).

Também houve relatos de, além do jovem não saber o que era vaga de aprendiz, sua supervisora imediata também não sabia:

> "*Eu sabia que era meio período, mas não sabia que era aprendiz e fui pela vaga porque era meio período, para estudar [faculdade], nem meu supervisor sabia que era vaga de aprendiz"* (E4).

Além de não saberem sobre o Programa e sua importância, muitas empresas relutam em contratar jovens sem experiência, como observado no relato a seguir.

> *"A gente sabe que muitas empresas têm o aprendiz só porque é obrigatório. Essa lei, essa obrigação, num âmbito social, ajuda muito as pessoas, porque todo esse tempo que procurei emprego, vi que nem todos querem contratar adolescentes sem experiência. Só querem contratar quem não precisa aprender. É muito importante esse projeto, essa lei que abre essa oportunidade pra gente começar em algum lugar e mostrar nossa potencialidade e capacidade diante disso"* (E5).

São relatos fortes e que demonstram muito do que vimos neste estudo: o desconhecimento da lei, o preconceito e a invisibilidade de nossas juventudes. A falta de informação ou a falta de acesso, muitas vezes, os empresários tomam conhecimento da lei diante de uma fiscalização ou de uma visita para oferecer o programa. Já os jovens, chegam desconfiados em seu primeiro dia de formação na instituição, sem saber direito o que fazem ali e o que deverão fazer na empresa, e abro um parêntese aqui para deixar meu relato pessoal, enquanto profissional Orientadora de Aprendizagem, que, por vezes, preciso explicar no primeiro encontro com esse jovem, o que é o Programa Jovem Aprendiz (e não menor aprendiz); o que é a Lei Nacional da Aprendizagem; o que significa o dia de "curso" no CIEE-SC, entre outras regras importantes para sua permanência no Programa que eles desconhecem. Na ânsia de trabalhar, assinam um contrato sem ainda saber direito o que é o Programa Jovem Aprendiz.

Os jovens que participaram da pesquisa, por, em sua maioria, já ter um tempo de contrato, reconhecem os benefícios do programa, ao menos falando dos benefícios em sua vida, mas afinal, não é isso que o programa se propõe a fazer?

Diante do choque inicial que tive no começo da pesquisa, a surpresa foi maior ao ouvir sobre a importância do programa na vida desses jovens, e como esperançosa que sou, deixo aqui alguns relatos que me emocionaram, pois mesmo com falhas, desinformação e papéis indefinidos que a Lei tem, para os jovens beneficiários, no momento atual que viviam durante a pesquisa o programa faz uma diferença significativa em suas vidas e de suas famílias. Vejamos:

> *"O programa ajudou muito tanto nos encontros, e tu junta isso com a faculdade é muito aprendizado, conversando sobre tudo e tu aprende de uma forma descontraída. São assuntos importantes que agregam tanto na empresa como na vida. E lá na empresa é muito bom, desde a integração eu me senti muito bem... "saí do inferno e fui pra céu" – a empresa valoriza muito as pessoas e o trabalho mesmo é muito bom, algo que gosto, mas no começo era meio confuso, porque as empresas não sabem como lidar e os aprendizes também não sabem o que fazer, mas depois a gente vai entendendo e vai de você também. Hoje o meu papel já é bem definido"* (E1).

Um jovem relatou que já conhecia e confiava no Programa e tivemos alguns relatos nesse sentido:

> *"Eu já conhecia o programa aprendiz. Meu irmão já tinha feito o programa aprendiz e já conhecia. Tô desde janeiro – sempre agrega, qualquer experiência vai agregar e sempre tem interação, gente mais nova, representante, e com o menor aprendiz eu vou conseguir terminar os estudos porque era muito longe e ia demorar mais porque ia faltar, e assim não. É muito longe da minha casa"* (E3).

> *Eu sabia que a vaga era de aprendiz e escolhi por ser de aprendiz mesmo, porque o dia inteiro* [sem som]. Eu *escolhi meio período para me dedicar mais aos estudos e trabalhar meio período, posso fazer minhas coisas e me dedicar. O dia inteiro seria corrido. Nossa, agregou um monte, me ajudou, me auxiliou, a gente aprende muito, nos encontros teóricos e dentro da própria cooperativa que estou, muita aprendizagem nesse um ano. Eu ainda sou tímida, mas me ajudou muito, nesse sentido da timidez, tenho mais desenvoltura* (E15).

E mais relatos da importância do programa na vida pessoal e profissional:

> *"Eu aprendi muita coisa com meu supervisor. Eu não sabia nada, [...] e agora aprendi mais que na faculdade, muita coisa. O programa ajuda os jovens a achar um emprego; eu não tinha coragem de enviar um currículo lá na empresa e isso foi bom pelo CIEE"* (E4).

> *"O programa traz conhecimento, diversidade, oportunidade de ser contratado, paciência. A sociedade se beneficia muito. Tem gente com 14 que pode começar a trabalhar"* (E6).

Também se percebeu, diante de algumas respostas, que instituições de assistência social estão alinhadas com o programa, incentivando a participação do jovem:

> *"[...] fomos no CRAS e conversamos com as assistentes sociais e depois da conversa, sugeriram que eu começasse a trabalhar e falaram do CIEE, mas eu fiquei com receio. Mas o meu colega já tava no CIEE, mas eu tinha receio porque não sabia direito. Mas elas encaminharam um papel pro CIEE e fiz um cadastro, e entre uma e duas semanas fui chamado [...]"* (E7).

Alguns jovens mostraram não entender a função do Programa e não conseguiram relacionar as atividades realizadas na empresa, com os temas da instituição formadora, nesse caso, do CIEE-SC.

> *"Não conhecia o programa aprendiz antes de estar trabalhando [...] os assuntos eu já sei e não presto atenção nisso, mas para quem nunca ouviu é bom. Na empresa é bom, o trabalho também. [...] os encontros, que não é relevante [...]"* (E2).

Tivemos relatos de jovens que participavam pela segunda vez no Programa Jovem Aprendiz, por uma outra instituição:

> *"Comecei com 16. Eu era cotista num curso e era como aprendiz já. E decidi para ter minhas coisas. Aprendi muita coisa, tinha cursos do Senai. Na primeira entrevista, eu falei bem pouco, e hoje mudou a comunicação. O intuito do programa é preparar o jovem pro mercado de trabalho, e isso é bom pra sociedade, o jovem já começa a ser preparado desde cedo"* (E8).

Visões diferentes, talvez até distorcidas, sobre o Programa:

> *"Percebo que amadureci. Ajudou no meu lado emocional. Era muito emotiva, ficava muito emocionada e hoje sei contornar as coisas. A sociedade também se beneficia, principalmente devido ao salário mais baixo que muitas empresas pagam aos jovens aprendizes, é um benefício"* (E11).

Falas sinceras sobre o Programa e suas experiências:

> *"Aprendi muita coisa sobre relacionamento pessoal. Aprendi muito sobre gestão, coisas boas e ruins.. Além do salário, eu sinto que era "meio bicho do mato". Não conversava muito e fui parar bem no RH, e isso mudou bastante. Sou mais de boa hoje em conversar com as pessoas. Foi o principal que senti de mudança. É um trabalhador que desde jovem tá sendo formado, o que ajuda quando ele for efetivo, já vai ser um trabalhador excelente, porque aprendeu desde jovem com isso"* (E12).

> *"Tu começa a inserir jovens, até jovens que têm uma renda mais baixa e inserir no mercado de trabalho de uma forma legal, sem ser de forma escrava e ensinando ainda"* (E16).

> *"Já trabalhei num mercado, mas também já tinha trabalhado sem CLT, informal, numa estamparia, depois no mercado e depois de aprendiz. Escolhi de aprendiz mesmo porque teria mais tempo para estudar. Foram experiências boas para minha evolução, não fui muito atrás dos meus direitos. Meio que aceitava as coisas, mas foi importante para meu aprendizado. [...] O programa instrui os jovens e não bota num trabalho forçado, pesado. Insere*

> *o jovem no mercado de trabalho de forma mais tranquila pra ele ir se adequando e instruindo e depois ele entra pra pauleira"* (E17).

> *"De carteira assinada, essa é minha terceira experiência. O primeiro foi bem difícil, num frigorífico, na sala de corte, foi a pior experiência. E como não tinha experiência, eu fui e fiquei porque não tinha experiência. Achei que não ia pegar outro. Só saí quando arrumei outro, numa sorveteria, que fazia de tudo, mas era bem mais tranquilo. E saí de lá pra essa vaga. Não sabia que era pra aprendiz. Eles me explicaram e que se eu não quisesse meu currículo ficaria lá pra outra vaga. Eu fiquei meio assim, ter que me deslocar de uma cidade pra outra, salário menor, mas eu queria muito entrar fiquei com medo de dizer não e fui. Hoje vejo que o programa sim agregou. Essa foi uma experiência totalmente diferente na minha vida. Foi um crescimento. Sei que posso estudar e crescer lá dentro. É a melhor experiência e aprendi muito. Tudo é conhecimento"* (E18).

Um jovem mencionou que sabia que a vaga era para aprendiz e mostra com honestidade seu ponto de vista:

> *"Eu sabia que a vaga era de aprendiz, só não sabia qual era a empresa. Escolhi pela flexibilidade para ter um período livre e poder estudar. Agregou muito. Eu não tinha noção de mercado de trabalho, noção em relação ao dinheiro e aos processos de uma empresa. Mudei um pouco. Me vejo/sinto mais aberta. O programa é bom para os aprendizes, mas é bom para as empresas, porque sai caro para as empresas ter uma pessoa o dia todo o que eu posso fazer, e às vezes posso ajudar em outros setores, pela demanda"* (E13).

Todas as respostas são valiosas e só reforçam a importância do Programa Jovem Aprendiz enquanto Política Pública, porém as respostas também revelam pontos que precisam ser revistos e avaliados, afinal, estamos tratando de vidas e vidas que têm valor e merecem respeito.

Os sujeitos, objetos deste estudo, dividiram suas expectativas e frustrações, assim como seus sonhos de futuro, suas ânsias do presente. O programa é uma forma de alavancar a vida profissional e, consequentemente, a vida pessoal e profissional desses jovens que, mesmo desconhecendo, afinal, o programa, tem uma visão de futuro, dos seus futuros, com o trabalho envolvido e o Programa Aprendiz do CIEE-SC, também objeto deste estudo, direta ou indiretamente, está contribuindo para a formação acadêmica e profissional dos participantes. Sem isentar as responsabilidades da instituição com os jovens, mas a responsabilidade também é das autoridades, e porventura, de todos nós enquanto sociedade onde estes jovens estão inseridos.

O manual de aprendizagem explana, em suas páginas, entre outras informações relevantes, que a aprendizagem cria possibilidades tanto para o aprendiz como para a empresa,

já que fala sobre a preparação e a formação qualificada desse jovem, e como a empresa também pode ser beneficiada com isso (SINAIT, 2019).

De fato, é uma via de mão dupla, mas mais que cumprir o número estipulado das cotas de aprendizagem, faz-se necessário tomadas emergenciais quanto ao Programa, sobretudo, a importância dessa importante política pública para nossos jovens, além de pensarmos para quem de fato refere-se essa política, como tantas outras existentes e que já existiram em nosso país.

O trabalho engrandece, educa, ajuda na subsistência, qualifica, ensina, proporciona uma série de grandiosidades, mas não podemos fechar os olhos ao fato de que o trabalho precoce de jovens, como os participantes do programa aprendiz, são jovens, em sua maioria, que trabalham para ajudar em casa, para ter suas coisas, jovens pobres, jovens em vulnerabilidade social, jovens que precisam trabalhar pagar a faculdade, como tantos brasileiros.

O manual da aprendizagem ainda fala que "Por se tratar de norma de natureza trabalhista, cabe à Inspeção do Trabalho fiscalizar o cumprimento da legislação sobre a aprendizagem, bem como dirimir as dúvidas suscitadas pelas partes envolvidas" (SINAIT, 2019, p. 8) e, nesse ponto, cabe uma grande reflexão, tendo em vista que o número de auditores fiscais é incompatível com nossa realidade trabalhista, de qualquer abrangência, assim como a realidade territorial do Brasil. É impossível falar de condições dignas de trabalho e trabalho decente sem fiscalização concreta. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, o país possui atualmente 1.940 Auditores Fiscais do Trabalho, na ativa, mas o Sindicato não possuía, no momento do contato, o número de profissionais ativos em Santa Catarina (SINAIT, 2023).

A fiscalização depende do número de servidores ativos, principalmente em um país como o Brasil, com grande extensão territorial, o que, pelo número total de servidores, pode-se ter uma dimensão de que o número atual disponível é insuficiente, ou seja, faltam profissionais para fiscalizar em nosso país. De acordo com o próprio site do Governo Federal, em página referenciada ao Ministério do Trabalho e Emprego, "a inspeção do trabalho é vista internacionalmente como atividade de essencial importância [...]" (MTE, 2020, online). Ainda no referido texto apresenta as funções do Auditor Fiscal, entre elas, destacamos **assegurar o cumprimento da legislação, suas regulamentações e normas** (MTE, 2020, grifo nosso).

O Programa Jovem Aprendiz é só uma ação, outras mais fazem-se necessárias, assim como precisamos de mais Auditores Fiscais do Trabalho para assegurar o cumprimento da lei, não somente para os jovens trabalhadores aprendizes, mas para todos os trabalhadores deste

país. Condições de trabalho decente para nossas juventudes, e enquanto categoria, ‘juventudes’ será a próxima e última categoria a ser abordada neste trabalho.

5.4 JUVENTUDES

Compreendemos que, ao falar em juventudes, referimo-nos a uma construção social determinada, a um processo e, enquanto processo, essa construção ocorre de diferentes formas para cada indivíduo, conforme o contexto histórico e até mesmo cultural. A partir do exposto, concebemos e abordaremos a juventude como uma construção social, que varia conforme o tempo, a cultura e o indivíduo, tal como suas vivências e percepção de si e do mundo. Seria limitador olhar a juventude como uma somente e tão somente uma, sem levar em conta a singularidade de cada pessoa, como aponta Dayrell (2003, 2007).

Falar em juventudes é entender a pluralidade desse grupo, que precisa ser pensado e compreendido em suas especificidades, como único, no sentido de cada indivíduo, e não como uma juventude comum para todos.

Os participantes da pesquisa, relataram no decorrer da entrevista, de forma espontânea, como percebem que os jovens são vistos pela sociedade, de acordo com suas vivências, como mostram algumas falas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Categoria Juventudes

Narrativas dos entrevistados sobre como os jovens são vistos pela sociedade	
Entrevistado	**Narrativa**
E2	*Eu acho que às vezes as pessoas não me levam a sério só porque sou nova, mas isso não tem nada a ver, eu tenho responsabilidades.[...]*
E3	*Quando comecei a trabalhar, ninguém acreditava que ia durar, falavam que eu era muito novo, que não ia aguentar[...].*
E4	*Eu sempre quis trabalhar, [...], mas as pessoas dizem ‘tu não tem experiência’, mas como ter se não deixam o cara trabalhar. A gente que é novo precisa de chance [...].*
E5	*As pessoas acham que os jovens não sabem nada e não tem paciência para ensinar a gente no trabalho.*
E7	*Eu senti que fui muito acolhido no meu trabalho, até por ser novo, as pessoas me ajudavam mais [...].*
E12	*Minha família não acreditou quando comecei a trabalhar, era um sonho meu, mas meus pais não queriam muito, falaram que era muito nova, que tinha que estudar, não ia dar conta, mas eu queria ter minhas coisas [...].*
E19	*Na escola, tem uns que falam que a gente não faz nada, mas eu trabalho quando saio da escola e ainda preciso cuidar dos meus irmão[...].*

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Culturalmente, os jovens são vistos como alegres e festeiros, muitas vezes, como se não tivessem responsabilidades ou capacidade para aprender a fazer algumas coisas, como atividades voltadas ao mercado de trabalho, como visualizamos nas falas de alguns participantes no quadro anterior. Muitas vezes, a percepção que se tem das juventudes, impacta direta ou indiretamente na busca de um trabalho, como demonstra a(o) entrevistada(o) 12.

> *"Eu queria meu dinheiro, ajudar em casa. [...]. Mas não foi fácil conseguir um trabalho. Tu deixa teu currículo e não te chamam, falam que é jovem, muito novo para trabalhar, que não tem experiência."* (E12).

Os jovens representam uma parcela significativa da população brasileira, conforme dados do IBGE (2017), cada qual com realidades distintas, consequentemente, desafios distintos, os quais se agravaram com a pandemia (COVID-19), relacionados à desigualdade, seja em torno de renda, trabalho e educação (PEREZ; VOMMARO, 2023), o que fez muitos jovens irem em busca de um trabalho, e com ele as dificuldades encontradas, como aponta a entrevistada 5.

> *"[...] nem todos querem contratar adolescentes sem experiência, só querem contratar quem não precisa aprender [...]. É muito difícil arrumar trabalho, ainda mais sendo novo [...]."* (E5).

Os impasses apresentados aqui, referem-se especialmente, sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho e as dificuldades relacionadas ao *"ser muito novo"*, segundo os participantes. A relação dos jovens com o mundo do trabalho, da inserção precoce no mercado de trabalho leva-nos a pensar que o trabalho também está presente na construção de nossas juventudes, faz parte da formação desse grupo social, de sua identidade (SPOSITO, 2005). Diante do exposto, o trabalho vem a ser supervalorizado e fundamental para este grupo, como apontam Coutinho e Borges (2012).

No que se refere ao trabalho, conforme dados do PNADE (2023a), o estado de Santa Catarina apresenta um dos menores índices de desocupação do país, com 3,2%[42]. Entretanto, mesmo diante do exposto, muitas vezes, os jovens apresentam dificuldades relacionadas à inserção no mercado de trabalho.

[42] Dado atualizado no 4º trimestre de 2022, divulgado em fevereiro de 2023.

5.4.1 Oeste catarinense e os jovens da pesquisa

De acordo com o último censo do IBGE, referente ao ano de 2023, Santa Catarina tem uma população estimada em 7.165.000 pessoas (IBGE, 2023), sendo considerada uma região em destaque quanto ao cenário econômico e de trabalho, principalmente no que diz respeito ao cenário para os jovens. Ao pensarmos em uma região, destacamos o conceito apresentado por Radin e Corazza (2018, p. 128), ao destacarem que:

> Uma região não é algo natural, mas uma construção humana, um espaço permeado de relações sociais. Nessa perspectiva, uma região define-se e diferencia-se de outras, por uma série de fatores característicos que envolvem sua configuração histórico-geográfica, territorial, demográfica, cultural, socioeconômica e político-administrativa. É por partilhar de forma diferenciada e específica algumas dessas características que o Oeste catarinense se define como uma região (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 128).

A região do Oeste catarinense é conhecida nacionalmente pela sua agroindústria. A agricultura familiar é uma das principais características da organização econômica, social e cultural da região. A cultura do Oeste catarinense resulta da combinação de várias culturas de povos que viveram e ainda vivem na região, "[...] como a cultura indígena, a cultura cabocla, a cultura dos colonos e a cultura que resultou deste amálgama cultural e de sua evolução histórica" (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 46). Dessa base cultural, resultou a formação econômica que se tem atualmente, ainda segundo Radin e Corazza (2018), fortemente consolidada na agroindústria, uma interação entre a agricultura familiar e a indústria frigorífica.

Os jovens que vivem na região Oeste de Santa Catarina têm uma forte ligação com o meio rural, sobretudo devido às características da região, tanto que temos muitas pesquisas[43] a respeito da saída ou permanência do jovem catarinense no campo e toda transformação ocorrida ao longo dos anos. O objetivo deste trabalho não é falar sobre a saída dos jovens do meio rural,

[43] Apresentamos algumas pesquisas, além das referências utilizadas neste estudo:

- Stein, J., Risson, A. P., Schuck, A. L., & Mahl, Álvaro C. (2019). Permanência e saída do campo de jovens adultos no Oeste Catarinense. *Revista Sociais E Humanas*, *32*(1). https://doi.org/10.5902/2317175834701
- Por que o jovem sai mais cedo do campo? Agência ALESC | Por que o jovem sai mais cedo do campo?.
- O Jovem e a Agricultura Familiar no Extremo Oeste Catarinense (ifsc.edu.br).
- Juventude rural e sucessão familiar: o que dizem os jovens da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina? Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais (scielo.org)
- Livro "Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar" - Livro sobre Juventude Rural tem base em projetos, além de artigos de pesquisadores do Sul (uffs.edu.br)
- Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina(https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7856966)

nem os motivos que levam o jovem a permanecer no campo, entretanto falar da juventude rural também é falar da realidade de nossos jovens.

Alguns participantes da pesquisa, por exemplo, relataram que trabalhavam desde cedo na propriedade rural da família, e que não queriam continuar nesta situação, como apresentado na fala da(o) entrevistada(o) 16.

> *"Eu também ajudo em casa, mas não quero isso pra mim, já faço faculdade, sempre foi meu sonho, e hoje sei que quero fazer outras coisas, é muito difícil o trabalho, lidar com vacas de leite, a propriedade como um todo, e sei que não tenho muito futuro [...]"* (E16).

Outros jovens não se referiram ao trabalho com a família nem como bom ou ruim, como se vê nas falas a seguir, só que trabalhavam na propriedade da família, mas saíram de casa para estudar e não pensavam em voltar.

> *"[...] antes eu ajudava em casa, porque minha família tem vaca de leite. Sai de casa para estudar, trabalhar com animais, mas quero mais para minha vida e hoje, não penso em voltar para minha cidade [...]"* (E11).

> *"[...] eu morava no interior, daí ajudava meus pais na lida da casa. [...] tá sendo desafiador a mudança do interior pra cidade [...]. Eu saí de casa porque eu queria fazer faculdade e vim todo dia pra cidade seria ruim, e como eu sabia que não queria ficar no trabalho da agricultura, seria uma oportunidade, e tá sendo muito bom[...]."* (E15).

Os participantes demonstravam que desejavam trilhar seu próprio caminho, conhecer outras possibilidades. Tudo isso leva a uma compreensão mais abrangente e fidedigna em relação à diversidade social dos jovens em nossa sociedade, como apontam Silva e Lopes (2009).

Falar em juventudes é entender a pluralidade desse grupo, que precisa ser pensado e compreendido em suas especificidades, de forma individual e coletivamente. Dessa forma, na visão dos jovens trabalhadores aprendizes no Oeste catarinense, o futuro já começou.

5.4.2 O futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes

Falar de futuro é falar de expectativas, sonhos e planos, e foi isso que surgiu nas falas dos jovens participantes, um grande futuro feito de pequenas conquistas, nas falas sempre em torno de trabalho e estudos, como apresentado no decorrer deste estudo.

Durante a entrevista, no meio das respostas, os jovens falaram do futuro que desejam, de como se veem num futuro próximo, demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Categoria Juventudes

Narrativas dos entrevistados sobre o futuro	
Entrevistado	**Narrativa**
E1	*Eu quero ficar na empresa, crescer, me formar na faculdade e crescer dentro da empresa.*
E5	*Eu tenho sonhos, em ter um negócio próprio e essa experiência é muita válida com o que quero para o futuro, e acho válida todas as experiências que tenho na empresa [...].*
E10	*[...] hoje estou onde eu sempre quis, o sonho da minha vida trabalhar aqui e isso que quero pra mim, continuar na empresa, mudar de setor e só crescer lá dentro* [da empresa em que trabalha como jovem aprendiz].
E13	*O meu sonho é entrar pra faculdade de medicina, o trabalho era algo que eu queria, mas o sonho da minha vida, o meu futuro é a medicina.*
E14	*Pra mim, cada dia é meu futuro e as coisas que conquisto, que já consegui comprar, se der eu quero muito ser contratada, ficar aqui, me vejo trabalhando aqui e adquirindo conhecimento e as minhas coisas.*
E15	*Eu tinha o sonho de morar na cidade, e hoje moro. Agora é terminar a faculdade e conhecer outros lugares.*
E18	*Tem chance de ser contratada, mudei de setor e tem muita demanda, e falaram comigo, se eu tinha interesse em ficar, porque precisa. E quero muito. Voltei agora a fazer faculdade e logo termino, e pretendo terminar essa e fazer outra que tem relação com o trabalho, estou me identificando muito com o que faço ali e quero isso pra minha vida.*

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao falar de futuro, a maioria das falas dos participantes referem-se ao trabalho, a educação, em ter uma família, ser feliz, como se observa nas falas a seguir.

> *"Quero ficar na empresa e mudar de setor, aprender mais e continuar estudando, formado e feliz [...]."* (E3).

> *"Ainda não sei bem o que quero pra minha vida, mas meu futuro me vejo como programador, com minha família e bem."* (E4).

Alguns jovens não mencionaram o que desejam e/ou esperam do futuro, só estão deixando acontecer, como aponta o(a) entrevistado(a) 7:

> *"Eu realmente não sei ainda o que quero para meu futuro, nunca parei pra pensar, não sei, só deixo rolar[...]."* (E7).

Ou ainda, o futuro para estes jovens tem relação direta com o trabalho, estar trabalhando, ter sua renda, adquirir suas coisas.

> *"O meu sonho é terminar a faculdade e ir para os Estados Unidos, trabalhar lá na minha área [...]."* (E6).

> *"[...] o que mais quero hoje é terminar a faculdade, trabalhar com animais de grande porte e, se der, continuar na empresa que estou hoje."* (E11).

> *"[...] Eu quero ser contratada, ficar na empresa porque gosto muito, ter minhas coisas, comprar o que desejo, guardar dinheiro para alcançar minhas metas e aprender sempre mais[...]."* (E20).

Novaes aponta que uma das reivindicações das juventudes é o trabalho, a preocupação dos jovens relacionada ao futuro no mundo do trabalho. A autora também indica que a educação é um ponto de destaque para essa população, relacionando esses dois elementos, trabalho e educação, como pontos centrais na vida dos jovens e parte fundamental desse estudo (OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Para os participantes, o futuro tem relação, especialmente, com o trabalho. Ter um trabalho possibilitará aquisição de bens e serviços, como a própria educação, além de proporcionar uma *"vida boa e feliz"* (E5). O que indica, mais uma vez, quão significativo é ter um trabalho para nossas juventudes, porque é o trabalho que define a renda, e a renda é essencial para viver em sociedade, para realizar sonhos e construir um futuro. Para os jovens participantes da pesquisa, o futuro já começou, e recomeça todos os dias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso desta pesquisa, algumas descobertas aconteceram, entre elas, a descoberta de mim mesma enquanto pesquisadora, além do próprio estudo e dos resultados obtidos. Penso que isso é a pesquisa, um processo de descoberta, um processo de autoconhecimento, individual, pessoal, coletivo e social; não é só pensar em mudar a sociedade, é refletir acerca de nós mesmos e a forma como vimos e deslumbramos o mundo que nos rodeia, e por esse privilégio eu sou grata.

O **trabalho** destaca-se por ser algo fundamental em sociedade, o que o torna significativo para muitas pessoas, com um valor imensurável. Para os jovens participantes da pesquisa, o trabalho destacou-se como algo fundamental, muitas vezes, como vimos neste estudo, essencial para o sustento e manutenção da vida.

Assim, iniciamos este estudo tendo enquanto problemática, como o Programa Jovem Aprendiz auxilia nas decisões de âmbito escolar e profissional dos participantes, com recorte espacial dos jovens do Oeste catarinense. Investigamos questões relacionadas ao trabalho e à educação, e como vimos, estão relacionadas diretamente desde os primórdios da colonização em nosso país. Ambas, questões intrínsecas à humanidade, o que não se mostrou diferente em relação aos jovens pesquisados e sua relação com o trabalho.

Neste sentido, o objetivo central de compreender de que forma o Programa Aprendiz, desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE-SC), contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes do Oeste catarinense, foi alcançado por meio da análise dos dados obtidos nesta pesquisa, apontando nas categorias apresentadas. Estas categorias evidenciaram o papel fundamental do trabalho na vida desses jovens, bem como os sentidos da educação nessa relação e onde se encaixa o Programa Jovem Aprendiz em meio a tudo isso.

Quanto ao objetivo específico de investigar a relação entre trabalho e educação e analisar a dimensão educativa do trabalho, este foi alcançado por intermédio da pesquisa bibliográfica, da coleta de dados, da leitura dos materiais para esta investigação e análise proposta.

Já o objetivo específico de analisar a legislação e as políticas públicas que visam promover a inserção de jovens aprendizes nas instituições empregadoras, foi alcançado por meio de análise de documentos oficiais. A partir destas leituras, identificou-se a relação entre os diversos programas, projetos e ações desenvolvidos no decorrer da história, culminando no Programa Jovem Aprendiz como é desenvolvido atualmente.

Os objetivos específicos em conhecer o perfil dos jovens participantes da pesquisa e refletir acerca do futuro na visão dos jovens trabalhadores aprendizes do CIEE da região Oeste de Santa Catarina foram alcançados por meio da coleta de dados, das reflexões realizadas, categorização e análise desse material.

Ao retomar o tema central, título desta pesquisa: "**Trabalho e Educação:** o futuro na visão de jovens trabalhadores aprendizes no oeste catarinense", deparo-me com algumas respostas e algumas outras perguntas. Cada uma dessas questões poderia ser tema de uma nova pesquisa, porque encerra-se um ciclo, abrem-se outros, porque pesquisa é ação e movimento.

É uma inquietude dos jovens o dilema trabalhar e estudar, vinculadas a melhores condições de vida – tão presente nas falas dos participantes da pesquisa, o que nos leva ao problema que esta pesquisa apresentou e faz-nos pensar que o programa também é ação, também é movimento, já que envolve questões relacionadas ao trabalho e educação, assim como questões vinculadas as relações famílias e sociais – as relações humanas como um todo. Em decorrência disso, pode-se afirmar que o Programa Jovem Aprendiz contribui na tomada das decisões referente às trajetórias formativas na educação básica e superior e profissionais dos jovens aprendizes.

Questiono-me que para saber se o Programa, **em sua estrutura**, tem como objetivo auxiliar nas decisões de âmbito escolar e profissional dos jovens aprendizes, caberia uma outra pesquisa, sobre o Programa e as Políticas Públicas de Trabalho e Educação, porque o que se percebe é que a prática do trabalho atrelada a outras atividades desenvolvidas no Programa, auxilia os jovens a questionarem suas escolhas, o que pode levá-los a outras decisões e a repensarem suas vidas.

No decorrer da análise, com base nos pressupostos teóricos, vários elementos surgiram e foram selecionados, evidenciando a extensa relação entre trabalho e a vida escolar dos jovens que requerem trabalhar para ajudar em casa e, frequentemente, se veem em um fogo cruzado, onde eles próprios são atingidos, tendo que se virar com mais de um trabalho, bicos, além de estudar e realizar outras tarefas. Essas evidências apontam que os mais prejudicados são os jovens de classes mais baixas, que, por vezes, devido a uma questão de subsistência, precisam ajustar as atividades de trabalho e educação.

Mediante os dados obtidos, observou-se que os jovens sentem no trabalho uma forte ligação de pertencimento e veem uma ferramenta de mudança de vida, sem refletir sobre o que isso, de fato, significa. Se políticas como o Programa Jovem Aprendiz são, sobretudo, para jovens pobres, isso demonstra uma grande desigualdade em nosso país, tendo em vista que são

esses jovens que conciliam trabalho e educação, o que pode resultar em baixo rendimento e abandono escolar, por exemplo.

Os participantes da pesquisa mostraram que é possível, mesmo diante de todos os desafios, ir além, continuar os estudos, fazer um curso técnico ou uma faculdade, mesmo com o manejo de dois ou três trabalhos, mas o que isso evidencia? Diante de tal problematização, a pesquisa contribui para uma melhor compreensão da perspectiva de futuro dos jovens do Programa, mas sobretudo quanto ao futuro de políticas públicas como o Programa Jovem Aprendiz – haverá um futuro? E para quem?

É preciso voltar nossos olhares e esforços para tal dinâmica, como tal, destaca-se o papel fundamental do trabalho na formação pessoal e profissional desses jovens, que veem no trabalho dias melhores. Da mesma forma, destacamos o papel da educação na vida dos jovens, tendo em vista que tanto se fala que "sem educação não se tem futuro", entretanto, a educação soa como coadjuvante, em alguns momentos da pesquisa, sendo o trabalho o papel principal nessa história.

Quantas histórias, quantos sonhos, quantas vidas cruzadas e histórias contadas, mesmo com tantas pesquisas a respeito dos temas 'trabalho, educação, programa jovem aprendiz, juventudes', os temas não se esgotam, para além das produções existente e para além dos resultados desta produção, muitas lacunas foram reveladas, muitas perguntas precisam ser respondidas.

Nesse ponto, a pesquisa contribui para o desenvolvimento das atividades de formação das juventudes, por intermédio das políticas públicas voltadas a essa população, sobretudo políticas de trabalho e educação e mais que isso, para que nossas juventudes possam se ver num futuro que elas almejam, sonham e desejam, sem ter que colocar em uma balança o que vale mais: trabalhar ou estudar?, e que isso seja o fator decisivo de suas vidas. Falamos em igualdade de oportunidades para todos, e que de fato assim seja.

Não é errado ou ruim trabalhar e estudar, mas a questão é: quem são esses jovens trabalhadores? Logo, considera-se que, na expectativa de continuidade à pesquisa, é necessário ampliar os estudos em torno do tema e aprofundar questões não avaliadas, fazer um acompanhamento com os jovens e das políticas focalizadas para esse grupo. Sugere-se, também, que os novos estudos ampliem a dimensão da pesquisa, com jovens maiores e menores de idade, família, escola, instituições formadoras, empresas, a fim de vislumbrar esse futuro tão sonhado e prometido e como ações semelhantes ao programa e o próprio programa jovem aprendiz contribuem na tomada dessa terra prometida. Aumentar a base da pesquisa para

aumentar as possibilidades de criação de novas medidas, mais reais, mais marcantes, mais presentes.

A temática que envolveu esta pesquisa está relacionada diretamente com o olhar dos jovens trabalhadores aprendizes do Oeste catarinense sobre o Programa Jovem Aprendiz, sendo necessário reforçar que a região do Oeste catarinense é só um recorte espacial desta pesquisa. A realidade das juventudes da região Oeste do estado está ligada à produção rural e agrícola dos municípios que residem, em torno das propriedades de suas famílias e economia local, entretanto, não se resume a isso. O que reforça a continuidade e ampliação da pesquisa, como mencionado.

Não se pretende condenar o trabalho de jovens, de nenhuma classe social, o que se pretende é refletir e criar condições dignas e igualitárias **para todos os jovens**, independente da classe social, porque esse parece ser o ponto chave da questão. A partir do momento que isso for compreendido e realizado, falar de futuro pode não ser a peça central, porque o futuro já é o amanhã e que amanhã estamos preparando e deixando para nossas juventudes, para nós mesmos? Criar condições para todos, de trabalho, de educação, de vida digna.

Dar voz aos jovens é uma forma de reconhecimento e de empoderamento. Por meio das falas é possível conhecer a realidades, frustrações, perspectivas, sonhos, vivências e as percepções sobre o trabalho, educação, família, violências, direitos, deveres, relacionamentos, futuro e outros assuntos.

Por meio das falas aqui apresentadas, para os jovens o trabalho é fundamental para suas vidas, com relação direta ao futuro que almejam, que vislumbram, que sonham para suas vidas: trabalhar, estudar, formar sua própria família, viajar, morar fora do país, conhecer outras realidades, ser um empreendedor, aprender mais, adquirir suas coisas, ser feliz.

Trabalho e Educação - este é o futuro, na visão dos jovens trabalhadores aprendizes no Oeste catarinense. Um futuro, que segundo os participantes desta pesquisa, se faz de pequenas ações e conquistas, envolvidas com trabalho, com educação e sonhos.

Neste momento, essa pesquisa se acaba por aqui, sem ingenuidades de acreditar que nossos jovens são sofredores, coitadinhos, fracos ou algo neste sentido, não! Os jovens são pessoas em evolução, com desafios, com deveres e responsabilidades; com alegrias, medos, frustrações e vitórias. Alguns com privilégios, outros só com um sonho na bagagem, outros que precisam amadurecer, e tantos mais em um autoconhecimento constante, afinal, são todos seres humanos, pessoas em desenvolvimento pessoal e profissional.

A pesquisa evidenciou uma parte importante da realidade dos jovens, da juventude brasileira, especialmente a juventude trabalhadora, que depende do trabalho como forma de

sobrevivência, a juventude pobre, que acredita que para conquistar seus sonhos e alcançar seus objetivos e chegar ao “topo da montanha”, só por meio do trabalho e da educação. Com tudo o que foi exposto, para muitos jovens, através de suas vivências, o futuro está aí e já começou.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Título original: Dizionario di filosofia. Disponível em: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia.pdf - Google Drive. Acesso em: 17 abr. 2023

ALMEIDA, Mariana Eugenio *et al*. Aprendizagem profissional no Brasil: panorama e análise da trajetória laboral dos egressos. *In*: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Ano 25, abril de 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9936. Acesso em: 01 jul. 2022.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. *In*: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: Ed UEMG, 2012. Vol 1. Disponível em: https://editora.uemg.br/component/k2/item/64-dicionario-de-politicas- publicas-vol-1. Acesso em: 25 jul. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEGNINI, Sérgio; ALMEIDA, Lirane Elize Defante Ferreto de. Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 547–560, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/rGFDFBT3nVNLkhNRSDLtyrr/?lang=pt#. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017a. 189 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 116/2022. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022a. 435. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/596093/CF88_EC116_livro.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Brasil, 2021b. 232 p. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLV, n. 112, p. 1-2, 13 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código dos menores. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 146, de 25 de julho de 2018. **Diário Oficial [da] União**: seção 1, Brasília, DF, ano CLV, n. 146, p. 73-75, 31 jul. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34730621/do1-2018-07-31-instrucao- normativa-n-146-de-25-de-julho-de-2018-34730599. Acesso em: 01 maio 2022.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXIV, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Aprendizagem profissional**. [*S. l.*]: Brasil, 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 60 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Portaria nº 723 de 23 de abril de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLIX, n. 79, p. 45-47, 23 abr. 2012. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/36377592/dou-secao-1-24-04-2012-pg-45. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Trabalho, Emprego e Previdência. **Habilitar Entidades na profissional**. [*S. l.*]: Brasil, 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/habilitar-entidades-na-aprendizagem-profissional. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRUMER, Anita *et al*. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. *In*: PINTO, CéliRegina; GUAZZELLI, Cesar. **Ciências humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983. p. 151-162. Disponível em: https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

CAZELLI, Sibele; COIMBRA, Carlos Alberto Quadros. Proposta para a avaliação da prática pedagógica de professores. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia: UFU, v. 20, n. 1, p. 133-148, jan./jun. 2013. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23218/12758. Acesso em: 23 set. 2023.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-149. jan./abr. 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306/16438. Acesso em: 22 jan. 2022.

CIEE-SC. Centro de Integração Empresa-Escola Santa Catarina. **Conheça sobre o CIEE/SC**. 2022a. Disponível em: Sobre ciee - CIEE/SC (cieesc.org.br). Acesso em: 30 jul. 2022.

CIEE-SC. Centro de Integração Empresa-Escola Santa Catarina. **Unidades do CIEE**. Florianópolis: CIEE, 2022b. Disponível em: https://www.cieesc.org.br/site/unidades/. Acesso em: 30 jul. 2022.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Maíra. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *In*: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Ano 26, setembro de 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10398/1/bmt_70.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

COSTA, Antonio Gomes da. **Tempo de servir**: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

COSTA, Camila. **A experiência laboral de adolescentes aprendizes**: um enfoque da psicologia analítica. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22482. Acesso em: 24 jul. 2022.

COUTINHO, Maria Chalfin; BORGES, Regina Célia P. Emprego juvenil: os sentidos do trabalho para jovens aprendizes. *In*: SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: A conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. V. 1, p. 111-141.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt. Acesso em: 19 set. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004. Acesso em: 19 set. 2022.

DOURADO, Ana Cristina Dubeux; FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias. **Uma história da criança brasileira**. Recife; Belo Horizonte: Palco: 1999. Coleção cadernos CENDHEC. v. 7.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876)**. [*S. l.*]: Ridendo Casting Mores, 1999. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** a educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 272p.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. As formas de aprendizagem no Brasil: questões emergentes. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 97-114, jan./mar. 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/38660. Acesso em: 01 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzkz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. *In*: BRASIL, Isabel Pereira; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 478p. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. *In*: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho (Org). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 19-62.

GATTI, Bernadete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt. Acesso em: 23 dez. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventude e Políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009, p. 111-128. Disponível em: Juventude e políticas sociais no Brasil.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 23 set. 2023.

GRAF, Elenir Kniess. **A Evolução Histórica e Legislativa do Trabalho do Menor**. 2008. Monografia (graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008. Disponível em: http://siaibib01.univali.br/pdf/Elenir%20kniess%20Graf.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes e educação sociocomunitária: roteiros de investigação. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 32, p. 51-66, set./dez., 2013, pp. 51-66. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/02.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

GUIMARÃES, Valeska Nahas; SANTOS, Débora dos. "Quem cedo madruga, Deus ajuda?" Trabalho e educação de menores aprendizes sob a égide da Lei 10.097/2000. *In*: SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda (org.). **Jovens, trabalho e educação**: A conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. v. 1, p. 211-244.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública**: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: população residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175. Acesso em: 26 nov. 2022.

IBGE. **Brasil**: Santa Catarina. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama. Acesso em: 03 out. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf. Acesso em 10 jan. 2023.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: MUNDO DOS HOMENS: trabalho e ser social (institutolukacs.com.br). Acesso em: 29 dez. 2021.

LIBERATI, Wilson Donizeti; DIAS, Fábio Muller Dutra. **Trabalho infantil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MANZANERO, José Roberto Luna. Juventudes en América Latina y el Caribe en perspectiva: panorama de la situación, desafíos e intervenciones promissórias. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2565-2573, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/s4rGVVm5hK5dCS4pVCbhj7H/?format=pdf&lang=es. Acesso em: 23 dez. 2021.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra. **Ensino de Biologia**: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo, SP: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Médio).

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf. Acesso em 28 dez. 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/marx-capital-1-portugues.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

MENDES, Daniela. **Contribuições de supervisores para as vivências de estagiários em contextos de trabalho**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123054. Acesso em: 23 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MPT. Ministério Público da União. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria-Geral do Trabalho. **Medida provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021**. Manifestação sobre os pontos mais relevantes do PLV. 2021 online. Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-mpt-mp-1045-2021.pdf. Acesso em: 01 mai. 2022.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **O Auditor-Fiscal do Trabalho e a Inspeção do Trabalho.** Brasília: Presidência da República, 13 nov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/escola/o-auditor-fiscal-do-trabalho-e-a-inspecao-do-trabalho. Acesso em: 14 out. 2023.

MTP. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Trabalho. Subsecretaria de Estudos e Estatísticas do Trabalho. Coordenação Geral de Estudos e Estatísticas do Trabalho. **Relação anual de informações sociais** – RAIS. Ano-base 2020. 2020. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2020/1-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o_RAIS_2020.pdf . Acesso em: 23 dez. 2021.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

NASCIMENTO, Grasiele Augusta Ferreira. **A educação e o trabalho do adolescente**. Curitiba: Juruá, 2004. 151p.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40311. Acesso em: 18 jul. 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A crise do emprego jovem**: Tempo de agir. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714428.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p.. Disponível em: ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230674.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

OLIVEIRA NETO, Nilton Azevedo de; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; ARIDE, Paulo Henrique Rocha. Trabalho como princípio educativo: uma busca pela definição do conceito e sua relação com o capitalismo. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, p. 43-55, 2018. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/387. Acesso em: 29 dez. 2021.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Mirian Pires Côrrea de; NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. **Educar em Revista**, [*S. l.*], ago. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/YDXnxFVQ4vDb5PHgDx7BDjL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 maio 2022.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia- sociedade/article/view/15699/14030. Acesso em: 23 dez. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; VOMMARO, Pablo. Juventudes latino-americanas: desafios e potencialidades no contexto da pandemia. **Civitas:** Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 23, jan./dez. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/V5gsMD6QrD8vTxHjhCCHsxM/#. Acesso em: 05 mar. 2023.

PNAD. **Indicadores IBGE** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. 4º trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 28 fev. 2023a. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202204_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

PNAD. **Indicadores IBGE** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Segundo trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 15 ago. 2023b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_2tri.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo: [*s. n.*], 2007. Disponível em: https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018. 142 p. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense. Acesso em: 26 set. 2022.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LEDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estud. pesqui. psicol**., Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n2/v4n2a06.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/kvLGggJXwsQhgWypXXnpZ9r/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12, n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 dez. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Stanford: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar,** São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65. Acesso em 24 set. 2022.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. **Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10414. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Marineide Maria. Na onda da flexibilidade: a experiência do desemprego vista pelo recorte geracional e de qualificação profissional. *In*: SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: A conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. v. 1. p. 143-176.

SINAIT. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. **Manual de aprendizagem profissional**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz? Brasília: Sinait, 2019. 65 p. Disponível em: https://sinait.org.br/arquivos/publicacoes/Publicacao_110.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

SINAIT. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. **Número atualizado de auditores fiscais no Brasil e em Santa Catarina** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <sinait@sinait.org.br> em 09 out. 2023.

SOL CIEE/SC. **Sistema on-line CIEE/SC - para colaboradores da instituição**. [*S.l.*]: SOL CIEE/SC, 2022. Disponível em: https://www.centralcieesc.org.br/SOL/Account/Login.aspx?URLRetorno=default.aspx. Acesso em: 02 abr. 2022.

SOUSA, Heloiza de; FROZZI, Denise; BARDAGI, Marucia Patta. Percepção de Adolescentes Aprendizes Sobre a Experiência do Primeiro Emprego. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 33, n. 4, p. 918–933, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1414-98932013000400011. Acesso em: 25 jul. 2022.

SOUZA, Ismael Francisco. A exploração do trabalho de crianças na Revolução Industrial e no Brasil. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 3, n. 197, 2006. Disponível em: https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-da-infancia-e-juventude/1531/a-exploracao-trabalho-criancas-revolucao-industrial-brasil. Acesso em: 07 mar. 2022.

SPC BRASIL. **Estilo de vida e expectativas quanto ao futuro da juventude no Brasil.** [*S. l.*]: CNDL; SPC Brasil, 2017. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/02/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Consumo-de-Jovens-_-Estilo-de-Vida-e-Tecnologia.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SUCHODOLSKI, Bogdan. Teoria marxista da educação. *In*: WOJNAR, Irena; MAFRA, Jason Ferreira (org.). **Bogdan Suchodolski.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. 172 p. (Coleção Educadores). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4662.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

TADDEI, Paulo Eduardo Dias; DIAS, Vanessa Gonçalves; SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha da. Considerações sobre o trabalho como princípio educativo e a educação como instrumento de resistência e emancipação. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 12, n. 19, 16 dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8603. Acesso em: 19 jan. 2022.

TENÓRIO, Camila Muritiba. A política pública direcionada ao aprendiz. Incentivo estatal à educação e à inserção do jovem no mercado de trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2174, 14 jun. 2009. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/12984/a-politica-publica-direcionada-ao-aprendiz. Acesso em: 21 jul. 2022.

TOLFO, Suzana da Rosa. Significados e Sentidos do Trabalho. *In*: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. **Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2015. p. 617-626.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Políticas públicas de/para/com juventudes Brasília**: UNESCO, 2004. 304p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923. Acesso em: 14 maio 2022.

UNICEF. **Educação brasileira em 2022:** a voz de adolescentes. [*S. l.*]: Uniceff, 2022. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

VIANNA, Segadas. Trabalho do menor. *In*: MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de direito do trabalho**. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005.

WESTIN, Ricardo. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. [*S. l.*]: Agência do Senado, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920. Acesso em: 23 abr. 2022.

APÊNDICE A – Questionário online "Programa Jovem Aprendiz" O Futuro na visão dos Jovens Trabalhadores Aprendizes

Prezado(a) Jovem Aprendiz,

Você está sendo convidado a responder uma breve pesquisa sobre em como o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido no CIEE-SC contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes.

Essa primeira parte é para conhecer um pouco do perfil dos jovens participantes da região Oeste de Santa Catarina e, para isso, contamos com sua participação.

Num segundo momento, faremos uma entrevista para aprofundar mais as questões, e o jovem também será convidado a participar.

A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o Programa Jovem Aprendiz, do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina, contribui para as escolhas acadêmicas e para a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes do Oeste catarinense.

A pesquisa é desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, sendo desenvolvida pela acadêmica Elaine Sousa, tendo como orientador o Professor Dr. Claudecir dos Santos.

Pedimos que você seja sincero(a) e responda às questões de forma crítica e consciente, destacando que sua resposta é anônima, em nenhum momento você será identificado(a) ou precisará fornecer sua identificação.

Destacamos que, ao aceitar participar, você declara que leu todas as orientações enviadas anteriormente por e-mail, junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e concorda com os termos propostos.

Desde já agradecemos sua contribuição ao responder o questionário!

1. Você concorda com sua participação nesta pesquisa, nos termos expostos acima?
   ( ) Sim ( ) Não

2. Sexo:
   ( ) Masculino ( ) Feminino

3. Idade:
   _____

4. Cor/Etnia:

   ( ) Amarela ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Parda ( ) Preta

5. Estado civil:

   ( ) Casado(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Separado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) União estável

   ( ) Outro_____

6. Onde você nasceu? (Cidade/Estado/País, caso não seja brasileiro(a)):

   _____

7. Local de residência atual:

   ( ) Área rural ( ) Área urbana

8. Você estuda no momento?

   ( ) Sim, estou no Ensino Fundamental.

   ( ) Sim, estou no Ensino Médio.

   ( ) Sim, estou no Ensino Técnico.

   ( ) Sim, estou na Graduação (Ensino Superior).

   ( ) Não, já conclui os estudos.

   ( ) Outra:_____

9. Em que tipo de escola você cursou ou cursa o Ensino Fundamental:

   ( ) Escola Pública ( ) Escola Privada ( ) Ambas

10. Turno em que você cursou ou cursa o Ensino Fundamental:

    ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

11. Em que tipo de escola você cursou ou cursa o Ensino Médio:

    ( ) Escola Pública ( ) Escola Privada ( ) Ambas

12. Turno em que você cursou ou cursa o Ensino Médio:

    ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

13. Você já trabalhou antes?

( ) Sim ( ) Não

14. Com que idade você começou a trabalhar?

_____

15. No contrato atual, há quanto tempo você participa do Programa Aprendiz:

( ) Menos de 30 dias.

( ) Entre 1 a 3 meses.

( ) Entre 3 a 6 meses.

( ) Entre 6 meses a 1 ano.

( ) Entre 1 ano e 1 ano e 6 meses.

( ) Entre 1 ano e meio a 2 anos.

Obrigada por sua participação.

Elaine Sousa.

APÊNDICE B – Entrevista "Programa Jovem Aprendiz" O Futuro na visão dos Jovens Trabalhadores Aprendizes

Prezado(a) Jovem Aprendiz,

Você está sendo convidado a responder uma breve pesquisa sobre como o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido no CIEE-SC contribui para a trajetória formativa na educação básica e superior e a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes.

A segunda etapa desta pesquisa consiste em uma entrevista, com questões semiestruturadas, previamente definidas, com o objetivo de compreender de que forma o Programa Jovem Aprendiz, do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina, contribui para as escolhas acadêmicas e para a formação profissional dos jovens trabalhadores aprendizes do Oeste catarinense.

A pesquisa é desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, sendo desenvolvida pela acadêmica Elaine Sousa, tendo como orientador o Professor Dr. Claudecir dos Santos.

Pedimos que você seja sincero(a) e responda de forma crítica e consciente, destacando que sua resposta é anônima, em nenhum momento você será identificado(a) ou precisará fornecer sua identificação.

Destacamos que, ao aceitar participar, você declara que recebeu todas as orientações enviadas anteriormente por e-mail, junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e concorda com os termos propostos.

Desde já agradecemos sua contribuição ao participar da entrevista!

Data da entrevista: ___/_____/2023.

1. Você concorda com sua participação nesta pesquisa, nos termos expostos acima?
   ( ) Sim ( ) Não

2. Caso tenha tido outras experiências de trabalho, descreva como foi sua experiência anterior (o que fazia, se gostava, como era tratado(a), etc.):

   _____

   _____

   _____

   _____

3. Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é a renda familiar mensal?
   ( ) Até R$ 1.000,00
   ( ) De R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00
   ( ) De R$ 2001,00 a R$ 3.000,00
   ( ) De R$ 3.001,00 a R$ 4.000,00
   ( ) De R$ 4.001,00 a R$ 5.000,00
   ( ) Acima de R$ 5.001,00

4. Aproximadamente, qual sua renda mensal?
   _____

5. Por que você decidiu começar a trabalhar?
   _____
   _____
   _____

6. Qual o principal motivo que te levou a optar pelo Programa Aprendiz para inserção no mercado de trabalho?
   _____
   _____
   _____

7. Em relação ao Programa Aprendiz na sua vida, o que você diria: agregou alguma coisa em sua vida, em sua formação e carreira profissional?
   _____
   _____
   _____

8. Em relação à remuneração mensal sua e de sua família, com o Programa Aprendiz, você diria que mudou alguma coisa?
   _____
   _____
   _____

9. Em relação ao impacto social, você diria que a sociedade está se beneficiando com o Programa Aprendiz? Por quê?

   _____

   _____

   _____

10. Na sua opinião, quais são as principais mudanças que o Programa Aprendiz trouxe e/ou traz para sua vida?

    _____

    _____

    _____

    _____

Obrigada por sua participação.

Elaine Sousa.